



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS - CSC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS – PPGER

JOELMA ALMEIDA DOS SANTOS

AS MESTRAS DOS SABERES: TRAJETÓRIAS E PRÁTICAS DAS
MULHERES NEGRAS MARISQUEIRAS NO MUNICÍPIO DE VALENÇA - BA

PORTO SEGURO – BA

2021

JOELMA ALMEIDA DOS SANTOS

AS MESTRAS DOS SABERES: TRAJETÓRIAS E PRÁTICAS DAS MULHERES
NEGRAS MARISQUEIRAS NO MUNICÍPIO DE VALENÇA - BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências - CSC, da Universidade Federal do Sul da Bahia, como requisito final para obtenção do título de Mestra em Ensino e Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fabia Barbosa Ribeiro.

PORTO SEGURO – BA

2021

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia – Sistema de Bibliotecas

S237m Santos, Joelma Almeida dos, 1993 -

As mestras dos saberes: trajetórias e práticas das mulheres
negras marisqueiras no município de Valença - BA. / Joelma
Almeida dos Santos. – Porto Seguro, 2021.

138 p.

Orientadora: Fábía Barbosa Ribeiro

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia.
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais.
Campus Sosígenes Costa.

1. Marisqueiras. 2. Saber Tradicional. 3. Comunidade Tradicional. 4.
Oralidade. I. Ribeiro, Fábía Barbosa. Título.

CDD: 331.4839

JOELMA ALMEIDA DOS SANTOS

AS MESTRAS DOS SABERES: TRAJETÓRIAS E PRÁTICAS DAS MULHERES
NEGRAS MARISQUEIRAS NO MUNICÍPIO DE VALENÇA - BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências - CSC, da Universidade Federal do Sul da Bahia, como requisito final para obtenção do título de Mestra em Ensino e Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fabia Barbosa Ribeiro.

Aprovada em: 01/12/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Fabia Barbosa Ribeiro (Orientadora)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)



Prof.^a Dr.^a Lidiane Maria Ferreira de Souza (Examinadora Interna)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)



Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida de Oliveira Lopes (Examinadora Interna)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

Anz...

Prof^a. Dr.^a Ana Licia de Santana Stopilha (Examinadora Externa)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Às mulheres negras marisqueiras de Valença, Bahia.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus, por me permitir realizar tantos sonhos e por ter me dado forças para concluir esta pesquisa de forma satisfatória.

Às marisqueiras, Maria da Conceição, Maria das Graças, Damiana, Marlene, Maria Sebastiana e Patrícia, que aceitaram participar da pesquisa e compartilhar seus saberes; aprendi muito com elas. Quando eu ficava desanimada, elas de alguma forma me enchiam de alegria e esperança.

À professora Fabia Barbosa Ribeiro, por ter me apoiado nesse processo.

À professora Maria Aparecida de Oliveira Lopes, por toda paciência; por me acompanhar nessa jornada de construção; pelos puxões de orelha – sei que esses puxões foram para o meu bem.

À banca examinadora desta pesquisa, a professora Ana Licia de Santana Stopilha e a professora Lidiane Maria Ferreira de Souza, pela disponibilidade e pelas considerações pertinentes que ajudaram a produzir este trabalho.

À minha mãe, Angélica e à minha irmã, Karoline, pelo carinho, apoio, amor, solidariedade e ombro amigo.

Ao meu companheiro, Rafael, que me apoiou de todas formas possíveis na construção do projeto, na elaboração do fotolivro e emocionalmente.

Aos meus amigos, que carinhosamente chamo de anjos, Welligton Pereira, Jeane Borges, Fábio Farias e Paulo Henrique, pelo companheirismo, carinho e motivação.

Aos professores do PPGER.

Muito obrigada!

Eu danço a dança das tuas marés
Eu danço a tua dança
Eu danço a tua dança, ai, ai, ai
Você maremoto, você maré mansa
Você poça d'água, ai, ai, ai
Me acalmo, espero, me afogo, você
Um tsunami quando não quer saber (quer saber)
De onda.

Luedji Luna

RESUMO

Esta dissertação apresenta o resultado de uma investigação, cujo objetivo foi analisar os processos de vivências, bem como as formas pelas quais as mulheres negras marisqueiras, residentes do município de Valença – BA, articulam e compartilham seus saberes, garantindo a permanência da prática da mariscagem. Dessa forma, o *lócus* desta pesquisa é a própria enunciação das mestras dos saberes, ou seja, suas narrativas foram coletadas, descritas e analisadas. Tais relatos revelam suas histórias de vida, saberes, experiências e a relação com a natureza. Afinal, o grupo de marisqueiras é considerado uma comunidade tradicional, pois suas práticas e modos de sobrevivência dependem de elementos encontrados na natureza; nesse caso, o manguezal. Ademais, são resultados de saberes produzidos pela interação delas com esse ecossistema. A pergunta norteadora desta pesquisa foi: de que forma as mestras marisqueiras do município de Valença - BA constroem, vivenciam e compartilham seus saberes para a permanência da prática da mariscagem? Em busca de respostas, analisei as narrativas das marisqueiras e dialoguei com autores, como Antônio Carlos Diegues, Victor Hugo A. Lima, Juliana Santilli, Ana Lícia da S. Stopilha, Thais Mara D. Gomes, Maria de Fátima Fernandes Brasão, Iaskara Regina R. Saldanha, Daniela Barros Pontes e Silva, dentre outros. No aspecto metodológico, utilizei a História Oral baseada nas narrativas das marisqueiras, destacando suas experiências de vida e seus saberes, constituídos na prática da mariscagem. Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica, documental e empírica, nas quais foram coletados dados. É possível concluir que as marisqueiras possuem uma diversidade de saberes que pode ser caracterizado como sistemático, organizado e objetivo, sendo eles os principais influenciadores no seu modo de vida, na sua visão de mundo, nos seus valores. Esses saberes são compartilhados através da oralidade, da observação e experimentos, resultando na formação de novas marisqueiras que ressignificam o aprendizado e constroem novas técnicas, assim fortalecendo a permanência da prática da mariscagem.

Palavras-chave: marisqueiras; saber tradicional; comunidade tradicional; oralidade.

ABSTRACT

This dissertation presents the result of an investigation that aims to analyze the processes of experiences, as well as the ways in which black women shellfish gatherers – residents of the city of Valença - BA – articulate and share their knowledge, ensuring the permanence of the shellfishing practice. Thus, the research locus is the enunciation of the masters of knowledge, that is, their narratives, which were collected, described and analyzed. Such narratives reveal their life stories, knowledge, their experiences and relationship with nature. At last, the group of shellfish gatherers is considered a traditional community, as their practices and ways of survival depend on elements found in nature; in this case, the mangrove. Furthermore, they are the result of a knowledge produced by their interaction with this ecosystem. The guiding question of this research was: how do the master shellfish gatherers in the city of Valença - BA build, experience and share their knowledge for the permanence of the shellfishing practice? In search of answers, the narratives of the shellfish gatherers were analyzed; we also dialogued with authors, such as Antônio Carlos Diegues, Victor Hugo A. Lima, Juliana Santilli, Ana Lícia da S. Stopilha, Thais Mara D. Gomes, Maria de Fátima Fernandes Brasão, Iaskara Regina R. Saldanha, Daniela Barros Pontes e Silva, among others. In the methodological aspect, it was used the Oral History based on the narratives of the shellfish gatherers, highlighting their life experiences and their knowledge constituted in the practice of shellfishing. A bibliographical, documental and empirical research was also carried out. It is possible to conclude that the women shellfish gatherers have a diversified knowledge that can be classified as systematic, organized and objective, being the main influencers in their way of life, in their world vision, and in their values. This knowledge is shared through orality, observation and experiments, resulting in the training of new women shellfish gatherers that reframe the learning and build new techniques; and strengthening the permanence of the shellfish practice.

Keywords: women shellfish dealers; traditional knowledge; traditional community; orality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa mostrando a localização e os municípios que compõem o Baixo Sul da Bahia.....	12
Figura 2 Mapa de localização de Valença-BA.....	12
Figura 3 Fotografia aérea do bairro da Bolívia, na cidade de Valença-BA.....	13
Figura 4 Fotografia aérea mostrando a área de manguezal no Bairro da Bolívia, Valença - BA	13
Figura 5 Fotografia de Mestra Angélica, minha mãe.....	17
Figura 6 Fotografia de Mestra Maria da Conceição, 90 anos.....	35
Figura 7 Fotografia de Maria da Conceição na porta da sua casa.....	37
Figura 8 Fotografia de Mestra Maria das Graças, 66 anos	40
Figura 9 Registro fotográfico do momento que a Mestra Maria das Graças recebeu o <i>Prêmio Maria Felipa</i>	44
Figura 10 Fotografia da Mestra Maria das Graças dançando quadrilha.....	46
Figura 11 Fotografia de Mestra Marlene, 61 anos.....	47
Figura 12 Fotografia de Mestra Marlene processando mariscos em casa	48
Figura 13 Fotografia de Mestra Damiana, 50 anos	49
Figura 14 Fotografia de Mestra Damiana	52
Figura 15 Fotografia de Mestra Maria Sebastiana, 65 anos.....	53
Figura 16 Fotografia de Mestra Maria Sebastiana no manguê.....	55
Figura 17 Fotografia de Mestra Patrícia, 39 anos	55
Figura 18 Uma peça de artesanato, feita por Mestra Patrícia, cuja matéria-prima é a casca das ostras	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – MULHERES DA LAMA	37
1.1 Mestra Maria da Conceição	37
1.2 Mestra Maria das Graças	42
1.3 Mestra Marlene	49
1.4 Mestra Damiana	51
1.5 Mestra Maria Sebastiana	55
1.6 Mestra Patrícia	57
CAPÍTULO II – VIVER DA LAMA	60
2.1 Traçando aproximações: O perfil das marisqueiras entrevistadas	61
2.2 Comunidade e saberes tradicionais	66
2.3 Marisqueiras – seu saber tradicional e cotidiano	71
2.4 O significado e a história do manguezal	85
2.5 Mariscagem como ato de resistência	93
2.6 Mariscagem e pandemia	96
CAPÍTULO III – A CONSTITUIÇÃO DA MARISQUEIRA PELA ORALIDADE	100
CAPÍTULO IV – O FUTURO DAS TRADIÇÕES DAS MARISQUEIRAS	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
ANEXO I– TERMO DE AUTORIZAÇÃO	122
ANEXO DE IMAGENS	128

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, intitulada *As mestras dos saberes: trajetórias e práticas das mulheres negras marisqueiras no município de Valença - BA*, objetiva analisar os processos de vivências, bem como as formas como as mulheres negras marisqueiras articulam e compartilham seus saberes, permitindo a permanência da prática da mariscagem.

A partir disso, busco visibilizar esses saberes e práticas ancestrais, tão presentes na comunidade valenciana, mas que são silenciados por diversos motivos, como veremos ao longo deste texto. Desse modo, esta pesquisa tem como *locus* a própria enunciação das mestras dos saberes; aqui elas apresentam suas histórias de vida, experiências e práticas ancestrais.

Nesse processo, todos os saberes e práticas produzidos e reproduzidos por essas mulheres, além das manifestações populares/culturais expressas por meio desses saberes, foram analisados e descritos. O grupo de marisqueiras é considerado uma comunidade tradicional, pois suas práticas e seu modo de sobrevivência dependem de elementos encontrados na natureza.

Além do mais, tais práticas resultam de saberes produzidos pela interação delas com o ecossistema manguezal. Assim, esses saberes são baseados em um entendimento profundo e acumulado, que está relacionado ao tratamento e ao cuidado com o ecossistema que as cerca, ou seja, são saberes de caráter empírico.

Diante disso, o objeto desta pesquisa é constituído pelas reflexões dos saberes de mulheres negras marisqueiras do município de Valença – BA. Vale salientar que, neste trabalho, os *saberes* englobam a questão social, cultural e emocional. Segundo J. Schlanger (*apud* CHARLOT, 2000, p. 61 - 62), o saber “é uma relação, um produto e um resultado, relação do sujeito que conhece com seu mundo, resultado dessa interação”.

Portanto, por meio da relação do sujeito com o meio, determinados saberes são construídos; isto é, os tipos de saberes são formas diferentes de relação do indivíduo com o mundo. Por ser um produto relacional — construído e compartilhado pela interação/experiência do indivíduo com o meio, e entre indivíduos —, o saber contempla o contexto social, simbólico, cultural e a representação dos indivíduos.

Postas essas considerações e para o êxito do processo investigativo, elenquei os seguintes objetivos específicos: registrar os saberes das mulheres negras marisqueiras; descrever suas práticas e seu modo de vida; compreender os significados e sentidos atribuídos pelas marisqueiras ao manguezal; identificar as guardiãs dos saberes e práticas da mariscagem do município de Valença- BA, no grupo investigado; entender os caminhos de compartilhamento de saberes; detectar o vínculo entre as marisqueiras e a cultura negra, bem como, a forma como se identificam dentro da etnicidade e produzir um fotolivro digital.

Portanto, esta pesquisa apresenta a seguinte pergunta norteadora: de que forma as mestras marisqueiras do município de Valença - BA constroem, vivenciam e compartilham seus saberes para a permanência da prática da mariscagem? Além dessa, outras perguntas foram surgindo ao longo da pesquisa e elas foram fundamentais para o enriquecimento da discussão. Dentre elas, temos: quais são as conexões existentes entre a mariscagem e a cultura negra? Como a pandemia da Covid-19, iniciada em 2020, influenciou no modo de vida das marisqueiras?

Neste sentido, é imprescindível acrescentar que os questionamentos que formaram a proposta deste trabalho nasceram das minhas vivências no município de Valença, uma cidade baiana que tem como característica relevante, a presença de comunidades tradicionais — comunidade pesqueira, quilombola e de terreiros. Até os dias de hoje, as práticas desses grupos são influenciadas pelas culturas indígena e africana, sendo elas ressignificadas e transmitidas de geração a geração.

A partir da promoção da cultura local, essa população tem a oportunidade de apresentar suas narrativas e inquietações; essas são as marcas que pretendo deixar, tanto para as pessoas que permitiram a realização desse estudo, quanto para meus pares na academia, que poderão utilizar este trabalho para estudos futuros.

Atualmente, eu ainda moro em Valença, uma cidade localizada no Baixo Sul da Bahia. De acordo com MDA¹ (2012 *apud* STOPILHA, 2015, p. 23 - 24), o território do Baixo Sul “é formado por quatorze Municípios: Gandu, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Aratuípe, Cairu, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo

¹ Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Peçanha, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães”. Destes, sete compõem a Costa do Dendê: Cairu, Taperoá, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Nilo Peçanha e Valença.



Figura 1 – Mapa mostrando a localização e os municípios que compõem o Baixo Sul da Bahia.
Fonte: Dendê News (2013). Acesso em: 29 de ago. 2020.

No caso de Valença, ela fica a aproximadamente 262 km de Salvador, capital do estado, via BR-101. Contudo, pelo trecho da BA-001, via Ilha de Itaparica, seguida pela travessia no *Ferry Boat*, essa distância cai para 105 km.



Figura 2 – Mapa de localização do município de Valença, Bahia.
Fonte: Google Maps. Acesso em: 29 de ago. 2020.

A cidade de Valença possui uma “[...] área da unidade territorial [de] 1.124.657 km², população de 88.673, segundo o censo 2010 [...], altitude 39 m, com clima tropical úmido e taxa de escolarização de 97.1%” (SCANTAMBURLO, 2018, p. 15). Entretanto, ao longo da última década, a população estimada passou a ser

de 97.873 habitantes, conforme dados do IBGE (2021). Outra característica importante desse município é o PIB per capita que, em 2017, era de R\$ 14.534,73.

Dentre os bairros de Valença foi na Bolívia — considerado o maior bairro de todos os municípios do Baixo Sul baiano — que eu cresci e passei a maior parte de minha vida. Com uma área territorial de 436km², o bairro Bolívia apresenta a seguinte subdivisão: Mangue-Seco, Clemasaul e Porto da Imbira (SILVA, 2015). Todavia, há dois anos eu me mudei para o Novo Horizonte, um bairro também localizado em uma área de manguezal da cidade.



Figura 3 – Fotografia aérea do bairro da Bolívia, na cidade de Valença, Bahia.
Fonte: SILVA (2015) *apud* 33º CIPM



Figura 4 – Fotografia aérea mostrando a área de manguezal presente no bairro da Bolívia, Valença – BA.

Fonte: SILVA (2015) *apud* 33º CIPM

Ainda sobre o bairro da Bolívia, minha avó, Mestra Marcela (mãe de Joel, meu pai) foi uma das primeiras moradoras de lá. Ela afirmava que antigamente a Bolívia era só mangue e mato. Entretanto, com as invasões, a maior parte da área de manguezal foi aterrada, desmatando uma grande área do manguezal e

reduzindo a quantidade de algumas espécies importantes para a prática da mariscagem. Demograficamente o bairro da Bolívia possui

uma população de aproximadamente 30.000 habitantes e, por conseguinte, sendo maior do que muitas cidades do interior da Bahia. No aspecto geográfico mostra-se relevante pontuar que está localizado em uma região de manguezal e possui canais que desembocam no Rio Una (SILVA, 2015, p. 13).

Quanto às características econômicas, esse bairro conta com pequenos empreendimentos, comércios e produções artesanais, a exemplo da pesca. É um bairro um pouco violento e com índice de crescimento populacional desordenado, o que resulta no aumento de residências na área do manguezal. Esse padrão se estende por toda a cidade, sendo um reflexo da falta de planejamento urbano. Afinal, quando uma família ocupa essa área significa que, de alguma forma, ela está desassistida por políticas públicas.

Um exemplo dessas políticas é o saneamento básico, ausente em algumas áreas desse bairro, necessário para garantir o bem-estar e a saúde da população. Logo, os dejetos e lixos são lançados diretamente no mangue; esse esgoto sem tratamento gera grandes impactos ao meio ambiente.

É nesse meio ambiente, o manguezal, que fornecem sustento para uma parcela da população. Tanto no bairro da Bolívia como nos demais, a prática de mariscagem é uma atividade comum; não é difícil encontrar marisqueiras e pescadores no município.

Portanto, sempre tive contato com mulheres negras marisqueiras, pois as áreas com manguezal ficam próximas às casas de meu pai, no bairro da Bolívia, e de minha mãe, no bairro do Novo Horizonte. A propósito, minha mãe já foi marisqueira; ela sempre contava e ainda conta muitas histórias de seu tempo e mantém amizade com pescadores e marisqueiras.

Aqui se faz necessário definir as marisqueiras que são mulheres que vão ao mangue pescar mariscos e também que realizam o processo de retirada da carne dos cascos desses animais. Elas são consideradas pescadoras artesanais, pois praticam uma atividade de baixo impacto social e utiliza poucos equipamentos e tecnologias simples.

Ademais, podem vender seus produtos de forma autônoma, ou utilizar para consumo próprio. De acordo com Sandra S. dos Santos (2013, p. 14), “Essa categoria da pesca artesanal é constituída por mulheres de idade e crenças variadas que vivem da captura e beneficiamento de moluscos bivalves e alguns crustáceos”. É uma realidade em Valença, onde observei marisqueiras pertencentes de diversas faixas etárias.

Lembro-me bem que as marisqueiras catadoras² gostavam de exercer essa prática na porta de suas casas, permanecendo assim até os dias de hoje. Nesse momento, ocorrem diferentes interações, como contação de histórias, “resenhas”³ e até mesmo a comercialização de seus produtos. Eu normalmente participava desse círculo de mulheres marisqueiras e ficava fascinada com as histórias, além de admirada com seus saberes e com sua agilidade para tratar os mariscos, crustáceos e peixes.

Também me recordo das que vinham do mangue carregando sacos e baldes contendo mariscos (caranguejos, siris, aratus, lambretas, ostras). Para mim, tudo isso era/é encantador. Inclusive, minha admiração e curiosidade fizeram-me tentar pescar no mangue algumas vezes; porém, não consegui.

A mariscagem exige muita habilidade, resistência e conhecimento da área. Contudo, pelo menos aprendi a catar os mariscos com minha mãe. Possuo diversas lembranças em relação às mulheres marisqueiras e que elas são significativas para a minha construção identitária.

Lembro-me que eu ia com minha mãe ao Tento⁴ esperar os barcos descarregarem os peixes e camarões para podermos comprá-los. Durante a espera, sentávamos em uma praça, perto da Igreja São Pedro, em Frente ao Rio Una, e sentíamos um ventinho bom. Quando tínhamos dinheiro, comprávamos jujuba e ficávamos ali, aguardando.

Desta forma, essas memórias me trazem certa saudade, apesar das dificuldades, pois muitas vezes estávamos ali por não ter nada para comer em casa. Nessa espera frequentemente encontrávamos mulheres tratando peixes ou catando

² Aquelas que tiram a carne dos cascos dos moluscos/crustáceos.

³ É uma gíria que significa brincadeiras, risadas, momento engraçado, descontração.

⁴ É um bairro próximo à Bolívia, que também tem, como uma das principais fontes econômicas, a pesca artesanal.

camarões, enquanto outras esperavam os barcos descarregarem. Muitas vezes, conversávamos e observávamos a agilidade e habilidade dessas mulheres ao descarnar o crustáceo até a maneira de segurar a faca e de tratar o peixe.

Durante essas interações, trocávamos dicas que utilizávamos em casa, quando íamos catar o camarão e tratar o peixe, ao mesmo tempo que aprendíamos muito com elas. Quando a espera encerrava, trazíamos os camarões para casa; mainha os colocava na bacia e eu a ajudava a descascar e limpar. Fazíamos isso durante um longo tempo.

Atualmente, compramos e também ganhamos crustáceos, mariscos e outros moluscos (como lulas e polvos) além de peixes que os pescadores e pescadoras trazem. No entanto, para tratá-los ainda utilizamos os saberes ancestrais. São esses saberes e práticas, bem como as memórias e lembranças que estão constantemente presentes em minha vida.

Por isso, causa-me forte indignação ver que tais saberes não são reconhecidos de fato pela sociedade. A intimidade com as marisqueiras, um grupo formado majoritariamente por mulheres negras, despertou em mim a vontade de pesquisar, relatar e registrar suas histórias, memórias, saberes e práticas.

Nesse sentido, materializar as suas narrativas e visões de mundo, neste trabalho, é uma forma de contribuir para visibilidade dessas mulheres na sociedade, ou seja, é uma forma de dar voz e vez a elas que por muito tempo têm sido silenciadas e invisibilizadas socialmente. Sendo assim, faz-se necessário provocar reflexões sobre esses enunciados carregados de cultura e saberes para promover a conservação e a valorização desse patrimônio cultural do município de Valença - BA.

Ademais, expor essas práticas permitem que todos os indivíduos desse grupo se sintam parte da sociedade é como um todo, que ao desnudar o verniz da invisibilidade, mostra os inúmeros segmentos sociais que carregam. São elas: mulheres, negras, pertencentes a classe desprivilegiada, e que em muitas ocasiões, são vistas como subalternas.

Ao longo de suas vidas elas tiveram poucas oportunidades de falar sobre suas trajetórias, realidades e cotidianos, de forma livre e espontânea. Assim sendo essas narrativas expõem suas reflexões e trazem à tona suas ancestralidades, por meio da atividade que desenvolvem. Para tal grupo, a possibilidade de serem

ouvidas, bem como de se permitirem refletir acerca da importância social e cultural que possuem apenas no existir, promovem um debate oportuno tratando dos valores que o tempo assiste, permite e regula.

Além das razões acima mencionadas e de viver em uma cidade na qual a prática da mariscagem tem grande importância, outro fator que influenciou a escolha do meu tema de pesquisa foi o fato de minha mãe também ter sido marisqueira. Mestra Maria Angélica, mais conhecida por Angélica, é uma mulher negra, mãe de duas filhas — Joelma e Karoline — e moradora do bairro do Novo Horizonte.



Figura 5 – Fotografia da Mestra Maria Angélica, minha mãe.

Fonte: Arquivo pessoal.

Em sua fala, Mestra Angélica conta que iniciou a atividade de mariscagem aos oito anos, quando morava próximo à praia, sendo o manguezal o seu quintal. Ela aprendeu a prática da mariscagem com pessoas mais velhas, observando a forma que elas capturavam os siris, aratus, caranguejos, ostras e sururus, além de aprender a pescar peixe na maré.

Durante a prática, eram necessárias estratégias distintas de captura específicas para cada tipo de mariscos. Por isso, era necessário certo grau de conhecimento sobre o ambiente, os horários das marés, as fases da lua e os próprios mariscos; afinal, cada um possui características de vida diferentes, como o período de reprodução.

Conhecer os meios de vida dos animais do mangue ajudava a determinar qual o melhor método para capturá-los. Por exemplo, mainha fala que tinha certa dificuldade em capturar caranguejo, pois este fica atolado na lama, exigindo um pouco mais de força para retirá-lo. Assim, para cada tipo de marisco e crustáceo é exigido um manejo diferente; o siri, por exemplo, poderia ser pescado tanto no mangue quanto na praia e eram exigidas práticas de captura distintas nesses dois ambientes.

Retomando a iniciação de mainha na atividade de mariscagem, ela ocorreu por necessidade. Minha avó, Mestra Maria Alves, era mãe solo de sete filhos e para sustentá-los, ela trabalhava na pesca no manguezal, além de ser lavadeira, salgadeira e faxineira/diarista, pois só a mariscagem não era suficiente para sustentar os filhos. Todo tipo de atividade que surgia ela realizava não ficava parada.

Como forma de ajudar minha avó, mainha e seus irmãos também pescavam no manguezal, pois o pescado coletado serviria como alimento ou para a venda. A maioria dos irmãos de mainha são pescadores e vendedores de mariscos, vivendo até hoje dessa prática.

Em seus relatos, mainha afirma que quando não tinha alimento em casa, minha avó pedia para que ela e seus irmãos fossem ao mangue ou à praia, capturar alguns mariscos. Quando chegavam, minha avó preparava o pescado e fazia um escaldado/pirão com a água do cozimento do marisco, farinha e azeite. Algumas vezes, tinha também o molho lambão⁵ para completar a refeição.

Além de capturar mariscos, mainha também catava e retirava a carne dos mariscos de seus cascos, com a finalidade de preparar moquecas. Seus relatos são carregados de memórias afetivas; uma mistura de saudade, alegria e paz. Apesar das dificuldades que viveu, ela relembra esses momentos com leveza e pureza – isso é demonstrado pela forma como narra suas histórias.

É importante ressaltar que, durante a pesca dos mariscos, também acontecem alguns acidentes, como afirma minha mãe. A pesca das ostras, por exemplo, é uma prática perigosa, que exige bastante cuidado, já que o casco

⁵ É um vinagrete bem caprichado, feito de cebola, tomate e pimentão, mas também com pimenta e bastante limão, ou vinagre.

desses moluscos corta muito facilmente. Algumas vezes, por descuido ou até mesmo por falta de conhecimento do local acontecem imprevistos.

Mainha conta que, certa vez, cortou o pé ao pisar em uma ostra que não havia visto; foi um corte profundo e que custou a estancar o sangue. Nesse sentido, ela alerta que a prática da mariscagem exige atenção, sabedoria, habilidade e respeito com a natureza; logo, é uma prática que não é fácil.

Após se casar com meu pai, minha mãe raras vezes voltou ao mangue. Segundo ela, o manguezal se tornou uma área perigosa, esconderijo de alguns criminosos⁶. Vale ressaltar que esse é um dos fatores que dificulta o acesso das marisqueiras ao manguezal. Além disso, pela questão da maternidade as idas de mainha ao mangue se tornaram mais difíceis na época.

No entanto, ela continuou com a prática de descarnar os mariscos, crustáceos e peixes; porém, para o consumo próprio. Lembro-me que quando mainha queria cozinhar moqueca de algum desses animais, ela utilizava os saberes ancestrais. Atualmente, ela ainda utiliza esses saberes para o preparo de comidas e gosta de compartilhá-los conosco.

Logo, eu cresci ouvindo essas histórias, as quais influenciaram a minha aprendizagem. Mainha me ensinou o respeito à natureza; como reconhecer os mariscos; a forma correta de capturá-los; a identificar as catitas⁷ na fase de reprodução; os modos distintos de preparo desses mariscos para a alimentação – escaldado, moqueca e outros pratos. Diante disso, sou agradecida por conhecer um pouco desse saber que matou a minha fome por muitas vezes,.

Com base no que foi apresentado, o presente estudo traz reflexões sobre oralidade, ancestralidade, memória, natureza, cultura negra e aspectos sociais intrínsecos ao contexto, tendo como sujeitos da pesquisa, mulheres negras marisqueiras no município de Valença. A elas eu denomino de “mestras dos saberes”; saliento que aqui a utilização do termo “mestras” refere-se a sujeitos que possuem um saber adquirido através da prática, da experiência com o mundo e que é transmitido por meio da oralidade e das repetições das ações.

⁶ O manguezal tornou-se uma rota de fuga para alguns criminosos. Essa informação é de acordo com as minhas vivências e com as narrativas das marisqueiras entrevistadas.

⁷ Caranguejos fêmeas que, aqui em Valença, recebem esse nome.

Tais mestras têm uma vivência de característica ancestral, na qual os saberes são passados ao longo das gerações, especialmente entre as mulheres. Nas palavras de Ana Licia S. Stopilha (2015, p. 21), “Essas atividades envolvem saberes que são adquiridos através das tradições de práticas produtivas das populações costeiras e ribeirinhas, na observação direta e no contato com a natureza”. Por isso, também apresento reflexões sobre o processo de ensino e aprendizagem que se dá por meio da oralidade, além do vínculo entre saberes das mulheres negras marisqueiras e a cultura negra.

Durante as narrativas de minha mãe, por exemplo, percebi que ela acredita que existem guardiões no mar, nos manguezais, nos rios e na mata. Mesmo não sendo de religião de matriz africana, ela acredita muito em Iemanjá, uma divindade de origem africana incorporada pela cultura popular brasileira e que ficou conhecida como a rainha do mar, a sereia do mar.

Por compartilharem essa crença de que cada elemento da natureza tem um “dono” ou “dona” que são “seres mitológicos”, as marisqueiras entrevistadas acreditam que para entrar no manguezal é necessário pedir licença. Afinal, ninguém entra na casa de alguém sem fazê-lo, visto que essa casa pertence a alguém. Da mesma forma é o manguezal, sendo necessário respeito e reverência ao adentrá-lo.

Analisando esses relatos, não limito a cultura negra à religiosidade, pois também existem outros aspectos. Entretanto, é notório que há uma relação entre as práticas das marisqueiras e a cultura negra, visto que estou falando de mulheres negras que utilizaram e utilizam o manguezal como forma de subsistência e de resistência da cultura negra.

Como consequência, as manifestações dessa cultura estão naturalmente presentes no modo de vida das marisqueiras; logo, a mariscagem também pertence à cultura negra. Por meio das entrevistas, foi perceptível que o envolvimento das marisqueiras com a cultura negra é demonstrado, principalmente, pelo vínculo que elas têm com a natureza — o manguezal, a praia (água/terra) — tratando-a com respeito e reconhecendo esses lugares como sagrados.

Além desse vínculo, a questão da gastronomia e da tradição oral também são aspectos da cultura negra. Por ter sido um dos meios de sobrevivência e resistência do povo negro houve uma junção entre a cultura africana e a prática da

mariscagem, integrando-as. Nesse cenário, essa parcela da sociedade reavive e ressignifica esses símbolos culturais, enquanto, paralelamente, reorganiza os elementos valorosos da tradição, reafirmando identidades que promovem uma tensão entre o global e o local, entre o presente e o passado. Para Bernardi e Castillo (2016),

Dessa forma, há que se localizar no mundo, a partir do universo particular com suas próprias fronteiras culturais, de países, étnicas, o sentido de existir do ser humano. Isso não significa que o local desaparece, mas "[...] a globalização torna o local mais importante do que nunca. Como podemos nos situar no mundo a não ser a partir do nosso território, por mais difícil que seja defini-lo?" (OLIVEN, 2009, p. 80). Nesse diapasão, o homem e a sociedade formam uma identidade própria, uma paisagem caracteristicamente unívoca e eivada dos elementos valorativos que os envolvem (CASTILLO, 2016, p. 746).

A partir das histórias contadas por minha mãe, decidi entrevistar outras mulheres negras que já foram marisqueiras ou que continuam exercendo essa prática, na cidade de Valença – BA. Ao todo, foram entrevistadas seis mulheres negras marisqueiras: três moradoras do bairro da Bolívia, uma do bairro da Urbis, uma do bairro Novo Horizonte e uma da localidade de Cajaíba; essa última é líder da Colônia de Pescadores. Essa escolha visou o enriquecimento da memória coletiva da comunidade valenciana.

Aqui, pretendo dar visibilidade às suas trajetórias de vida, além de compreender: como os ensinamentos antigos foram preservados até os dias de hoje? Ocorreu alguma mudança na prática e nas divisões de trabalho na comunidade de pescadores artesanais? Existe diferença entre os manguezais do passado e do presente? Existem políticas públicas municipais que atendam as necessidades dessa comunidade? É por meio das enunciações das entrevistadas que serão discutidos tais temas.

Antes de aprofundar as reflexões sobre os saberes e práticas é necessário abordar o lugar onde essas mulheres negras marisqueiras interagem, produzem seus saberes-práticas e retiram recursos para a sua sobrevivência: os manguezais. Para Schaeffer-Novelli (1999), o manguezal é um ecossistema característico de regiões tropicais e subtropicais costeiras, onde ocorre a transição entre ambientes terrestres e marinhos (entre água doce e salgada).

É um importantíssimo ecossistema para vida marinha, pois é considerado um berço natural, ou seja, um lugar que serve para reprodução e desova de diversas

espécies. Além disso, os manguezais são locais de alimentação e refúgio temporário ou permanente de algumas espécies de crustáceos, peixes, moluscos e aves (garças, martins-pescadores, socós e maçaricos). Para além, a vegetação de mangue protege as linhas costeiras contra ações erosivas do mar e dos ventos, garantindo-lhes estabilidade.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2009), o Brasil possui cerca 1.225.444 hectares de manguezais. Já na Bahia, esse ecossistema ocupa uma área de aproximadamente 1.000km², distribuídos ao longo de 1.181km de costa (COPQUE; CUNHA; SOUZA, 2010). É notável que os manguezais estão presentes em grande parte da costa brasileira e se tornaram essenciais para a economia e sobrevivência da comunidade pesqueira. Segundo Stopilha,

Dados do MPA (BRASIL, 2014) sobre pesca artesanal revelam que existem no Brasil 957 mil pescadores organizados em 1.200 colônias, 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas. Os dados ainda mostram que no Brasil produz-se 1 milhão e 240 mil de pescado por ano, sendo que cerca de 45% dessa produção é da pesca extrativa artesanal. Em 2011 a produção de crustáceos marinhos ficou na ordem de 57.344,8 t; a produção de moluscos em 13.989,4 t o que denota um incremento de 1% e 0,3%, respectivamente, quando comparada ao ano de 2010 (STOPILHA, 2018, p. 22).

Considerando as regiões brasileiras, o Nordeste possui a maior concentração de práticas de pesca artesanal, proporcionando 75% da produtividade, ou seja, das capturas. A região possui 164.854 pescadores artesanais que representam 42,19% do total do país. No estado da Bahia, em especial, a atividade da pesca artesanal é predominante e possui grande importância social para a obtenção de recursos destinados ao mercado ou para o consumo próprio. Nesse cenário,

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) demonstram que no estado da Bahia 1.046.093 pessoas estão envolvidas na pesca, enquanto que destas 447.221 são mulheres. Segundo o MPA (2011), 105.455 mil pescadores estavam cadastrados, sendo 54,9% do sexo masculino e 45,1% do sexo feminino (STOPILHA, 2018, p. 23).

Na cidade baiana de Valença não seria diferente, nela a pesca artesanal é uma das principais fontes econômicas, pois o município possui uma extensa área de manguezal. Portanto, esse ecossistema tem uma grande relevância social para os habitantes da cidade.

Nesse litoral, grande parte da população tem a pesca artesanal como a principal fonte de renda. Conforme Walter e Wilkinson (2011), cerca de 14 mil

pescadores e marisqueiras sobrevivem graças à prática, estando eles divididos em 100 comunidades e bairros de alguns municípios da região. Anualmente são produzidas aproximadamente 15 mil toneladas de frutos do mar gerando um lucro de 78 milhões de reais.

Em Valença existe uma Colônia de Pescadores⁸, localizada no bairro do Tento, além de três Associações na localidade do Guaibim, uma na sede do município e outra na localidade de Cajaíba. Na Colônia de Pescadores são cerca de duas mil marisqueiras cadastradas.

Para as marisqueiras, a prática da pesca artesanal não é simplesmente uma atividade de sobrevivência; existe um elo muito forte com o manguezal, o qual organiza o seu ciclo de vida, seu cotidiano, seus saberes, manejos, e a organização social, como práticas de divisão do trabalho.

É demonstrado isso a partir da leitura do capítulo I, *Saberes tradicionais e Etnoconservação*, do livro *Comunidades Tradicionais e Manejos dos Recursos Naturais da Mata Atlântica*. De autoria de Antônio Carlos Diegues e Virgílio M. Viana (2004), esse trabalho permite compreender que, para a Ecologia Social, o manguezal é tanto de domínio da natureza quanto social. Afinal, por meio das interferências humanas, esse ecossistema tem as características que apresenta até os dias de hoje. Dessa forma, as práticas de comunidades tradicionais ajudam a conservar e a aumentar a abundância das espécies para aquele ecossistema. Assim,

A diversidade biológica, no entanto, não é simplesmente um conceito pertencente ao mundo natural. É também uma construção cultural e social. As espécies são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas (DIEGUES; VIANA, 2004, p. 01).

A relação da comunidade tradicional com o ecossistema resulta em saberes e no saber-fazer que favorecem tanto o ambiente como a marisqueira, é uma relação de equilíbrio entre ambos. Isso significa que o indivíduo aprende a melhor forma de conviver com a natureza, utilizando seus recursos, mas também

⁸ As Colônias são organizações sociais que representam a classe dos pescadores no sentido de intervir a favor da atividade junto ao governo brasileiro (BEGOSSI, 2002 apud FAÇANHA, SILVA, 2016, p.129-130).

conservando-a, todavia, esse tipo de saber empírico, fruto de experiências diretas com a natureza ainda não é valorizado pela sociedade.

Diegues e Viana (2004) apontam que o erro da sociedade moderna é reconhecer exclusivamente como saber válido o científico, sendo que existem outros tipos de saberes. É o caso daqueles produzidos pelas comunidades tradicionais.

Nesse sentido, o livro *Epistemologia Sul*, de Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2010), no capítulo I⁹, que tem o título *Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*, argumenta que o colonialismo padronizou e estabeleceu o saber científico – o saber do povo colonizador (eurocentrismo) – como a única forma e modelo epistêmico. Assim, desprezam-se os outros saberes, visto que aqueles silenciados foram os de povos colonizados, que tinham uma cultura diferente da europeia.

Ademais, existem as questões dos marcadores sociais que se conectam entre si. Assim, esta pesquisa analisa como os marcadores sociais — relacionados à cor, classe e gênero — interferem na vida dessas mulheres. A prática de mariscar (pescar no manguezal e catar marisco) é um ofício designado às mulheres, visto que a divisão social do trabalho é baseada no eixo dominador gênero: o homem pesca no mar de fora enquanto a mulher pesca no rio de dentro ou no mar raso. Isso é fruto da visão de que a mulher é frágil e deve assumir trabalhos leves e domésticos. Desse modo,

tradicionalmente, as mulheres exercem, em comunidades pesqueiras, um papel fundamental: aliam as atividades domésticas às atividades de coleta de mariscos e confecção de utensílios para pesca o que permite aos homens dedicarem-se à lida no mar de fora, ou oceano (STOPIILHA, 2015, p. 84).

Assim, a dominação masculina estabelece funções/posições desiguais para as mulheres.

Deste modo, na pesca artesanal, prevalecem as dicotomias homem/mulher, mar/terra, mito/real que se traduzem na não percepção da mulher enquanto ator social produtivo, permanecendo o mito da invisibilidade feminina dentro do universo pesqueiro (LEITÃO *et al.*, 2009, p.11).

⁹ Capítulo escrito por Boaventura de Sousa Santos. Nesse livro cada capítulo possui um determinado autor

Além das questões de gênero, as mulheres negras marisqueiras vivenciam uma experiência marcada pelo racismo e pela diferença de classe, sendo vítimas de uma invisibilidade social tripla. Isso é resultado de uma sociedade baseada em ideologia da colonialidade, que estabelece hierarquias e lugares sociais para diferentes grupos. As mulheres negras marisqueiras por conta da cor de pele, do gênero e da classe as quais pertencem são “condenadas” a sofrer diversas opressões.

Conjuntamente, o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as possibilidades relativas das pessoas e constituem instituições e políticas que as afetam (CRENSHAW, 2002, p. 177 *apud* BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 47).

Apesar do amor à profissão, a maioria das marisqueiras entra nesse ramo por necessidade a fim de não passar fome. Por tudo que foi dito, é nítido que esse grupo sofre diversos tipos de violência, pois estão desassistidas de políticas públicas que poderiam melhorar sua qualidade de vida. Retomando a discussão da prática da mariscagem em si, essa atividade foi desenvolvida por meio do conhecimento do ecossistema manguezal, estabelecendo uma relação de saber-fazer, o fazer só acontece com o saber e o saber só é validado com a prática.

Assim, o saber-fazer resulta na constituição de métodos/manejos através de práticas cotidianas, com o conhecimento profundo do ambiente. Esse conhecimento é construído por meio da “observação direta dos fenômenos e elementos da natureza e na experimentação empírica do uso dos recursos naturais disponíveis” (GONDRA; ANDRADE, 2007, p. 01). Para analisar essas vivências e narrativas, o princípio metodológico utilizado neste trabalho é de caráter qualitativo, já que a História Oral é assim caracterizada. Segundo Minayo (2008),

o método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2008, p. 47).

Dessa forma, a abordagem metodológica da pesquisa é baseada nas narrativas dessas mulheres, destacando suas experiências vividas e seus saberes constituídos pela prática, além de considerar os fatos, experiências e trajetórias de

vida. Por meio desse método são construídos documentos de valor simbólico e informativo. Essa é uma maneira de conceder espaço ao sujeito invisibilizado dentro da história, valorizando suas experiências e preservando a memória individual e coletiva.

Portanto, a opção por essa metodologia se alia à proposta desta dissertação que é analisar a trajetória de vida e os saberes-práticas das mulheres negras marisqueiras no município de Valença – BA. Afinal, esse é um grupo que sofre o processo de invisibilidade social e é triplamente silenciado — devido à cor, classe e gênero — pela comunidade valenciana. Logo, este estudo é umas das formas possíveis de valorizar essas mestras dos saberes.

A narrativa oral tem sido, desde muito tempo, um instrumento de transmissão e preservação de culturas, saberes e práticas. A oralidade foi constituída antes da escrita e se tornou um instrumento de extrema relevância para a história da humanidade. Verena Alberti (1990) defini a História Oral como

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximar do objeto de estudo [...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (ALBERTI, 1990, p. 1-2).

A mesma autora também afirma que “a história oral privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2007, p. 14). Assim, por meio da História Oral foi possível resgatar e desenvolver uma versão das marisqueiras sobre sua própria história, a partir dos seus relatos.

Nesse contexto, o uso de entrevistas “se configura como principal instrumento (ou técnica) do método de história oral” (SILVEIRA, 2007, p. 39), permitindo coletar depoimentos e dados. Esse é um processo investigativo que busca elucidar o ponto de vista dos sujeitos da pesquisa; neste caso, das mulheres negras marisqueiras em Valença - BA.

Dentre todas as técnicas existentes, a entrevista é a mais flexível, pois de modo geral, ela pode ser de dois tipos: as entrevistas estruturadas, que pré-determinam, em maior grau, as respostas a serem obtidas; e as semiestruturadas, que são realizadas de forma mais espontânea (BATISTA; MATOS; NASCIMENTO,

2017). Para a realização desta pesquisa, o modelo de entrevista semiestruturada foi utilizado.

Por meio das entrevistas, foi possível conhecer as histórias das marisqueiras e perceber as emoções que cada uma delas transmite, bem como a importância de cada memória. É importante salientar que a maioria das entrevistadas não concluiu o Ensino Fundamental, sendo uma característica desse grupo a transmissão de saberes via oral. Uma vez coletados os dados, por meio das entrevistas, documentos, imagens e outras fontes. A técnica de análise de conteúdo foi utilizada para a verificação dos dados desta pesquisa.

A análise de conteúdo, atualmente, pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdo (verbais ou não-verbais). Quanto a interpretação, a análise de conteúdo transitam entre dois polos: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. É uma técnica refinada, que exige do pesquisador, disciplina, dedicação, paciência e tempo (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 03).

A escolha dessa técnica deu-se devido ao seu caráter sistemático, por objetivar, interpretar, investigar e decodificar o que está sendo dito nas entrevistas e o que está escrito nos documentos. Segundo Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. Assim, para o presente trabalho foram realizadas entrevistas com seis mulheres marisqueiras habitantes de diferentes bairros da cidade de Valença – BA. São elas:

- Mestra Marlene: moradora do bairro da Bolívia, trabalha com a mariscagem por muito tempo. Ela tem 61 anos, é filha de Gelé, mãe de nove filhos e avó de dez netos. Por meio dessa entrevista busquei além da trajetória de vida, compreender a questão da invisibilidade social que influencia a má qualidade de vida das marisqueiras. A depoente Mestra Marlene destacou as questões da tradicionalidade e ancestralidade.
- Mestra Maria da Conceição: nascida em 15 de setembro de 1931, é moradora do bairro da Bolívia e trabalhou 40 anos como marisqueira. Mãe de três filhos, ela foi amiga de minha avó e uma das primeiras moradoras de Bolívia; logo, seu depoimento ajudou a compreender as transformações do manguezal na região ao longo do tempo. Além disso, graças aos seus ensinamentos várias mulheres do bairro de Bolívia aprenderam a mariscar.

Essa entrevista possibilitou entender a questão histórica do município, além das questões religiosas, uma vez que Maria Conceição é devota de Iansã, associada à Santa Luzia.

- Mestra Maria das Graças: com 66 anos de idade, ela é a atual presidente da Colônia de Pescadores do município de Valença – BA. Mãe de duas filhas e moradora da localidade de Cajaíba, ela também é poetisa, coordenadora do grupo *Zambiapunga* e da *Quadrilha Junina Girassol*, composta por marisqueiras e pescadores. Por suas ações, ela ganhou o prêmio intitulado *Maria Felipa*¹⁰. Essa entrevista ajudou a compreender os aspectos que ligam a cultura negra às mulheres negras marisqueiras de Valença – BA.
- Mestra Damiana: com 50 anos e mãe de quatro filhos, é moradora do bairro da Bolívia. Atualmente, ela está com alguns problemas de saúde que a impedem de exercer a prática da pesca. Nessa entrevista verifiquei como funciona a questão do auxílio doença para as marisqueiras que precisam dele.
- Mestra Maria Sebastiana: moradora do bairro da Urbis, tem 65 anos e é mãe de oito filhos. Assim como Mestra Damiana, ela também está afastada do manguezal por problemas de saúde. Seu depoimento forneceu informações importantes sobre os impactos do vazamento de óleo no litoral nordestino (2019) e da pandemia da Covid-19 (2020 — presente).
- Mestra Patrícia: moradora do bairro do Novo Horizonte e com 39 anos de idade, ela é mãe de dois filhos e vive da mariscagem. Nessa entrevista busquei questões e aspectos do tradicionalismo da prática da mariscagem.

Vale salientar que em todas as entrevistas foram analisadas a questão do ensino-aprendizagem através da oralidade, a construção dos seus saberes e as suas trajetórias de resistência e ancestralidade. Ao longo das entrevistas, as marisqueiras apresentaram suas ideias, visões de mundo, saberes e cultura.

Graças a isso, percebi que este trabalho se tornou vivo, particular e único, por ser uma pesquisa repleta de histórias contadas com riqueza de detalhes. É

¹⁰ Maria Felipa foi uma mulher preta, marisqueira, que lutou pela independência da Bahia.

importante destacar que todas as entrevistadas assinaram o termo de autorização do uso de sua imagem e som de voz.

Em relação à realização das entrevistas, em 2020 e 2021, enfrentei alguns desafios, especialmente devido à pandemia da Covid-19. Como o público-alvo desta pesquisa é composto, em sua maioria, por mulheres idosas consideradas grupo de risco, todas as entrevistas foram feitas com muita cautela.

Todas as recomendações de segurança foram seguidas, com o uso constante de máscara e álcool em gel e mantendo certa distância. Por isso, não foi possível realizar muitas visitas às marisqueiras. Dentre as entrevistadas, algumas são colegas de minha mãe, enquanto as outras foram por indicação de pessoas próximas.

Além da metodologia investigativa da História Oral, foi adotado o seguinte procedimento técnico, dividido em três etapas. Na primeira delas, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, ou seja, uma revisão literária sobre as ideias centrais que direcionam este trabalho científico. A pesquisa foi realizada a partir de estudos efetuados e publicados, algo fundamental para aprofundar a discussão do tema proposto e para possibilitar reflexões e diálogos entre o que é dito pelas mestras dos saberes e as teorias construídas pelos pesquisadores. Segundo Boccato,

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p. 266).

Pizzani *et al.* (2012) reforça que a pesquisa bibliográfica compreende a revisão de literatura. Para a execução desta revisão, foi realizada uma busca nas bases de dados e endereços eletrônicos, como o Scielo (Scientific Electronic Library Online) e o Google Acadêmico, nos quais encontrei livros, artigos, periódicos, dissertações e teses. Dessa maneira, a pesquisa bibliográfica caracteriza-se por ser o passo inicial para qualquer pesquisa científica, possuindo também caráter exploratório, o que permite maior familiaridade com o problema. É necessário, antes

de desenvolver a pesquisa bibliográfica, “definir os tópicos chave, autores, palavras, periódicos e fonte de dados preliminares” (CONFORTO; AMARAL, 2011, p. 01).

Partindo desse pressuposto, para responder à problemática desta pesquisa, decidi dividi-la em três eixos teóricos para a discussão: saberes-sociedade, saberes-oralidade e saberes-ancestralidade. Assim, os teóricos utilizados dialogam com tais eixos. Para os dois primeiros eixos foram encontradas as seguintes pesquisas relacionadas.

A primeira foi a tese intitulada *Saberes e Práticas Produtivas das Marias Marisqueiras da Comunidade de Mangue Seco: uma investigação sobre mariscagem em Valença (BA)*, 2015, de autoria da professora Ana Lícia de Santana Stopilha. Essa tese aborda conceitos que são essenciais para esta pesquisa, como atividade tradicional, pesca artesanal, comunidade tradicional e saberes. Além do mais, discute práticas de mariscagem na região do Baixo Sul, centrando-se na comunidade do Mangue Seco também localizada no município de Valença.

Tem-se também a dissertação de Maria de Fátima Fernandes Brasão, intitulada *Cotidiano e trabalho das marisqueiras e catadeiras de Valença-BA (1960-2000)*, 2011, a qual colaborou para a compreensão do contexto histórico de Valença, bem como do dia a dia e da situação socioeconômica das marisqueiras.

A pesquisa realizada nessa dissertação traz narrativas orais das marisqueiras e catadeiras cujas memórias consistem no relato de suas vivências e visões sobre si mesmas, sobre o ecossistema e sobre o mundo. Por meio dessa pesquisa, foi possível analisar as práticas da mariscagem de 1960 até os dias atuais, detectando algumas mudanças. O trabalho também apresenta algumas manifestações culturais que contam com a participação das marisqueiras.

Já a dissertação de Uliana Esteves, cujo título é *Saberes do mangue: relação mulher-ambiente na comunidade pesqueira de batateira, Cairú - BA*, 2007, contribuiu para a compreensão da interação entre a população tradicional e o meio ambiente e como essa interação produz saberes e manejos. Esse trabalho também apresenta reflexões sobre as relações de gênero na prática da pesca artesanal.

Voltada para as temáticas saberes-oralidade e saberes-ancestralidade, a dissertação de Victor Hugo D’Albuquerque Lima, intitulada *O conhecimento tradicional e os saberes locais em comunidades costeiras: um estudo de caso da*

Ilha de Deus em Recife, 2009, colaborou para o entendimento do conceito de saber tradicional.

Nela o autor aborda a pesca artesanal como uma atividade baseada na acumulação de saberes transmitidos por pescadores/marisqueiras mais velhas/ancestrais. Esse trabalho também contribuiu para definir a diferença entre saber tradicional e conhecimento científico e entender a hegemonia deste.

Por sua vez, a dissertação de Iaskara Regina Ribeiro Saldanha, *Espaços, recursos e conhecimento tradicional dos pescadores de manjuba (Anchoiella lepidentostole) em Iguape/SP*, 2005, auxiliou na compreensão do conceito de cultura, da importância da relação entre homem e natureza e da sua influência na organização social. A discussão que ela traz em seu texto é essencial para entendermos como os saberes são constituídos.

Obras de Antônio Carlos Diegues também foram utilizadas neste trabalho. Foram elas: *Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil*, 1999; *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*, 2000; *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*, 1983; *A pesca construindo sociedades*, 2004; e *Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica*, 2004.

Nesses trabalhos abordam questões que são fundamentais para esta pesquisa, como os conceitos de “saber tradicional”, “povo tradicional” e “pesca artesanal”, além do surgimento da pesca artesanal, da importância da pesca artesanal, da relação do ser humano com a natureza, dentre outros.

Outra dissertação trabalhada foi a de Thais Mara Dias Gomes, intitulada *Mulheres das águas: significações do corpo-que-trabalha-na-maré*, 2012, que apresenta importantes discussões para esta pesquisa. Afinal, seu trabalho apresenta o cotidiano das marisqueiras e como essa prática interfere na saúde dessas mulheres.

Já a dissertação de Daniela Barros Pontes e Silva, com o título *Educação, Resistências e Tradição Oral: a transmissão de saberes pela oralidade de matriz africana nas culturas populares, povos e comunidades tradicionais*, 2017, aborda a oralidade como parte do processo educativo e de constituição do ser humano.

A autora argumenta que existem lugares fora do contexto escolar que podem ser considerados espaços educativos, como em casa, em uma igreja, em uma roda

de amigos. Outro ponto importante desse trabalho é a reflexão feita pela autora sobre a oralidade como ferramenta de resistência contra a dominação da modernidade/colonialidade, a qual exclui povos que utilizam a oralidade para transmitir seus saberes e conhecimentos.

Partindo para a segunda etapa de realização deste estudo, realizei pesquisa documental caracterizada pela utilização de documentos, com a finalidade de complementar o estudo e subsidiar os dados encontrados a partir de outras fontes. Nessa direção, usei dados socioeconômicos sobre as marisqueiras, obtidos na Colônia de Pescadores e no Cadastro Único. Também foram encontrados dados históricos e socioeconômicos do município de Valença – BA fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Finalmente, realizei a etapa empírica, que ocorreu enquanto eu observava o cotidiano das marisqueiras. Os momentos em que eu “entrei em ação” foram momentos de interação, emocionantes e inesquecíveis: passei de canoa, atolei-me na lama, fui mordida por mutuca, tentei pegar um aratu, subi em árvore, chorei, sorri, entre outros.

Conhecer a rotina delas facilitou a pesquisa, além do fato das participantes não apresentarem resistência e se dispuserem a contar suas histórias, abrindo suas casas, mesmo em um momento de pandemia; vale ressaltar que todos os cuidados recomendados foram tomados.

A partir dessas vivências, propus às marisqueiras a composição de imagens fotográficas para a elaboração de um fotolivro digital na perspectiva de manter a memória dessas mulheres viva. Esse é um meio de materializar a cultura das marisqueiras, suas histórias e seus saberes, para essa geração e para as próximas. Além disso, o fotolivro também é uma ferramenta de visibilidade, pois apresenta a pesquisa e como essas mulheres enfrentam o silenciamento, o processo invisibilidade e o esquecimento social. De acordo com Barbosa (2013), o

Fotolivro por definição é mais do que um livro ilustrado; é um resultado de um esforço de um autor (fotógrafo ou não) na organização de um conjunto de fotografias tendo em mente narrativa iconográfica com o intuito de produzir um discurso visual. Os fotolivros em geral possuem, portanto, um projeto gráfico em sintonia com o material imagético, tornando-se um produto cultural e um modelo de expressão (BARBOSA, 2013, p. 569).

Ademais, o fotolivro pode ser visto também como a exposição digital ou impressa de uma série fotográfica em andamento, sem data determinada para finalizar. Uma vantagem é que esse tipo de instrumento é acessível e de fácil circulação, sendo assim, um documento da realidade e também um documento atemporal.

Em relação ao fotolivro produzido nesta pesquisa, são apresentadas imagens das marisqueiras e suas histórias e que foram coletadas durante as entrevistas. Lembro que quando expus essa proposta, elas demonstraram um sentimento de felicidade. Isso fica nítido na fala da Mestra Maria da Conceição: “*outras pessoas vão conhecer minha história*”. Logo, as marisqueiras entenderam o objetivo do trabalho e abraçaram a ideia; inclusive, elas se arrumaram e escolheram as melhores poses no dia das fotos.

Registrar a história da comunidade e seus habitantes se mostra como uma contribuição significativa para os envolvidos de modo que a produção do fotolivro se comporta como um diário, um testemunho protagonizado pelos excluídos de forma concreta e palpável.

Por isso, o produto final deste estudo será distribuído, na forma impressa, para as marisqueiras que foram entrevistadas e um *link* de acesso será disponibilizado para a Secretaria de Educação, a Secretaria de Cultura, e a Colônia de Pescadores do município de Valença – BA. Ele também ficará disponível em um site para as pessoas que estiverem interesse. Link do site: <https://joelmasantosalmeid.wixsite.com/mestrasdossaberes>.

A seguir, encontram-se os quatro capítulos nos quais a presente dissertação foi dividida. O Capítulo I, *Mulheres da lama*, que apresenta as mulheres negras marisqueiras entrevistadas e descreve suas trajetórias. Já o capítulo II, *Viver da lama*, analisa as experiências e os relatos das marisqueiras, em diálogo com as reflexões produzidas em outros trabalhos acadêmicos. Dessa forma, busquei aprofundar as discussões sobre a comunidade pesqueira (marisqueira) enquanto uma população tradicional e que constitui um saber tradicional. Além disso, é abordada a mariscagem como ato de resistência para a cultura negra.

Por sua vez, o capítulo III, *Constituição da marisqueira pela oralidade*, discute o processo de compartilhamento dos saberes das marisqueiras enquanto um meio oral de ensino-aprendizagem. Por fim, o capítulo IV, *O futuro das tradições das*

marisqueiras, completa o processo de interpretação das mesmas, acerca do que vislumbram e esperam do futuro com relação a sua prática.

CAPÍTULO I – MULHERES DA LAMA

Neste capítulo, apresento resumidamente a trajetória de vida das mulheres negras marisqueiras que foram entrevistadas nesta pesquisa. Por meio das entrevistas, registrei suas narrativas, criando, assim, uma breve biografia de Mestra Maria da Conceição (90 anos), Mestra Maria das Graças (66 anos), Mestra Marlene Santos (61 anos), Mestra Damiana (50 anos), Mestra Maria Sebastiana (65 anos) e Mestra Patrícia (39 anos).

1.1 Mestra Maria da Conceição



Figura 6 – Fotografia de Mestra Maria da Conceição, 90 anos.
Fonte: Rafael Jesan (2021).

Quando fui à casa da Mestra Maria da Conceição, fui muito bem recepcionada. Ela me mostrou o documento da Colônia de Pescadores que ela fez no ano de 1987, com muito orgulho e alegria, apresentou a sua casa. Mestra Maria da Conceição era

amiga de minha avó, Marcela. Suas casas são próximas, assim como a casa de meu pai.

Maria da Conceição nasceu na cidade de Laje, interior da Bahia, na zona rural, no dia 15 de setembro de 1931. Ela reside no bairro da Bolívia, em Valença, há mais de 60 anos. Desses, aproximadamente 40 anos foram trabalhando como marisqueira. Em relação à sua família, ela é mãe de três filhos, sendo que um deles faleceu com sete dias de nascido. Seu companheiro, senhor Vavá, também faleceu recentemente, em janeiro de 2021.

Antes de morar em Valença e praticar a mariscagem, ela trabalhava na área rural; aos sete anos de idade já capinava, roçava e plantava. Dessa forma, nunca frequentou a escola; ela própria afirma “*na minha terra, menino¹¹ era para trabalhar. Eu trabalhei muito de enxada*”. Quando começou sua prática de mariscagem, ela tinha 25 anos e era mãe de dois filhos.

Durante a mudança para Valença, primeiro ela trouxe seu filho, na época com sete anos de idade e depois buscou sua filha, que tinha dez. Mestreza Maria da Conceição foi uma das primeiras moradoras do bairro da Bolívia e a primeira moradora da Rua Ceará. Ela relata que a Bolívia era “só mato”, não tinha luz nem água encanada; só tinha lama, pasto e um campo que servia para os meninos jogarem bola.

Durante a visita, ela me mostrou, com muito orgulho, sua casa onde cada cômodo tem uma história e representa uma conquista. Ela relata que há 50 anos sua casa era feita de barro e vara, sendo a madeira da construção extraída do manguezal. Atualmente, sua casa é construída de cimento, bloco e é rebocada. Além disso, possui eletrodomésticos, do jeito que ela sonhou. Em suas palavras,

Fiz de vara, de vara fiz de tábuas, quando eu me aposentei... é tanto que todo mundo vê que eu pedi a Deus, de modo que eu pedi para fazer minha casa. Eu fiz minha casa na minha pobreza, pedindo a Deus para me ajudar para fazer. Eu ganhei o meu tostão! Eu como, eu pago minha água, pago minha luz, minha comida, quem quiser vir na minha casa que venha, quem não quiser, tudo bem. A minha casa era chão vermelho, aí a minha neta: “Vamos botar piso”, aí eu fui lá e tirei¹² o piso. Aí meu filho mesmo veio e botou. Ó gente, eu vou lhe dizer, a pessoa de idade, gente, tiver não tiver uma casa, misericórdia, você que

¹¹ Quando ela fala “menino”, significa criança.

¹² No sentido de comprar.

ainda não tem, que Deus vai dar e vai ajudar você também ficar na idade da gente, mas só agora... mas a pessoa de idade, se tiver que comprar um saco de cimento, comprar um quilo de carne, porque o dinheiro não dá para comprar o cimento e a carne... não compre um desse tamanho para poder revender, um desse tamanho que você corta aqui e come. Que você não sabe se vai viver, e aquilo te sustenta. Que a gente se goza hoje em dia do que tá comendo.



Figura 7 – Fotografia da Mestra Maria da Conceição na porta de sua casa.
Fonte: Rafael Jesan (2021).

Sobre a prática da mariscagem, ela relata que aprendeu esse ofício com Leonor, Laurinha, Maria Gorda e Aloísio, todos já faleceram. Mestra Maria da Conceição é muito grata por eles terem lhe ensinado essa prática; ela aprendeu a pescar caranguejo e sururu, a tirar ostra e lambreta e a pescar no catalão. Por meio dessa atividade, ela criou seus filhos e conseguiu construir sua casa, sustentando a si e a sua família.

Em seu relato, ela menciona que utilizava algumas estratégias particulares para capturar caranguejo, sururu, ostra, lambreta e siri. Enquanto ela tirava a ostra com o facão e o sururu com a própria mão, algumas marisqueiras gostavam de tirar com o gancho, um arame preso em um pedaço de pau. Para a lambreta, ela utilizava a

enxadinha; já para o caranguejo, a estratégia era tampar o buraco onde ele ficava com lama, deixando-o por um bom tempo tampado, depois o capturava. Ela conta que com esse truque o caranguejo ficava “zonzo”¹³ e, assim, era mais fácil de ser capturado. Já o siri, ela capturava com gancho ou bicheiro.

Mestra Maria da Conceição relata que criou seus filhos na lama do mangue; por muitas vezes levava-os, mas, para isso, tinha que esperar a maré secar para não correr o risco de eles morrerem afogados. Seus filhos cresceram vendo a mãe nessa prática, mas cada um seguiu um ofício diferente – o filho é pedreiro e a filha é cozinheira. Como ela mesma diz: “*meu filho é pedreiro. Saiu do mesmo mangue. Botei para trabalhar de pedreiro e fui pagando. Naquele tempo o dinheiro era outro. Pagava aquele o finado Adevaldo*”.

Durante a nossa conversa, ela me mostrou alguns documentos, dentre eles a Carteira da Colônia. Esse documento estava bem preservado, apesar de ter sido confeccionado há 34 anos. Mestra Maria da Conceição contou que quando se colonizou¹⁴ adquiriu alguns direitos e caso acontecesse algum acidente durante a prática a Colônia lhe daria apoio. Segundo ela,

Isso aqui é caso a gente se cortasse, qualquer coisa aqui na colônia, a gente ia pro posto... precisar ir para o hospital, qualquer canto assim, a colônia que resolvia... e que resolve hoje ainda. Mas graças a Deus a minha ficou livre. Eu trabalhei os anos todo. Não tem nada que diga assim “ela se cortou”, nada! Nem doente, nem nada!

Ela continua mencionando a importância do mangue em sua vida,

Meu pai vem primeiro e o segundo é o mangue! Mangue é pai e mãe, avô, é painho, porque você sai daqui com fome, quando você vir, você traz o que comer e o que vender. Então, Deus me dá nossa saúde. O mangue para mim foi uma benção que meu pai do céu me deu. Eu vim da minha terra para aqui, que não trouxe nada. Trabalhei muito por aí, por essas cozinhas dos outros, não sabia cozinhar: trabalho doméstico, lavar prato, lavando o banheiro, lavar tapete, fazer esses trabalhos... trabalho pesado. As cozinheiras, cozinhando, e eu fazendo os trabalhos pesados. Mas Deus teve de misericórdia, que eu me virei para o mangue. Estou vivendo até dia de hoje e vou viver

¹³ Desorientado.

¹⁴ Significa que ela se cadastrou na Colônia de Pescadores.

até o dia que Deus quiser... não falta uma casa, não falta farinha, não falta um café. “Compre aqui!” Não, não quero não, graças a Deus. Mas também não gosto de viver “Compre aqui, compre ali”.

Em seus relatos, é notório o amor, carinho, respeito e gratidão que ela tem pelo manguezal. Para ela, ele não é simplesmente o lugar que proporcionou seu sustento, mas também um lugar com valor simbólico e imaterial. Orgulhosa, ela fala que, na sua época, ensinou várias pessoas a pescar no manguezal,

esse povo, por aqui tudo, quem ensinou a trabalhar no manguê fui eu... tem dia que eu tô aqui, recebo caranguejo, recebo siri, “a senhora que me ensinou a trabalhar, então agora você vai comer”. Graças a Deus! As mulheres por aqui tudo, quem ensinou fui eu... é vivas elas... a metade está viva. Tem um bocado da mais velhas. Rosa, que mora aqui no Jardim... tem um bocado, né?

Ela cita os nomes de algumas mulheres que foram suas aprendizes, demonstrando felicidade e orgulho por ter lhes ensinado, ciente dos benefícios que essa prática traz para a vida de cada uma delas. A entrevistada ainda falou um pouco sobre sua religiosidade, pois existe um vínculo entre as crenças religiosas e a prática da mariscagem.

Mestra Maria da Conceição contou que o manguezal tem dono — entidade, guardião/ã — e que é necessário ter respeito por esse lugar. Antes de ir ao manguê, ela afirma que fazia suas orações, pedia proteção à Dona da água e comprava presentes: *“A gente comprava boneca quando a gente ia pescar. Um levava seda, fumo; outro levava ramo de flor... levava as coisas”.*

Após pesquisar sobre as informações transmitidas por Mestra Maria da Conceição, descobri que para além da crença em Iemanjá e Oxum, as marisqueiras acreditam que existe um dono do manguezal; porém, Mestra Maria da Conceição não recorda o nome dele. Minha mãe, Mestra Angélica, que também foi marisqueira disse-me que essas informações são sagradas e devem ser mantidas em segredo por respeito à entidade.

Mestra Maria da Conceição também relata que era do Candomblé, mas que hoje é católica apostólica. Ao longo da visita, mostrou-me as roupas que usava para ir ao terreiro, mas quando eu perguntei o nome do terreiro frequentado por ela, a

resposta foi: “*não me a lembro, mas era da Mãe Ana*”. Ela também me mostrou as roupas que usa para ir à missa e as blusas que veste nos eventos católicos.

Mestra Maria da Conceição diz que, hoje em dia, não há respeito pelo manguezal. Ela lembra que quando era dia de algum santo, as pessoas não iam ao mangue, mas ficavam em casa descansando (como uma espécie de resguardo), que incluía não comer carne: “*a gente não comia nem carne no dia de Santo das imagens... cada um tinha sua penitência, né? Porque ninguém vai para o mangue de corpo aberto, né? Porque o mangue tem dono, né? O mangue tem dono!*”

Ao fim da entrevista, foi possível perceber que Mestra Maria da Conceição, uma marisqueira aposentada, adora transmitir seus saberes ancestrais e contar sua trajetória de vida por meio da oralidade.

1.2 Mestra Maria das Graças



Figura 8 – Fotografia de Mestra Maria das Graças, 66 anos.
Fonte: Rafael Jesan (2021).

Mestra Maria das Graças é a atual presidente da Colônia de Pescadores do município de Valença - BA. É moradora da localidade de Cajaíba, tem 66 anos e é mãe de duas filhas, além de ganhadora do *Prêmio Maria Felipa*. Aos nove anos de idade, ela já começou a mariscar, observando e imitando as ações de sua avó. Ela explica que

ia para pesca com minha avó. Sempre eu e minha irmã mais velha. Ela sempre levava a gente. A gente sempre ficava na canoa brincando e ela ia mostrando como era que tirava o siri do gancho, tirava o sururu, a ostra e a gente sempre naquela profissão, junto com ela. Tem vários cortes na minha coxa, porque às vezes ela ia remando, né? E a gente ia dependurada na canoa, tomando banho. Desde quando eu comecei a me entender assim, na base de uns nove anos, que eu já venho vivendo da pesca.

A prática da pesca artesanal é de origem familiar; seu avô também era pescador, mas sua mãe não era marisqueira. Contudo, Mestra Maria das Graças foi criada pelo avô e pela avó estando imersa nessa prática tradicional. Quando tinha 13 anos, ela conheceu sua mãe que a levou para trabalhar na casa de terceiros.

Mestra Maria das Graças explica que “*não me adaptei lá, porque lá tinha uma fábrica da Souza Cruz e uma fábrica de chocolate, e eu, com aquele cheiro, ficava muito angustiada. Tive que vir embora. Dei preferência pra minha vida da mariscagem*”. Até hoje, mesmo estando aposentada, ela vive da mariscagem e continua indo ao manguezal para “*colocar artes*” (armadilhas) para caranguejo, siri e aratu. Ela diz,

Olhe, sinceramente, pra mim até hoje... pra mim... não tem uma vida melhor do que viver da pesca. Hoje eu sou aposentada, tenho 66 anos e até hoje eu vivo da pesca. Se vocês olharem minhas unhas aqui, ainda ontem passei o dia todo no manguezal, né? Que eu botei artes para caranguejo, botei artes pra siri e aratu. É tanto que eu não faço minhas unhas. Eu só corto, lixo direitinho, não lixo meus pés porque o pico, pico às vezes, quando você senta o pé na lama, tem um pedaço de pau. Ele fura seu pé. Eu não sou também de fazer unha, nem de lixar meus pés. Mas não é por isso que eu vou me desprezar. Mas pra mim é muito gratificante a vida na pesca... quem gosta mesmo da pesca... eu acho que não tem uma terapia melhor.

Logo, ela afirma que ama a vida de marisqueira; ter contato com o manguezal e com as águas, o que acaba sendo uma terapia para ela. Por meio da prática da mariscagem, ela obteve várias conquistas, criou suas duas filhas, construiu algumas casas em Cajaíba e se aposentou. A relevância do manguezal na vida dela fica nítida quando declara que ele

é o meu supermercado, porque aqui, principalmente aqui em Valença e aonde eu moro, Cajaíba, que Cajaíba é Valença, passa fome quem é preguiçoso. Porque depois de você ter uma farinha, um sal, meu café, porque eu não posso passar sem meu neguinho dentro de casa, se eu não tiver café eu fico com dor de cabeça. O resto, minha amiga, você vai no supermercado ali, que é o manguezal, tem tudo. Você não passa fome. Eu já moro no manguezal, que no meu quintal é enorme e já dá de fundo para o manguezal, crio galinhas e no fundo eu saio com minha canoa e vou pro manguezal, que eu tenho de tudo. Tenho o sururu, a ostra, tenho uma moreia, tenho siri, tenho caranguejo, tenho o aratu. Hoje eu não aguento mais puxar rede, porque minha coluna não deixa, mas já fui.

Para ela, o manguezal representa o lugar de provisão e está diretamente ligado ao seu modo de vida, saberes e forma de ver o mundo. A entrevistada tem muito respeito pelo manguezal e em seu discurso ela dá um exemplo significativo disso: *“você não corta uma árvore se alguém não plantasse. Então, você tem que pedir licença. Então, só para as pessoas mesmo que vivem essa parte e acreditam, a gente tem que pedir licença! E ter educação”*. Por isso, ela cuida desse lugar e afirma que as pessoas perderam o respeito pelo manguezal, achando que podem fazer qualquer coisa com ele.

Eles cortam, às vezes jogam lixo. Você encontra muito lixo! Teve uma vez que eu fiz uma limpeza junto com outra pessoa de uma associação de Cajaíba, a gente fez no Guaibim também, nós tiramos, eu tenho até uma poesia feita, se eu me lembrasse, eu ia trazer para você, “aonde o motorista reclamava”, que foi feito no domingo, nós tiramos 8 caçambas de lixo!

Ela conta que mesmo fazendo a limpeza as pessoas insistem em jogar lixo no manguezal e reclama dessa falta de consciência.

[...] se eu levar você hoje no mesmo lugar, você vai ver que tem, às vezes vaso sanitário, resto de construção. Se eles usa óleo no barco, eles jogam em alto mar... é tudo: é resto de rede, é tamanco velho, sandálias velhas. Não respeitam, não respeitam! Nesse manguezal mesmo, que a gente fez essa limpeza, foi vaso, televisor, até uma pistola foi achada. Gente, pelo amor de Deus! Então, antes era uma coisa, mas agora que tomaram o manguezal para se morar, né? Ele tá com essa falta de educação no meio ambiente. E fora isso, os nossos esgotos, que é tudo jogado pra dentro do manguezal. Você vê que as fábricas aqui de Valença despeja onde? No manguezal! O hospital

despeja onde? No manguezal! Por que tudo isso aqui era manguezal. Tiraram pra poder se construir pontes, isso e aquilo, mas o esgoto do hospital é tudo despejado no rio e vai pra aonde? Para o manguezal! Eu acho ridículo isso, entendeu? Mas não sei dizer se é falta de políticas públicas, não sei dizer, porque eu não entendo muito. Às vezes eu participo de política, mas eu não entendo muito bem, então, não adianta eu falar de política. Falo do manguezal, porque é onde eu trabalho.

Em relação às políticas públicas do município, ela relata que nunca recebeu equipamento apropriado para o trabalho, o que ela chamou de “kitzinho”. Além disso, afirma que os gestores públicos nunca ouviram as marisqueiras, sendo que essa é uma categoria de trabalhadoras importante para o município tanto nos aspectos econômicos quanto culturais. Ela diz:

Do município nunca, nunca na vida! Nunca fui orientada, nem digamos assim, sorteadas pela obra do Divino Espírito Santo da parte deles. Nem um kitzinho assim, pra dizer assim ó: “hoje vocês vão ser sorteadas com isso aqui pra trabalhar”, nunca! Uma vez o Ramiro Campello disse que ia fazer umas mesinhas assim, que era para a gente ter a postura pra nossa coluna e tal e tal: nunca chegou em nossas mãos, nunca! A gente nunca foi ouvida aqui pelos gestores do município).

Em seguida, ela comenta as festas voltadas para os pescadores e pescadoras artesanais, como a Festa de São Pedro, pois muitos deles são devotos desse santo. Mestre Maria das Graças contou que, certa vez, no dia 7 de setembro, a Associação e a Colônia de Pescadores organizaram uma “puxada” (participação), em que havia uma enorme rede. Ela mesma fez vários desenhos sobre elementos do mar e do manguezal e os colocou em cima desta rede. Durante o relato, ela se arrepiou e disse que foi um momento belíssimo, mas que isso só aconteceu uma vez.

Contudo, nessa mesma ocasião, ocorreu o fato que, no decorrer do desfile, alguns pescadores e pescadoras tiveram certa resistência em desfilar com a rede. A entrevistada conta que havia muita gente interessada em desfilar com a rede dos pescadores, mas que não eram da pesca. Isso causou certo conflito, porque a rede é um símbolo da população pesqueira. Maria das Graças diz que,

vou lhe dizer mais: nesse dia, para pegar nessa rede, eu tive [mais] pessoas que não era da pesca para pegar nessa rede, do que pessoas que eram da pesca... que ficaram com vergonha! Porque estou dizendo isso de coração aberto... ficou com vergonha de pegar na rede!

Para a entrevistada, aquele desfile era uma forma de dar visibilidade aos pescadores e pescadoras; uma forma de serem ouvidos. Apesar de algumas resistências, ela afirma que o desfile foi marcante. A respeito do *Prêmio Maria Felipa*, Mestra Maria das Graças relata que estava em sua casa quando recebeu o convite de uma vereadora pedindo para ela participar de uma premiação e que tinha que dar resposta em cinco dias.

Então, a filha da Mestra Maria das Graças pesquisou quem havia sido Maria Felipa. Logo, as duas perceberam que a mestra e Maria Felipa tinham coisas em comum. Em seguida, aceitou o convite e foi ajudada pela Colônia de Pescadores. Ela conta que foi abençoada, pois

a única pessoa nesse dia de receber o título que se encaixava com Maria Felipa, era essa pessoa aqui que vos fala. [Maria Felipa] que era uma mulher negra, uma marisqueira arretada, onde ela morava não deixava ninguém se meter com as mulheres que ali trabalhavam. Onde veio um navio que queria tomar esse lugar que ela morava e ela combinou com todas as outras... que eles pediram comida e outras coisas, mas na linguagem dela, o quê que ela fez? Um almoço! Deu para todo mundo, deixou todo mundo daquele jeito, e no outro dia, quando eles acordaram, picou a mula¹⁵. Porque Maria Felipa tomou 'rédeas e, graças a Deus, eles não fizeram o que estavam desejando fazer com as marisqueiras; a história dela é uma história muito bonita, muito bonita mesmo!



¹⁵ Fugiram, correram.

Figura 9 – Registro fotográfico do momento que a Mestreira Maria das Graças recebeu o Prêmio Maria Felipa.
Fonte: Arquivo Pessoal

Mestra Maria das Graças tem muito orgulho de ter recebido esse título, devido a tudo que a figura de Maria Felipa representa: coragem, liderança e resistência. Maria Felipa de Oliveira é considerada uma figura destaque nas lutas pela independência da Bahia, ocorrida na Ilha de Itaparica, em 1823. Nesse episódio, ela liderou homens e mulheres de diversas etnias e classes sociais; ela organizou as vedetas, que são vigias das praias cuja função era avisar quando as tropas inimigas chegassem.

Além disso, ela ajudou a enviar mantimentos para o Recôncavo Baiano e a incendiar várias embarcações inimigas. Por isso, ela é considerada até hoje como Heroína Negra da Independência da Bahia. Nesse contexto, Mestreira Maria das Graças, em seu relato, conta como se tornou representante da cultura de Cajaíba.

Rapaz... foi quando eu tava recém chegada de Salvador e nesse dia quando apareceu, vieram fazer uma reunião na prefeitura e não tinha um representante de cajaíba para responder sobre a cultura de cajaíba. E essa senhora como me conhecia, Alicia Soares, não sei se você já ouviu falar, morava no sete portas em frente ao banco Itaú.

Na época Alicia falou: não tem, mas tem uma menina lá que dança tanto na minha brincadeira, ela não vai perder não. Quando ela me apareceu à tarde, eu estava chegando do manguezal toda suja, com um cesto na cabeça, o coisa do manguezal estava escorrendo por aqui, meu cabelo estava amarrado, mas eu estava suja de lama.

Aí chegou seu Arlindo José Boaventura, que nessa época ... zambiapunga, aí ele disse: dona, a gente veio aqui conversar com a senhora. A senhora tem que tomar conta da cultura de cajaíba.

Eu disse: mas eu não entendo nada.

Seu Arlindo: não precisa saber de nada só gostar de brincadeira e eu sei que você gosta.

Aí foi quando eles me trouxeram, conversaram com o povo, me passaram algumas coisas, seu Otavio Mota também, aí eu passei a tomar conta, toma conta, registrei, não peço dinheiro a ninguém para pagar os documentos, eu mesma que faço e tamos aí.

Atualmente, Mestreira Maria das Graças é líder do grupo de quadrilha junina *Girassol*, composto por 60 integrantes, sendo 40 dançarinos e 20 integrantes da comissão organizadora. Dentre eles, existem marisqueiras, além de filhos e filhas de marisqueiras. Mestreira Maria das Graças reforça a importância da comissão

organizadora, pois se cair algum pertence do dançarino, no momento da apresentação, este não pode parar a dança para pegar, visto que perde ponto.

Dessa forma, o pessoal da comissão é responsável por pegar esses objetos que caem durante apresentação. Além da quadrilha, ela também é responsável pelo *Zambiapunga*. Mestre Maria das Graças fala que, certa vez, a quadrilha *Girassol* ficou em segundo lugar no concurso e não teve ninguém para agradecer. Segundo ela, as manifestações culturais, infelizmente, não são valorizadas no município; “*é triste, porque é um gasto, é um desgaste físico, é tempo e você vai na casa de um, na casa de outro, conversa com os pais e pede*”.

Por tudo que foi apresentado, é inegável que a Mestre Maria das Graças é um símbolo de liderança, resistência, luta e perseverança contra o silenciamento dos pescadores e pescadoras do município de Valença - Bahia.



Figura 10 – Fotografia da Mestre Maria das Graças dançando quadrilha.
Fonte: Arquivo pessoal.

1.3 Mestra Marlene



Figura 11 – Fotografia da Mestra Marlene, 61 anos.
Fonte: Rafael Jesan (2021).

Mestra Marlene tem 61 anos e é amiga de minha mãe há anos. Quando morávamos no bairro da Bolívia, ela sempre levava marisco para mainha. Durante a entrevista, em nenhum momento resistiu ou se negou a responder às perguntas; pelo contrário, foi gentil e hospitaleira.

A entrevistada é moradora da Rua Paraná, mais conhecida por *Beco de Tote*. Fiquei curiosa e a questionei sobre a origem desse nome e ela contou que lá vivia um pescador que se chamava Tote; mesmo quando ele mudou de endereço, a rua continuou sendo chamada assim.

Mestra Marlene é mãe de nove filhos, três deles exerce o mesmo ofício da mãe. Mestra Marlene começou a mariscar aos oito anos, enquanto observava e imitava sua mãe, conhecida como Gelé, pescando no manguezal. Dessa forma, aprendeu a pescar lambreta, siri, sururu, ostra — tudo o que dá no mangue. Ela relata que cresceu

nessa prática e que por meio dela conseguiu sustentar sua família. Suas conquistas pessoais também se deram através da mariscagem; por isso, o manguezal tem um grande significado para ela, que afirma:

porque se não fosse ele, né? Como é que a gente ia viver? Que nem, às vezes, a gente está sem dinheiro, já vai ali e já consegue R\$20,00, R\$10,00... o mangue é tudo pra gente. Se não existisse ele, não sei o que seria da gente.

É notório que o manguezal é a base de sua existência e que faz parte do seu cotidiano, do seu modo de vida. Infelizmente, devido ao processo de urbanização, que tem um crescimento desordenado, existe desemprego e desmatamento. Por isso, ela conta que “o mangue de antes, vou dizer que era bom, que hoje em dia a gente anda, se bate para conseguir uma dúzia de siri e antes não. A gente ia e voltava com a vasilha cheia. Agora o mangue tá tudo ruim”.

Ela enfatiza que a falta de consciência de algumas pessoas causa a escassez de mariscos no manguezal, pois antigamente capturavam-se os machos e deixavam as fêmeas. Hoje em dia, capturam tudo indiscriminadamente: fêmea, macho, caranguejo pequeno e ovada.

Mestra Marlene ainda continua exercendo a atividade de marisqueira, pois ainda não conseguiu se aposentar, devido a questões burocráticas. Ela afirma que, se um dia conseguir a tão sonhada aposentadoria, continuará trabalhando no manguezal, pois ela diz que não consegue ficar longe do manguezal.



Figura 12 – Fotografia de Mestra Marlene processando mariscos em casa.
Fonte: Rafael Jesan (2021).

1.4 Mestra Damiana



Figura 13 – Fotografia de Mestra Damiana, 50 anos.
Fonte: Rafael Jesan (2021).

Eu conhecia Damiana de vista, por morar perto da rua onde meu pai mora. Consegui entrevistá-la graças ao intermédio de um amigo meu, Paulo. Assim que recebeu o convite, Mestra Damiana aceitou de forma bem gentil. Com 50 anos de idade, ela é mãe de quatro filhos, duas meninas e dois meninos, sendo que dois deles já faleceram. Ela é casada e mora na rua Bomfim, no bairro da Bolívia, Valença - BA.

Ela relata que começou a trabalhar muito cedo e que aos dez anos já ia para o mangue seco, localizado no bairro do Tento, para pescar com seus pais, ambos marisqueiros, e com eles aprendeu esse ofício. Seu pai abandonou sua mãe quando ela e seus nove irmãos ainda eram pequenos; foi no manguezal que Mestra Damiana encontrou uma forma de ajudar sua mãe. Como era a irmã mais velha, ela também cuidava dos seus irmãos mais novos.

Mestra Damiana fala que aprendeu a capturar sururu, ostra, lambreta; a pescar de redinha e pescar camarão, comentando que, em relação ao manguezal, aprendeu de tudo um pouco. Quando foi questionada sobre as formas com que pescava cada

marisco, respondeu da seguinte maneira: “*sururu eu tirava de faca, tirava de gancho, lambreta no facão, ostra no facão também, siri eu pegava também de facão, caranguejo era no braço*”. Durante a entrevista, foi possível perceber como ela é grata ao manguezal, relatando que por meio dele conseguiu criar seus filhos e atingir independência financeira, construindo sua casa, junto a seu marido.

Mestra Damiana casou muito cedo aos 14 anos. Seu esposo trabalha na prefeitura, mas também vai ao mangue para pescar. Seus filhos, contudo, não são marisqueiros, sendo um deles ajudante de pedreiro. Por ter começado a trabalhar muito cedo, ela relata que não teve tempo de estudar nem de brincar.

Não tive tempo de estudar, eu estudei até a terceira série, não tive tempo, quando eu vinha cansada ia para escola, eu ia cochilar, eu e minha prima e uma colega minha, chegava eu ia cochilar, eu não aprendi quase nada, o tempo pouco que eu tive, eu aprendi assinar meu nome assim, quase errado.

Mas eu fui até a terceira série, não tive tempo, não tive tempo nem de brincar, pra lhe dizer a verdade, não tive nenhuma boneca pra brincar, minha boneca era um pedaço de pau.

Eu atravessava aqui, eu pegava o pau atravessava, fazia costurava um bocado de roupinha, misturava um bocado de roupinha e brincava. Minha mãe não tinha condições.

Durante a sua narrativa, ela também descreve alguns problemas de saúde que teve por conta da prática da mariscagem, como sinusite, hérnia de disco, artrose, dores na cabeça e pouca firmeza nos pés. Alguns desses problemas foram causados por acidentes, como ela mesma afirma,

Eu também tô com problema na cabeça, eu bati aqui numa pedra, com uma vasilha de ostras e lambreta, aí bati, toda noite sinto dor de cabeça e agora to sentindo uma diferença na cabeça, o médico passou um exame, to esperando chegar.

As questões de saúde têm impedido que ela exerça, atualmente, a prática da mariscagem. Por ser colonizada há 13 anos, ela relata que solicitou o auxílio doença, mas este foi negado cinco vezes pelo INSS, mesmo com o encaminhamento do médico.

Foi recusado cinco vezes, cinco perícias, foi tanto que eu fui na advogada, advogada disse faça seus exames, pois esses aqui está tudo vencido, pois vou entregar esse caso para o juiz agora, olhou a ressonância, olhou tudo, desvio na coluna, é tanta coisa que eu estou sentindo, problema de coração.

[...] Fiz cinco perícias foi negada, agora fiz todos os exames de novo pra ver, correr atras, assim mesmo não tô indo para o mangue, pois não tô aguentando, mas cato caranguejo dentro de casa, trato meu camarão, trato moreia.

Enquanto não consegue o auxílio, Damiana “se vira” como pode, trata e vende moreia ¹⁶; quando tem dinheiro, compra camarão. Ela acrescenta que não cata mais caranguejo, pois está muito caro. Contudo, ela não fica parada, como a própria diz, “eu vendo para me virar para ajudar meu marido, que ganha um salário. Um salário não dá para nada”. Quando foi questionada sobre o significado do manguezal para ela, a resposta foi:

Foi tudo e é.

Hoje em dia tá quase morto, os povo vai e acaba o mangue, tira o sururu, tira sapata pra casa, pra limpar e joga fora, que antigamente, a gente limpa, a gente mesmo limpa, tinha que deixar a sapata lá, ali vai nascendo.

Hoje o pessoal ta acabando o manguezal.

O caranguejo a gente não pegava as fêmeas, as fêmeas estão produzindo, hoje em dia o povo traz as fêmeas pra vender e para catar. Então, só tá acabando com o mangue.

Ainda tão pegando os caranguejos de todos os tamanhos para vender.

Nesse contexto, a perspectiva da Mestra Damiana sobre o futuro da mariscagem é que se a população não se conscientizar, a riqueza do manguezal irá acabar. Ela comenta que as pessoas perderam o respeito.

Acredito que isso vai acabar, se continuar é vai acabar.

É que nem o camarão tem a desova, as pessoas paga na colônia o defeso, mas não é todo mundo que considera tem gente que recebe que vai pescar, como é que o rio vai produzir?

Ela afirma que por conta desse desrespeito, hoje em dia, há uma diminuição significativa das espécies no manguezal e que está mais difícil pescar três litros de sururu. Além do mais, relata que o manguezal se tornou um lugar perigoso, pois “é arriscado a pessoa ir e morrer, os pilantras anda tudo armado”. A respeito de sua religiosidade, conta que acredita em Deus e que todas as vezes que ela ia para o mangue, pedia a Deus uma boa pesca e a sua proteção.

¹⁶ É um peixe carnívoro, a sua aparência é semelhante a uma cobra.

Atualmente, apesar dos problemas de saúde causados pela prática da mariscagem, Mestra Damiana se orgulha muito de ser marisqueira: “*Tenho orgulho de ser marisqueira, tenho muitas fotos lá fora no rio, os turistas passavam assim a gente tinha o prazer deles me ver pescando ali na beira do rio*”. Segundo ela, se não fossem as questões da saúde, ela ainda estaria mariscando.



Figura 14 – Fotografia da Mestra Damiana.
Fonte: Rafael Jesan (2021).

1.5 Mestra Maria Sebastiana



Figura 15 – Fotografia da Mestra Maria Sebastiana, 65 anos.
Fonte: Rafael Jesan (2021).

Por meio de um amigo chamado Ronald, conheci sua avó, a Mestra Maria Sebastiana, que me recebeu gentilmente em sua casa. Ela tem 65 anos de idade, é mãe de oito filhos e mora no bairro da Urbis, em Valença – BA; porém, nasceu em Sarapuí – BA. Com apenas um mês de vida veio com sua família para Valença, sendo criada em uma fazenda que era próxima à praia do Guaibim. Ela conta que, quando criança, a casa dos seus pais era logo atrás do manguezal.

Para sobreviver, que a gente era fraco, a gente não tinha nada, pois naquele tempo não tinha nada. Naquele tempo a gente era rico e não sabia, né? Porque tinha muita coisa, era guaiamu, era caranguejo, era moreia, era peixe, a gente pescava, era camarão, tirava lambreta.

Como a situação era muito difícil, ela aprendeu a mariscar como forma de sobrevivência e iniciou essa atividade com 10 anos de idade. Segundo ela, conseguiu aprender a mariscar observando os mais velhos e, em seguida, imitando-os. Nisso, aprendeu a pescar siri, caranguejo, lambreta e sururu utilizando algumas técnicas:

O sururu a gente tira com a faquinha ou com o ganchinho, a ostra a gente tira com o facão, a lambreta usa o facão também. A dificuldade de pegar o caranguejo é a pessoa que não sabe, vão pegar de qualquer jeito e tem o jeito certo de pegar e não

ser mordido pelo caranguejo. A gente tem pegar ele e prender as bocas pra não morder, tem gente que não sabe pega pelo meio, aí morde, fura com aquelas unhas. O siri é mais brabo. O siri é mais brabo, para pegar ele, a gente pega com o bicheiro, um ganchinho que a gente faz de arame, a gente chama de bicheiro, a gente faz o gancho para tirar o siri.

Mestra Maria Sebastiana relata que, graças à mariscagem, conquistou a liberdade financeira, fez a sua casa, criou seus filhos e conseguiu tudo que tem hoje. Ela define a marisqueira como ser livre, mas guiada por Deus: “É a gente ter a liberdade, entendeu? A liberdade da gente, a gente vai na hora que quer e volta na hora que quer, não é mandada por ninguém, só por Deus, né? É isso aí”. Quando questionada sobre a relevância do manguezal na sua vida, respondeu da seguinte forma:

Tudo. O mangue para mim significa tudo, porque se eu pudesse ainda estava lá trabalhando, eu sei cozinhar, eu sei fazer tudo, eu trabalho de cozinha, nego chama para cozinhar, assim agora tá no evento, né? Aí eu trabalho de cozinha, eu sou cozinheira, eu gosto também dessa parte. Mas a parte melhor pra mim é o mangue. Foi o que me deu tudo.

Foi o que criou meus filhos, o que me criou também, minha mãe não tinha nada, aí o mangue me criou, a gente cortava o pau (tapuco) para fazer esteira, a gente pescava guaiamu, a gente caçava muita coisa, hoje dia não tem, né? E a gente sempre era tudo destamanhinho (risos).

Porque a gente morava na fartura, o mangue era fartura.

A entrevistada cresceu mariscando e, de vez em quando, fazia uns “bicos” de cozinheira. Seus filhos também são marisqueiros e ela atualmente está afastada da prática por problemas de saúde, devido a um acidente na prática da mariscagem ela possui uma cicatriz no joelho. Ela descreve como foi o acidente:

A gente vinha da canoa, né? A gente gosta de andar brincando, né? Na canoa, abelha não gosta de zoada tem que ter calma. Nessa a gente vivia brincando com a zoada da canoa e da gente ela se assanhou, quando chegou no meio do rio, ela fechou tudo em cima da gente, aí as pessoas pararam de remar e caíram tudo dentro d’água, a metade que não sabia nada, porque eu mesma não sabia, desci lá no fundo subi, garrei na canoa e fui, mas a maré tava cheia.

Quando chegou junto e parou tinha umas ostras e eu não vi, quando cai dentro d’água e quando eu puxei a perna cortei. Vi

de Graciosa até o jacaré sangrando, amarrei um pano.

Atualmente, ela é aposentada, mas diz que se não fosse o problema de saúde ainda estaria no manguezal pescando; para Mestra Maria Sebastiana, pescar é a melhor coisa que existe.



Figura 16 – Fotografia da Mestra Maria Sebastiana no mangue.
Fonte: Rafael Jesan (2021).

1.6 Mestra Patrícia



Figura 17 – Fotografia da Mestra Patrícia, 39 anos.

Fonte: Rafael Jesan (2021).

Conheci Patrícia através de uma amiga e colega de trabalho, Danielle, que me disse conhecer uma família de marisqueiras. Por coincidência, Mestra Patrícia foi à Central do Cadastro Único, onde eu e Danielle trabalhávamos, para ser atendida. Nessa ocasião, minha colega me apresentou à Patrícia e logo marcamos a data da entrevista.

No dia em questão, a Mestra Patrícia convidou a sua companheira de mariscagem para participar; porém, ela de forma firme se recusou. Então, eu expliquei a proposta do trabalho, mas mesmo assim ela não quis. Em seguida, entrevistei Mestra Patrícia que estava interessada, mas um pouco nervosa (era a primeira vez que ela estava sendo entrevistada). Durante o encontro, ela foi bastante gentil e acolhedora, mostrando sua casa e algumas artes que ela cria com as cascas das ostras e lambretas.



Figura 18 – Uma peça de artesanato, feita pela Mestra Patrícia, cuja matéria-prima é a casca das ostras e lambretas.

Fonte: Rafael Jesan (2021).

Mestra Patrícia tem 39 anos, é casada, mãe de dois filhos e moradora do bairro Novo Horizonte, Valença - BA. Segundo ela, a prática da mariscagem é uma tradição em sua família e vem de várias gerações: sua bisavó passou para a sua avó, e assim por diante, até chegar em Mestra Patrícia, que a ensinou para seus filhos. Ela afirma que entrou nesse ofício para sobreviver, pois a situação era muito difícil; como forma de ajudar a própria mãe ela aprendeu a mariscar aos oito anos de idade.

Por ter começado a trabalhar cedo e por sua mãe não ter condições de colocá-la na escola, ela nunca estudou; seu sonho é aprender a ler. A entrevistada fala que gosta de estar no manguezal, pois esse é o momento em que ela tem contato com a natureza e com outras marisqueiras; logo, esse não é um momento só para o trabalho, mas também de interações e resenhas. Como ela mesma explica,

Eu gosto muito de estar no mangue, pois é divertido, a gente sai alegre, volta alegre, é tipo uma terapia. É muito bom, para mim é, eu gosto do mangue, eu prefiro trabalhar no mangue do que trabalha assim nas cozinhas dos outros, eu tenho liberdade. A gente entra na hora que a gente quer, sai na hora que a gente quer, ali a gente não escuta e ali a gente não diz. A gente só se atenta com os mosquitos e as mutucas.

Ao ser questionada sobre o significado do manguezal para si, ela respondeu que esse ecossistema é como uma mãe que está ali presente, ensinando, acolhendo e amparando. Ela afirma que foi por meio da mariscagem que conseguiu construir sua casa, criar seus dois filhos – também marisqueiros – e cuidar do neto, além de alcançar independência financeira.

Nesse sentido, Mestra Patrícia diz que faz de tudo um pouco, incluindo as atividades relacionadas ao manguezal, à pesca e ao processo de catagem. Ela conta, “*Eu pego sururu tiro de dedo. Corta, mas eu tiro de dedo. Já a ostra eu tiro com o facão, a lambreta eu tiro com o facão, o caranguejo com a redinha, o siri eu pego de bicher*”. Atualmente, Mestra Patrícia ainda trabalha no manguezal, sendo a mariscagem a sua principal fonte de renda. Segundo a própria, ela segue vivendo um dia de cada vez, com a esperança de um futuro melhor.

CAPÍTULO II – VIVER DA LAMA

Neste capítulo, foram analisadas as informações obtidas por meio das entrevistas concedidas pelas marisqueiras. Com o apoio da bibliografia contemplada neste estudo, foram feitas reflexões sobre os saberes presentes nas vivências e testemunhos disponibilizados nas declarações das entrevistadas.

Mediante isso, foi discutida a vida das marisqueiras, ressaltando os aspectos tradicionais, sociais, culturais, econômicos e biofísicos, bem como os saberes que as rodeiam. Tais saberes foram colecionados pelas entrevistadas ao longo de anos de prática e aprendizados etnoecológicos. Uma vez compreendendo todas as dimensões dessa tradição, o entendimento a respeito dessa distinta população é facilitado.

Para Lima (2009), entender e documentar o saber tradicional é tão importante quanto as modalidades formais de conhecimento, na medida em que a realidade é explicada e vivida a partir do conteúdo dessas tradições. Tal afirmação vai ao encontro do pensamento de Santos (2002), que afirma que

a experiência social em todo mundo é muito mais rica, variada e extensa do que considera a tradição científica e filosófica; denuncia que a estrutura dicotômica do conhecimento, característico da era colonial e ainda presente no pensamento ocidental atual, que separa teoria da prática, homem de cultura e sentimento da razão suscita que surjam propostas para a recuperação das experiências de grupos exilados socialmente, a fim de que seus saberes se transmutem em práticas transformadoras (SANTOS, 2002, p. 238 *apud* STOPILHA, 2015, p. 74).

Tal passagem dialoga também com o que Silva (2017) afirma acerca do saber tradicional, pois

A tradição oral une historicamente e ancestralmente os grupos e comunidades tradicionais no Brasil e em toda a latinoamérica. Entretanto, não se pode desconsiderar o fato de que, mantendo sua essência, fundamentos e práticas específicas da transmissão de saberes pela oralidade de matriz africana, a tradição oral organiza-se e manifesta-se a partir das especificidades de cada contexto onde se localiza. A tradição oral de matriz africana compõe um conjunto complexo de transmissão de saberes e práticas guardado na memória ao longo de séculos de gerações, perpetuando a ligação ancestral com a origem africana dos povos negros que formam a população e as comunidades brasileiras. Essa consciência ancestral promove uma forma específica de estar e agir no mundo e sobre ele, de maneira que o processo de humanização (constituir-se humano) posiciona-se no sentido de trazer em si e perpetuar ao futuro a ancestralidade (SILVA, 2017, p. 160).

Desse modo, este capítulo será dividido em seis seções, buscando refletir sobre cada ponto pertinente às trajetórias, tradições e relações das marisqueiras. Em termos metodológicos, analisei a bibliografia em diálogo com as informações concedidas pelas marisqueiras e busquei um elenco de dados sobre as praticantes do município de Valença - BA.

2.1 Traçando aproximações: O perfil das marisqueiras entrevistadas

No tocante à situação atual da academia em relação aos estudos socioantropológicos das comunidades pescadoras/marítimas, há uma quantidade razoável de pesquisas referentes às comunidades de marisqueiras presentes nos territórios litorâneos de manguezal. Por isso, nesta seção, pretendo realizar um apanhado a respeito do que se denomina “sujeitos de pesquisa”.

Portanto, o objetivo é elencar, de maneira abrangente, uma série de aspectos semelhantes enunciados nos relatos, trajetórias e visões expressas pelas entrevistadas. Isso permitirá traçar um perfil para essa coletividade de mulheres viventes da pesca, sem que tal perfil seja entendido como uma anulação da individualidade expressa por cada uma das marisqueiras entrevistadas.

Retomando as colocações de Lima (2009) em relação às tradições e relações que compõem o saber da arte da mariscagem, as marisqueiras não são somente detentoras de um conhecimento aprendido; elas também têm o saber adquirido a partir de vivência cotidiana, o que inclui o viés cultural. Como Gomes (2012) aponta,

a marisqueira dispõe de um saber próprio de ofício que se expressa no universo simbólico de crenças, valores e mitos apreendidos por meio de uma herança cultural. Mais do que uma categoria marxista que pressupõe o trabalho como externo, onde alguém planeja e impõe ao trabalhador um processo de trabalho, a mariscagem é construída no cotidiano cultural, na vida em comunidade. Dessa forma, as pessoas se constituem marisqueiras numa relação que extrapola o trabalho, ganhando dimensões de arte, a arte de tornar-se pescador artesanal (GOMES, 2012, p. 61).

Para iniciar essa discussão, vale ressaltar que as entrevistadas desta pesquisa se encontram na faixa etária de 39 a 90 anos. Com exceção da Mestre Maria da Conceição (90 anos), que chegou à região de Valença já mãe de dois filhos, as demais começaram no ofício da mariscagem em idade bem tenra, entre oito e quatorze anos.

No que tange à transmissão do saber, elas aprenderam as técnicas relacionadas à captura, ao trato e ao preparo dos mariscos por meio da observação, e imitação, das práticas de mariscagem realizadas por suas mães ou avós. Dessa forma, esse saber tradicional foi transmitido de geração para geração através das mulheres. A única exceção foi a Mestra Maria da Conceição que ao se mudar para Valença – BA foi acolhida pela comunidade e aprendeu o ofício com o auxílio dos moradores locais.

Em relação à questão socioeconômica das entrevistadas, descobriu-se que as Mestras Maria da Conceição, Maria das Graças e Maria Sebastiana são aposentadas pela Colônia de Pescadores; Marlene vive do manguezal e recebe o auxílio do Bolsa Família; Damiana também vive do Bolsa Família, da venda de catado de marisco e da ajuda do marido e Patrícia vive integralmente da mariscagem.

Além disso, segundo a Mestra Maria das Graças (66 anos), líder da Colônia de Pescadores, a maioria das marisqueiras valencianas é negra. De acordo com o trabalho de Stopilha (2015, p. 42), em que foram entrevistadas 22 marisqueiras, “(75,9%) destas declaram-se pardas e sete (24,1%) declaram-se negras”. Conforme o Estatuto da Igualdade Racial (2010), pretos e pardos compõem a população negra no Brasil; logo, todas as marisqueiras entrevistadas nesse estudo eram negras. Vale salientar que, no município de Valença a população negra é predominante.

No tocante à escolaridade, as Mestras Maria da Conceição e Patrícia nunca frequentaram a escola, não sabendo ler nem escrever; Marlene não concluiu o Ensino Fundamental I e também não sabe ler nem escrever; Maria Sebastiana voltou a estudar e atualmente cursa o segundo ano do Ensino Fundamental I; Damiana não concluiu o Ensino Fundamental I e Maria das Graças concluiu o Ensino Médio.

Segundo Santos (2013), o nível de escolaridade das marisqueiras é baixo e poucas conseguem concluir o Ensino Médio. Na sua pesquisa, realizada em 2013, nas cidades baianas de Taperoá e Valença, ela afirma que “75% dos entrevistados não concluíram o ensino fundamental, seguido de 12,5% com o ensino médio incompleto e 12,5% ainda analfabetos” (SANTOS, 2013, p. 58).

Essa situação é a mesma identificada por Stopilha (2015), demonstrando que o nível de escolaridade continua baixo: 65,5% das entrevistadas têm apenas o

Ensino Fundamental I, enquanto 13,8% são analfabetas. Uma das principais causas da baixa escolaridade é a necessidade de trabalhar, uma vez que a maioria das marisqueiras se inicia nessa prática ainda na infância, começando a trabalhar para ajudar suas famílias. Logo, não sobra tempo para estudar, algo que foi comum nos relatos de Mestra Marlene (61 anos), Mestra Maria Angélica (56 anos) e Mestra Damiana (50 anos). Santos (2013), ainda cita um outro motivo,

o baixo nível de escolaridade se deve ao fato de que na infância e adolescência frequentar a escola era uma tarefa difícil, uma vez que as escolas não eram tão difundidas e as dificuldades de locomoção eram complicadas (SANTOS, 2013, p.58).

Partindo para os dados em relação à Colônia de Pescadores, segundo sua líder, a Mestra Maria das Graças (66 anos), há aproximadamente três mil pessoas colonizadas no município entre pescadores e pescadoras/marisqueiras. Ela afirma que há várias mulheres que ainda não são colonizadas, muitas vezes por vergonha da profissão ou até mesmo por falta de informações.

A pesquisa de Santos (2013), mostra que 67% das marisqueiras participam de alguma organização social, “sendo 55,6% em associações e 44,4% em colônias” (SANTOS, 2013, p. 64 - 65). Quando a Mestra Maria das Graças foi questionada sobre a diferença entre colônia e associação, ela respondeu da seguinte forma:

Na atualidade, pode se dizer que não existem tanta diferença. Porém, podemos destacar a luta da categoria de representatividade políticas e conquista dos direitos sociais dos pescadores, que se iniciou através das colônia de pescadores, cada uma com sua história há mais de 50 anos atrás. Sendo assim, as associações não têm o mesmo tempo de fundação, e representação, sendo, mas nova no mercado, porém, com todos os direitos de hoje também representar a categoria que muito gera empregos para os municípios do Brasil.

Corroborando com afirmação da entrevistada, Begossi (2002 apud FAÇANHA, SILVA, 2016, p.129-130) ratifica que as Colônias são organizações sociais que representam a classe dos pescadores no sentido de intervir a favor da atividade junto ao governo brasileiro. Já Associação de pescadores são pequenos

núcleos localizados em bairros ou regiões próximas às comunidades pesqueiras da cidade onde pescadores e pescadoras se reúnem para discutirem a sua situação.

Stopilha (2015), define a Colônia como uma organização na qual os pescadores e pescadoras artesanais lutam pelos seus direitos e são beneficiados com algumas políticas públicas. Conforme a autora, as entrevistadas em sua pesquisa relataram que os

poucos benefícios que possuem conquistaram a partir de participação na Associação de pesca e que por isso frequentam as reuniões em busca de adquirir direitos. Pontuam e denunciam ainda que existem muitas Marisqueiras que não possuem ao menos a carteira de pescadora, passaporte para o seguro defeso dentre outros direitos, e que é preciso ações mais pontuais de conscientização e divulgação para aquisição deste documento. Alertam ainda para a necessidade de terem mais acesso à colônia de pesca e que esta promova cursos de capacitação em qualidade e beneficiamento do pescado assim como intermediação na aquisição de apetrechos e materiais de suporte para o desenvolvimento da atividade (STOPILHA, 2015, p. 143).

Para a Mestra Maria Angélica (56 anos), durante muitos anos ela não teve informações sobre alguns direitos que pescadores e pescadoras artesanais possuíam/possuem. Além disso, há também a questão burocrática para se aposentar. Segundo a Mestra Maria da Conceição (90 anos), ela não enfrentou problemas para se aposentar.

Por isso, ela reconhece a importância da Colônia na vida das marisqueiras, exemplificando que um dos benefícios de ser colonizada é a seguridade em caso de acidente. Ademais, as pessoas colonizadas têm o direito de receber o seguro defeso¹⁷, o auxílio doença, o auxílio maternidade, além do direito à aposentadoria por invalidez e como pescador(a). Por último, a Colônia é um lugar onde pescadores e pescadoras artesanais se reúnem e se articulam.

De encontro ao relato da Mestra Maria da Conceição, a realidade da Mestra Damiana (50 anos), em relação à Colônia assegurar as marisqueiras em caso de doença é distinta. Ela relata que sua perícia foi recusada cinco vezes pelo INSS, mesmo com o laudo do médico confirmando que ela não tem condições de trabalhar.

¹⁷ Salário mínimo pago pelo governo federal. Somente tem direito ao defeso o pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal – inclusive as marisqueiras – individualmente, ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros, respeitando o período de proibição da pesca, determinado por portaria do IBAMA” (BRASÃO, 2011, p. 57).

Como dito anteriormente, ela possui problemas na coluna e sente muitas dores na cabeça, devido a um acidente de trabalho; ela também possui problemas cardíacos.

Por ter tido seu afastamento das atividades recusado tantas vezes, ela precisou contratar uma advogada para recorrer da decisão; afinal, ela não tem condições de trabalhar e precisa ser aposentada por invalidez. Assim, é possível concluir que existe um sistema que estabelece critérios burocráticos, dificultando o acesso ao direito de aposentadoria por invalidez.

Outra reclamação que essa entrevistada fez foi em relação ao defeso, o qual ela afirma estar alguns anos sem receber. O defeso é um direito adquirido por mulheres marisqueiras cadastradas na Colônia. Segundo Brasão (2011), na cidade de Valença – BA, o defeso é pago no período de reprodução de alguns mariscos, como o camarão, o robalo e a lagosta.

Nessa temporada, as marisqueiras que são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família têm esse benefício bloqueado, para que possam receber o auxílio defeso, no valor de um salário mínimo mensal. No contexto atual da pandemia da Covid-19, o governo federal liberou o Auxílio Emergencial para pessoas de baixa renda.

Algumas marisqueiras beneficiárias do Programa Bolsa Família receberam esse auxílio até determinado período, pois quando o defeso é liberado o auxílio é suspenso, visto que não é permitido o acúmulo de benefícios. Sobre os defesos, eles variam de acordo com o período de reprodução das espécies. No contexto baiano,

o camarão tem mais de um período de reprodução durante o ano, sendo o primeiro, de 1º de abril a 15 de maio, e o segundo, de 1º de dezembro a 15 de janeiro; o do robalo é de 15 de maio a 31 de julho enquanto o período da lagosta tem início no dia 1º de dezembro e prossegue até o dia 31 de maio (BRASÃO, 2011, p. 57).

Nesse espaço de tempo, ficam proibidas a pesca e a comercialização das espécies acima citadas. O objetivo dessa estratégia de manejo é conservar as espécies em questão, evitando sua extinção e garantindo o sustento das próximas gerações. Além disso, a distribuição desse benefício mensal, durante o período do defeso¹⁸ também ajuda pescadores e pescadoras a suprirem suas necessidades imediatas, já que não podem exercer a pesca e a mariscagem.

¹⁸ Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003.

2.2 Comunidade e saberes tradicionais

Para falar sobre as marisqueiras enquanto comunidade tradicional, é necessário conceituar essa expressão. Primeiramente, é preciso ressaltar que, nesta pesquisa, o termo comunidade é um conjunto de pessoas que compartilham ideias, religião, localidade e cultura semelhante. Em seguida, o conceito de populações tradicionais como grupos de pessoas que têm um vínculo com a natureza e a partir dessa interação constituem sua cultura, seus costumes e sua identidade. De acordo com o Decreto Federal nº 6.040/2007,

Povos e Comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Essa definição evidencia a existência da diversidade cultural desses povos, sendo que cada comunidade possui sua cultura, seu modo de viver e sua identidade, tendo como característica comum, a relação de dependência com a natureza. Nessa interação, cada povo utiliza suas próprias técnicas, saberes e especificidades. Para o Diegues (1999), grupos tradicionais são:

grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas (DIEGUES, 1999, p. 22).

Tal conceito dialoga com aquele apresentado no texto do Decreto Federal nº 6.040/2007, reafirmando que cada grupo tem suas características culturais e históricas únicas. Essas comunidades não só constroem suas vidas com base na

natureza, mas também nomeiam, domesticam e classificam espécies vivas ali encontradas.

O que encontram na natureza não é visto como “recurso”, mas cada um possui valor simbólico e é destinado para um uso específico. Além disso, nas comunidades tradicionais, o manejo das populações – as interferências humanas – ajuda a construir a biodiversidade que hoje se apresenta.

Diegues (1999) ainda afirma que a biodiversidade, graças às interferências humanas de práticas milenares, pertence tanto ao domínio natural quanto ao domínio cultural. Ele ressalta que por meio da cultura é possível que a população tradicional compreenda, interaja e maneje a biodiversidade.

Em complementaridade, Diegues (2000b) pontuam as seguintes características relativas às comunidades tradicionais: seus membros dependem da natureza, não só para utilização dos seus recursos, mas também para manter seu modo de vida; possuem conhecimento detalhado sobre o mundo natural; por ocuparem um território por várias gerações, acabam tendo noção da melhor forma de preservar e sobreviver nesse espaço.

Existe também uma discussão sobre a relação das comunidades tradicionais com os territórios que elas ocupam. Para essas populações, o território é o espaço onde acontecem as interações. Quando se trata dessas relações sociais, Diegues e Moreira (2001) observaram as representações simbólicas, imaginárias e mitológicas. Segundo eles,

Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de território que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar (Godelier, 1984). Essa porção da natureza fornece, em primeiro lugar, a natureza do homem como espécie, mas também: a) os meios de subsistência; b) os meios de trabalho e produção; c) os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, os que compõem a estrutura determinada de uma sociedade (DIEGUES; MOREIRA, 2001, p. 49).

Assim, o território é essencial para as populações tradicionais, pois é através dele que são desenvolvidas atividades que garantem a sobrevivência e permitem a construção de suas territorialidades carregadas de sentimento, pertencimento e produção cultural.

Em concordância, Paul Little (2002, p. 253) explica que territorialidade é “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território”. Nesse sentido, é impossível não destacar os laços de solidariedade, coletivismo, companheirismo e reciprocidade presentes em comunidades com tais características, facilitados e promovidos pelos vínculos indissolúveis que remontam às gerações passadas. Como explica Paugam (2008),

a vida em sociedade coloca todo ser humano desde o nascimento numa relação de interdependência com os outros e que a solidariedade constitui a todos os estados de socialização a base do que se poderia denominar *Homo sociologicus*, o homem ligado aos outros e à sociedade, não somente para assegurar sua proteção face aos males da vida, mas também para satisfazer suas necessidades vitais de reconhecimento, fonte de sua identidade e de sua existência enquanto homem (PAUGAM, 2008, p. 04).

É importante ressaltar que a comunidade tradicional não se restringe à comunidade indígena. Para além desta, existem várias, como as comunidades pesqueira, agrícola, quilombola, extrativista, bem como os ribeirinhos, os pantaneiros e outros. Tais comunidades são conhecidas como “grupos que guardam entre si uma história em comum, uma forma própria de viver e se relacionar com a natureza, [...] tradições, [...] crenças que os distinguem dos demais membros de outros grupos humanos” (MPP, 2014, p. 7 *apud* RIOS, 2017, p. 60).

Outro aspecto relevante relacionado à comunidade das marisqueiras é a compreensão sobre os saberes tradicionais que são produzidos a partir das observações e experimentos, permitindo adaptar e criar novas técnicas. Portanto, é a produção de um conhecimento detalhado e complexo sobre o mundo natural circundante.

Conforme Diegues (2000a, p. 30), o saber tradicional pode ser “definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração”. Assim, não há uma separação entre o social e o natural; eles estão atrelados.

Conforme o PNUMA¹⁹ (2001 *apud* LIMA 2009, p. 24), o saber tradicional é um corpo composto de conhecimentos constituídos por populações tradicionais em

¹⁹ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

contato com a natureza. Um saber transmissível que “inclui um sistema de classificação, um conjunto de observações empíricas sobre o ambiente local e um sistema de auto manejo que governa o uso dos recursos” (PNUMA, 2001 *apud* LIMA 2009, p. 24).

Santilli (2005), por sua vez, o conceitua de forma mais abrangente; a autora considera “desde técnicas de manejo de recursos naturais até métodos de caça e pesca, conhecimentos sobre os diversos ecossistemas” (SANTILLI, 2005, p. 133-134). Para ela, o saber tradicional não é apenas o conhecimento do mundo natural, mas é também a prática, o saber-fazer. É um saber enciclopédico, minucioso, cheio de detalhes, resultado de pesquisa e experimentação, e por meio do qual cada comunidade tradicional entende a área que ocupa (SANTILLI, 2005).

É importante salientar que esse saber não atende somente ao aspecto utilitário; ele também carrega os aspectos culturais, religiosos e simbólicos, incluindo a organização social e a divisão de trabalho que juntos formam a identidade das comunidades tradicionais.

Logo, ele engloba todos os saberes empíricos acumulativos – não escritos – e que são transmitidos de geração em geração; as pessoas que o possuem vivem nesses espaços e têm contato direto com a natureza. Assim, mesmo esse saber sendo gerado no passado, ele se move; é mutável, estando em constante processo de modificação e adaptando-se às diferentes situações (LIMA, 2009). Em consonância, Santilli (2005) afirma que

os recursos da diversidade biológica têm, para estas populações, um valor simbólico e espiritual: os “seres” da natureza estão muito presentes na cosmologia, nos símbolos e nos seus mitos de origem. A produção de inovações e conhecimentos sobre a natureza não se motiva apenas por razões utilitárias. [...] Transcendem a dimensão econômica, e permeiam o domínio das representações simbólicas e identitárias (SANTILLI, 2005, p. 136).

Então, esse é um saber que expressa explícita e implicitamente a cultura dos grupos tradicionais, a qual fundamenta-se nas experiências vividas pelas gerações passadas, ressignificadas na geração presente e projetadas para a geração futura. Com base nisso, para organizar as populações tradicionais, é necessário considerar esse saber tradicional, pois ele constrói maneiras de interagir com a natureza, ajudando a elaborar

modos de vida particulares que envolvem uma grande dependência dos ciclos naturais, um conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica (DIEGUES; MOREIRA, 2001, p. 10).

Assim, esse tipo de saber permite a percepção e a compreensão da realidade em que a comunidade vive; ele é também dinâmico, diacrônico, sincrético e complexo. É importante salientar que por elaborar técnicas complexas e sofisticadas, o saber tradicional pode ser caracterizado como sistemático, organizado e objetivo. Ele está baseado em práticas socioambientais e socioculturais, vivências, experimentos e tradições; por ser um saber de origem local/ambiental, torna-se uma particularidade de cada grupo.

Quanto à transmissão do saber tradicional, ela se dá pela oralidade e pela observação. Na oralidade, o elemento principal são as memórias coletivas e individuais, as quais carregam elementos que materializam o passado no presente (saberes, culturas e modos de viver). Já na observação-ação tem-se a forma demonstrativa do saber-fazer é nesse momento que os sujeitos imitam e aprendem as técnicas utilizadas pelos mais velhos.

Apesar de sua complexidade e importância para as comunidades tradicionais, existe um processo de hierarquização de conhecimento que inferioriza, folcloriza e estereotipa os saberes tradicionais e todos os demais que não são de origem científica e eurocêntrica.

Nessa direção, valida-se somente o saber científico eurocêntrico, enquanto os demais são silenciados, inferiorizados e excluídos. Dessa forma, acontece o processo de epistemicídio que consiste no assassinato de saberes locais como resultado dessa supremacia de um único saber; logo, o “epistemicídio foi uma das condições de genocídio” (SANTOS, 2006, p. 87).

Nesse contexto, o saber científico “é concebido como um conjunto de saberes que estão distantes das práticas sociais, que somente pode ser apreendido através de observações e experimentos verificáveis” (SOUZA 2017, p. 129). Em contrapartida, o saber local, de acordo com Souza (2017), está relacionado à cultura e à história de um determinado grupo local, cada qual com sua forma de construir o seu saber.

Afinal, no mundo há diversas culturas e cada uma delas tem sua própria interpretação da realidade. É por meio dessas interpretações que são construídas formas distintas de saberes que, por sua vez, carregam significados, símbolos e expressões diferentes.

Segundo Coelho (2017), quanto mais se nega a diversidade epistemológica, mais se consolida a ciência como a única forma de saber válido, estabelecendo uma hierarquia de saberes e criando uma superioridade e inferioridade epistêmica entre eles.

Todavia, mesmo sofrendo com esse silenciamento e exclusão, as populações tradicionais continuam resistindo através da perpetuação do seu modo de vida; da transmissão do seu saber ancestral e da criação de novos saberes, que são passados de geração em geração, por meio da oralidade.

2.3 Marisqueiras – seu saber tradicional e cotidiano

Segundo Diegues (1983), as práticas de pesca artesanal e mariscagem surgiram antes mesmo da agricultura quando o homem primitivo capturava moluscos para sua alimentação. O autor também informa que pesquisadores encontraram em sítios arqueológicos na Escandinávia e nas Ilhas Shetland – datados do Paleolítico – cascas de mexilhões, ostras, restos de peixes e até arpões, comprovando essa hipótese.

As evidências mostram que, no final do período Paleolítico, foi criado o anzol, enquanto que as redes e a piroga – uma espécie de embarcação a partir de um tronco cavado – datam do período Neolítico; isso representa avanços para a pesca. Portanto, a pesca artesanal é uma prática milenar e que foi se inovando ao longo da evolução da humanidade. Atualmente, ela é fundamental para os aspectos econômicos, sociais e culturais da população brasileira.

No Brasil, a mariscagem foi desenvolvida por influência de três grupos étnicos: indígenas, negros e brancos. Isso porque as técnicas atualmente aplicadas estão carregadas de histórias e da cultura desses grupos, gerando parte da cultura das comunidades marisqueiras.

Da cultura indígena as populações litorâneas herdaram o preparo do peixe para a alimentação, o feitiço das canoas e jangadas, as flechas, os arpões e as tapagens; da cultura portuguesa, herdaram os anzóis, pesos de metal, redes de arremessar e de arrastar; e da cultura negra, herdaram o designer da canoa monóxila e a variedade de cestos e outros utensílios utilizados para a captura dos pescados (DIEGUES, 1983 *apud* SILVA, 2017, p. 37).

Por conta dessas influências culturais, as populações dependentes da pesca construíram sua cultura em locais litorâneos, dando origem à cultura da comunidade pesqueira. Para iniciar a discussão sobre o saber tradicional das marisqueiras, é necessário trazer luz ao conceito de cultura, pois é esta que permite às populações tradicionais compreenderem a natureza, a manuseando e a representando mentalmente.

Cada cultura é pertencente a uma sociedade diferente, uma consequência da relação do homem com o ambiente, que resulta em diferentes compreensões. Para Clifford Geertz (1989), a cultura é um sistema constituído por símbolos e significados que dão sentido às coisas do mundo. Já para José Martins (2002), a cultura é resultado de interações coletivas em um determinado local, no qual um grupo específico vive e constitui uma história significativa compartilhada por todos dessa localidade.

Saldanha (2005), por sua vez, destaca a cultura como primordial para os seres humanos estabelecerem uma relação com a natureza, sendo essa relação um produto da interação social. Por meio desta, são formadas diferentes concepções, representações e simbologias da natureza; ou seja, diferentes culturas são representações de visões distintas da natureza.

Assim sendo, a cultura é o “conjunto de ideias e cada organização social desenvolve uma visão de mundo específica à qual se mantém fiel e que ensina a seus membros” (SALDANHA, 2005, p. 28). Saldanha também afirma que as práticas culturais expressam as experiências e sentimentos vividos por uma determinada comunidade.

Além disso, a cultura constrói comportamentos, apresenta valores e crenças, e constitui “verdades”; dessa forma, existe uma relação entre os campos da subjetividade e da realidade das práticas. Quando o indivíduo nasce, já existe uma cultura preparada para recebê-lo no seu processo de adaptação ao mundo; então, ele se adapta, resignificando e construindo as práticas culturais (SALDANHA, 2005). O saber e a cultura são, portanto, produtos relacionais.

Nessa arquitetura cultural, são produzidos saberes culturais, que são “produzidos nas práticas sociais e culturais e que refletem formas de viver, pensar e compreender o mundo, valores e representações, são diversos, multirreferenciais e constituídos por magmas de significações”, saberes apropriados, compartilhados e reelaborados no decorrer da história humana. (OLIVEIRA, 2012, p. 7 *apud* SOUZA, 2017, p. 71).

A cultura tradicional da comunidade pesqueira/marisqueira é estabelecida pela relação do sujeito com a natureza, o manguezal. Essa interação se dá por meio da prática em si e da leitura empírica que homens e mulheres fazem a partir do contexto em que estão inseridos. Isso constitui o seu saber tradicional, uma vez que ele é de natureza experimental, adquirido, acumulado e transmitido de geração em geração.

Nesse contexto, as marisqueiras entrevistadas se entendem como parte de uma tradição, pois o saber da prática foi passado de geração em geração, mediante laços familiares, comunitários e culturais, geralmente pautados na subsistência da comunidade.

Nos relatos de Mestra Maria das Graças (66 anos), Mestra Marlene (61 anos), Mestra Damiana (50 anos) e Mestra Patrícia (39 anos), é perceptível a tradição familiar da mariscagem, enquanto a primeira entrevistada aprendeu com sua avó, as demais aprenderam com a mãe.

Por terem nascido em um lar de pescadores, desde a infância começaram a prática da mariscagem. O senso de comunidade também é muito forte na transmissão desse saber (LIMA, 2009), algo que pode ser notado mais especificamente na trajetória da Mestra Maria da Conceição (90 anos) que aprendeu a prática da mariscagem graças ao auxílio dos membros da comunidade, já inseridos na tradição.

Em relação ao tradicionalismo das comunidades, uma observação que me chamou a atenção durante as visitas a algumas das marisqueiras foi o processo de urbanização no Beco de Tote²⁰. Por conhecer esse lugar desde a infância, tive várias recordações durante a visita e pude perceber com a paisagem mudou.

Além da urbanização, Mestra Damiana (50 anos) afirma que a violência também aumentou, prejudicando a prática de mariscagem, uma vez que o manguezal virou rota de fuga. Ela afirma que *“até para ir ao mangue tá fazendo medo, tá tendo muito pilantra é arriscado a pessoa ir e morrer, os pilantras andam*

²⁰ Localizado no bairro da Bolívia, na zona urbana do município de Valença - BA. Esse beco fica próximo da casa de meu pai.

tudo armado, mas eles não me bolem, mas faz medo, eles nunca me boliu". Além disso, o aumento no número de casas teve como consequência um maior desmatamento do manguezal.

Apesar disso, o modo de vida de pescadores e marisqueiras se mantém ali, uma das características marcantes é que nas portas das casas era possível observar algumas marisqueiras confeccionando redes, enquanto outras catavam caranguejo, siri e sururu dentro de casa. Todavia, não foram observados grupos de mulheres catando em suas portas, provavelmente por conta da pandemia da Covid-19.

Era possível identificar algumas marisqueiras e pescadores sem perguntar, pois na porta de suas casas haviam armadilhas para capturar os mariscos. Portanto, apesar do crescimento e da urbanização, as pescadoras e pescadores artesanais que vivem na zona urbana de Valença - BA mantêm viva a sua cultura. Isso inclui seu modo de vida e seus saberes, os quais são transmitidos através da oralidade, algo fundamental para a permanência das comunidades tradicionais.

Dessa forma, o tradicional se adapta ao ambiente, buscando não perder sua essência; nessas adaptações, os aprendizados são ressignificados e são desenvolvidas novas técnicas. Assim, as práticas tradicionais expressas pelas marisqueiras representam a sua ancestralidade e a sua cultura. Essas ideias vão ao encontro do que aponta Stopilha (2015):

Os saberes revelados por indivíduos que tratam com a natureza, representados aqui pelas Marisqueiras, são saberes genuínos, não derivam de outros saberes, ao contrário, são deles constituintes. Guardam também em sua constituição aspectos do modo de vida produzido pelo grupo, da sua condição feminina e da forma como estão imbricados com ambiente em que vivem. Sendo assim, representam a forma com que esta categoria lida com a natureza, como agem e como refletem sobre seus afazeres cotidianos e suas práticas produtivas e de como o compartilham e o perpetuam (STOPILHA, 2015, p. 82 - 83).

De maneira complementar, Diegues (2008) descreve algumas características que identificam as marisqueiras como comunidade tradicional e, conseqüentemente, o seu saber tradicional. São elas:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do qual se constrói um modo de vida; b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz

econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) fraco poder político, que, em geral, reside com os grupos de poder dos centros urbanos; l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2008, p. 89 e 90).

O saber das marisqueiras, por ser resultado de experiências e observações contínuas dos fenômenos naturais, estabelece uma relação da prática e do empirismo na atividade marisqueira. Relacionado a isso, encontram-se o conhecimento acerca da geografia local, rudimentos de climatologia, bem como dos aspectos físicos e biológicos; estes, referentes aos animais que em diversos sentidos alimentam a atividade de mercado na qual as participantes desta pesquisa se inserem. Em entrevista, Mestra Marlene (61 anos) comenta sobre todo o aprendizado que adquiriu acerca das práticas relacionadas ao ofício:

Joelma: *O que você aprendeu com essa prática de mariscar?*

Marlene: *O que eu aprendi?*

Joelma: *Sim.*

Marlene: *Da natureza? Trabalhando mesmo, né? No Mangue, aprendi tudo: a pescar, descascar camarão, trato peixe para vender, porque aqui em casa também eu trato peixe para vender.*

Nesse relato, fica evidente que o seu saber abrange tanto o ambiente marinho quanto o terrestre. Enquanto o primeiro engloba a pesca e o conhecimento sobre as espécies, o segundo se refere ao tratamento e a comercialização dos mariscos. Essa observação dialoga com a afirmação de Saldanha (2005), de que o saber tradicional da comunidade pesqueira/marisqueira é constituído pela experiência que gera conhecimento sobre esses dois ambientes.

Os saberes, então, em suas diferentes formas e funções convivem lado a lado, e respondem a diferentes necessidades na vida de uma comunidade. Há, assim, diferentes saberes que se dimensionam como um fenômeno

plural e heterogêneo, capaz de abranger diferentes reacionalidades e formas de ser (OLIVEIRA, 2015, p. 23).

O saber das marisqueiras se desenvolve em um território/local – o manguezal – e a partir de práticas culturais, que constituem uma linguagem, visão de mundo, de natureza, de cotidiano, entre outros. Por partir de uma relação com o espaço físico (o manguezal), o domínio das técnicas de uso é importante para esse vínculo.

Diegues (2004) conceitua que a pesca artesanal é “um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saberes-fazeres transmitidos oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução do seu modo de vida” (DIEGUES, 2004, p. 32).

Nesse sentido, as marisqueiras têm uma relação muito profunda com o território que ocupam. Este não é simplesmente um espaço físico que promove sua subsistência e moradia; nele, elas constroem relações de pertencimento, identidade e saber histórico.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2006, p. 14).

Isso ficou evidente na entrevista da Mestra Maria das Graças (66 anos), moradora de Cajaíba, uma comunidade da zona rural que possui uma área de manguezal. É notório, a partir de seu relato, o amor e o zelo que a entrevistada possui por aquele território. Para ela, aquele lugar tem valor significativo para sua constituição humana; é um espaço com um valor material e imaterial, sendo prazeroso para ela cuidar daquela região.

É nitido que seu modo de viver, sua linguagem e seus saberes estão baseados nessa interação com seu território. Por isso, Mestra Maria das Graças chama a atenção para a necessidade de conscientizar as pessoas e de denunciar os que realizam atividades prejudiciais àquele ambiente.

Stopilha (2015, p. 95) discute o significado do território para as marisqueiras do Manguê Seco ²¹, “mesmo que imperceptível para elas representa o desencadeamento de identidade, cultura, do modo de vida, das relações sociais, das práticas produtivas, conflitos e, sobretudo, do sentimento de pertencimento”.

Dessa forma, ser marisqueira é carregar como bagagem o conhecimento e o patrimônio sociocultural e biofísico que constitui o saber consciente, relacionado aos elementos pertencentes ao espaço do manguezal. Por meio dos relatos e da pesquisa bibliográfica, entendo que ser marisqueira envolve várias dimensões culturais, afetivas, sociais.

Nesse sentido, pretendo enfatizar aqui a dimensão afetiva manifestada pelo sentimento de orgulho do ofício; pelo amar ao que faz; pela gratidão e o respeito ao manguezal; pelo vínculo com o manguezal, visto como seu “pai”, “supermercado”, “seu tudo”.

Essas características têm raízes sentimentais que se expressam nas atitudes das marisqueiras, no seu “jeito de ser, estar e ver o mundo” (GOMES, 2012, p. 61). Em relação ao sentimento de pertencimento das marisqueiras, compreendo que seus saberes e práticas são característicos, permitindo que elas se identifiquem como tal:

Ao observar o pescador percebe-se que há uma profunda especificidade em sua lógica de trabalho. O espaço crucial, que define sua singularidade, encontra-se presente na própria existência de seu principal meio de produção. Ou seja, é a partir do espaço livre mar/estuário que se elabora e constrói esse trabalhador [...] na interação constante com os recursos naturais aquáticos, permitindo-lhes distinguir-se de qualquer outro grupo socioeconômico e cultural ao edificar uma organização social bastante peculiar (RAMALHO, 2006, p. 50).

Para além, um ponto que não deve ser esquecido é que na constituição do saber tradicional das marisqueiras existe a divisão de trabalho baseada no gênero. Essa é uma característica da comunidade pesqueira, na qual os homens são responsáveis por trabalhar no mar de fora, no mar aberto, enquanto as mulheres trabalham nos manguezais, praias e rios.

A pesca é realizada principalmente pelos homens, que utilizam embarcações e múltiplos petrechos de pesca para a captura de peixes e lagostas e camarões. A mariscagem é exercida, principalmente pelas

²¹ Localizado no bairro do tento, na cidade de Valença - BA.

mulheres e crianças, nas praias, coroas e manguezais, para a extração de moluscos e crustáceos (siris e caranguejos). O mergulho é uma atividade masculina, sendo praticado para a captura manual de moluscos e lagostas ou para a caça, com arbalete, de lagostas e peixes (SOARES *et al.*, 2009, p. 163).

A comunidade pesqueira funciona da seguinte forma: as mulheres estão reservadas a ocupar lugares privados, dedicando-se à mariscagem, às atividades domésticas e à confecção de ferramentas para a captura de mariscos. Os homens, por sua vez, ocupam o espaço público, o mar. Essa divisão, de certa forma, organiza a estrutura da comunidade; para as marisqueiras, ela até é vista como algo normal. Pelas entrevistas, notei que elas não se veem oprimidas ou diminuídas por conta disso, apesar dessa divisão estabelecer lugares sociais.

De acordo com Ana Maria Beck (1991), a questão do gênero depende das representações que são construídas em cada sociedade e cultura. Na comunidade pesqueira, essa divisão é visível entre homens e mulheres e delimita os lugares de cada gênero.

Logo, isso se reflete no saber das marisqueiras, existindo saberes que só quem exerce a mariscagem conhece; por ser um trabalho destinado ao público feminino, elas são as detentoras desse saber. Dessa forma, é evidente a prática da mariscagem exercida majoritariamente por mulheres, tal como aponta Gomes, ao dizer que

Aproximadamente metade do contingente de trabalhadores da pesca artesanal na Bahia são constituído por mulheres. Uma particularidade desse trabalho da região é a clara divisão do trabalho da captura do peixe realizada pelos homens e do marisco pelas mulheres, salvo algumas exceções. Juntos representam a única fonte de renda para uma parcela significativa da população do litoral que vive da pesca artesanal, proporcionando o sustento e base alimentar de elevado contingente de pescadores e marisqueiras (GOMES, 2012, p. 20).

Complementando essa informação, Brasão (2011) afirma que:

Embora as marisqueiras sejam consideradas pescadoras artesanais, percebe-se uma discriminação em relação ao homem pescador. Historicamente, alguns limites afastam a mulher da pesca em alto mar, sinalizando ser esta uma atividade masculina. Nessa conjuntura, ser pescador significa ter coragem de ir para o mar em busca do pescado. Isso implica muitos dias longe da família, comendo e dormindo mal, à mercê de fortes tempestades e de possíveis complicações com a embarcação. É antiga a crença que mulher no barco de pescador dá azar, talvez esta seja uma forma de dificultar a inclusão da mulher no ramo da pesca, seja em rio ou em mar (BRASÃO, 2011, p. 58).

Desse modo, Brasão (2011) conclui que a cultura da pesca dessas comunidades tradicionais se pauta em uma divisão de funções baseadas no gênero. Durante as entrevistas, as marisqueiras foram questionadas acerca da noção de que “o manguezal é das mulheres e o mar aberto é dos homens”. Dentre os relatos, o da Mestra Maria das Graças (66 anos) ajuda a elucidar essa lógica, mantida de geração em geração:

Maria das Graças: *Por que é assim: eles consideram o manguezal mais para mulher, porque o manguezal tem muito rio, né? E a gente trabalha mais de canoa. Pouquíssimas mulheres vão conduzir barco. Chama os homens no mar porque o barco, ele vai para alto mar. É uma pesca mais a fundo e a gente trabalha mais dentro do rio. Porque é uma coisa que se a gente tá de canoa, a gente pode se salvar, é uma coisa mais branda pra gente, entendeu? Pode secar o rio e a gente pescar também. E a gente tem muitas outras coisas para se fazer. Enquanto você faz um cerco e espera, você pode tirar um sururu, uma ostra...*

Joelma: *Estar perto dos filhos.*

Maria das Graças: *Exatamente. É por isso que botam os homens para alto mar e as mulheres ficam mais aqui, porque eu mesmo tenho minha canoa. Minha canoa é a remo. Eu acho que é por isso que eu tenho esse corpo magrelo. E não é a motor, nunca gostei. Primeiro que vai me atrapalhar se eu entrar em um rio, o motor vai me atrapalhar. A rabeta vai enganchar nas quizangas.*

A partir desse relato, compreendo que há uma lógica de preservação da mulher contra os possíveis perigos do alto mar, conduzindo-a pescar em um ambiente “menos perigoso”, quando comparado ao mar aberto. Além disso, esse mecanismo as mantém em uma atividade que pode ser efetivada relativamente próximo às casas em que residem, onde podem cuidar dos filhos.

Para algumas entrevistadas, como é o caso da Mestra Maria das Graças (66 anos), o manguezal está no quintal de casa. Ademais, há de se lembrar que a vida das marisqueiras se encontra demarcada, conforme ressalta Brasão (2011), por uma heterogeneidade em que o tempo é dividido entre o ofício no manguezal; a continuidade desse ofício dentro de casa e os próprios afazeres domésticos.

Junta-se isso ao início precoce na vida laboral, as marisqueiras terminam por aprender a prática com suas mães e avós, vivendo grande parte de suas vidas da

pesca artesanal e adquirindo saberes através das vivências e ensinamentos ancestrais.

Logo, a parentela possui um papel preponderante na transmissão dos saberes necessários para a continuidade do ofício da mariscagem. Essas pessoas desenvolvem (através dessas experiências acumuladas desde a infância) um notável senso de pertencimento a essa cultura e comunidade; uma relação de sintonia e interdependência com o ecossistema, bem como um grande orgulho da função que exercem, tanto em caráter pessoal quanto comunitário.

Outro aspecto em destaque nos relatos das marisqueiras entrevistadas é a rotina de suas atividades cotidianas, que vem sendo realizada em boa parte de suas vidas. Esse contexto contribuiu para a formulação de muitos aspectos de sua identidade pautada na sintonia com o ecossistema em que se encontram e do qual tiram seu sustento.

Visto que este estudo busca compreender melhor as tradições e práticas dessas mulheres, não se pode dissociar a pessoa de sua vida cotidiana, no ensejo de compreendê-las em sua totalidade, conforme relembra Brasão (2011). Nesse sentido, a produção acadêmica chama bastante atenção para a dimensão da relação dinâmica entre os aspectos do ofício (extração, tratamento e venda) e os naturais, ligados ao ambiente em que a atividade se dá: o manguezal. Acerca disso, Stopilha (2015) aponta que

tem na extração e beneficiamento de crustáceos e moluscos sua principal atividade. Para empreendê-la cotidianamente as Marisqueiras necessitam de condições que são alheias à sua vontade a exemplo daquelas sintonizadas com a natureza: fluxo das marés, fases da lua, direção dos ventos, ritmo das chuvas e a sazonalidade de animais aquáticos; e de outras relativas ao ambiente econômico, político e social: mercado e preço de produtos, políticas públicas para pesca artesanal, violência, poluição ambiental e saúde... (STOPILHA, 2015, p. 37).

Tal afirmação é respaldada pelos testemunhos coletados nas demais entrevistas realizadas nesta pesquisa, como é o caso de Mestra Marlene, 61 anos. Ela confirma que há um horário próprio para atingir maior produtividade no manguezal, baseado no horário da maré. Em comentários mais detalhados acerca de suas atividades no manguezal e em relação à maré, Mestra Maria das Graças (66 anos) reporta que

Exatamente. Já fui de fazer cerco nos rios pra quando a maré baixasse a gente ir pegar os que estavam presos em cima da lama. Eu já fiz tudo isso, meu amor. Com outras pessoas, com seu Filipe, com muitas pessoas, que ia eu e outras companheiras para poder ganhar aquele quinhão, para a gente comer que depois da gente fazer as pescagens do tapeceiro, ele sempre dava o quinhãozinho da gente pra gente levar pra casa.

Segundo Marta Vannucci (2002), a prática da mariscagem é regulada pelos ciclos lunares e das marés, pois eles influenciam na reprodução dos animais que habitam o manguezal. Assim sendo, a vida das marisqueiras também é influenciada pela lua, pelas marés, pelo sol e pela chuva. Mestra Sebastiana (65 anos) afirma que ser marisqueira é obedecer a natureza. Tal conclusão dialoga com Brasão, na medida em que essa autora afirma que

Para as marisqueiras, essa obediência à maré faz parte de um “ritual” do seu dia a dia, que deve ser seguido, para sua segurança e maior retorno na captura dos mariscos, haja vista que, na maioria, essas mulheres são chefes de família. (...) Na ausência do marido, muitas vezes as marisqueiras e catadeiras aumentam a jornada de trabalho, chegando a ficar muito tempo fora de casa (BRASÃO, 2011, p. 65).

Ademais, a autora também destaca que

Além da maré, o tempo também é fator determinante para a saída das marisqueiras ao seu local de trabalho; na impossibilidade de entrar nos manguezais, principalmente em tempos de chuva, elas buscam outras saídas para não deixar faltar o alimento dos filhos, haja vista muitas delas ser arrimo de família. Portanto, nos dias em que a própria natureza as impossibilita de penetrar nos manguezais, outras possibilidades são necessárias para ter um retorno financeiro (BRASÃO, 2011, p. 56).

Em dias chuvosos, as marisqueiras realizam práticas alternativas, como os afazeres da casa, bem como o trato, o preparo e a venda dos mariscos, seja por encomenda ou de porta em porta. Logo, o trabalho das marisqueiras inclui a “coleta, transporte, limpeza, escaldar (pré-cozimento), retirada do marisco das cascas e venda” (VIEIRA, 2017, p. 46). O relato da Mestra Maria das Graças (66 anos) transmite parte dessa dimensão, quando afirma,

Não sou de estar aqui, como é que se diz... me engrandecendo pelo que eu faço e ao mesmo tempo sim, mas não pela minha parte de eu dizer que meu marisco é melhor, certo? É que meu marisco não fica. Agora mesmo já veio um senhor aqui me encomendar, que ele quer para sexta-feira; eu tô catando, tem gente ligando: “Graça, eu quero... Graça eu quero tantos quilos”.

Não fica, porque eu te dou qualidade e vou te dar preço também. Porque eu não quero vocês só uma vez na minha porta. Eu quero você várias vezes comprando o meu marisco.

Por meio dessa fala, mestra Maria das Graças (66 anos) afirma que não sobra mercadoria. Ao garantir qualidade e bom preço dos mariscos para que as pessoas encomendam seus catados, ela fideliza sua freguesia. Apesar de Brasão (2011) apontar que o trabalho da mariscagem possui um retorno financeiro que pode ser englobado na definição de subemprego, Mestra Maria das Graças (66 anos), Mestra Marlene (61 anos) e Mestra Patrícia (39 anos) mostram grande satisfação com a condução de seu trabalho.

Durante as entrevistas, perguntei às marisqueiras se elas já participaram de algum curso de aperfeiçoamento profissional. Mestra Damiana, Mestra Patrícia e Mestra Sebastiana responderam que não; porém, nos seus relatos, afirmaram que tomam todo cuidado para manter a qualidade no processo de catagem, como cortar as unhas e mantê-las higienizadas, bem como utilizar materiais limpos.

Mestra Maria da Conceição e Mestra Marlene também responderam que não, e afirmaram que tudo que elas sabem aprenderam na prática ao imitar os mais velhos. Por fim, a presidenta da colônia, Maria das Graças (66 anos), afirma que a Colônia oferece cursos para o aprimoramento da prática da mariscagem, como o de filetagem, mas que a oferta foi interrompida devido à pandemia da Covid-19 e a uma reforma da Colônia de Pescadores.

Ainda sobre a prática da mariscagem, algo que me chamou atenção nos relatos coletados foi o aspecto terapêutico atribuído pelas marisqueiras ao trabalho no manguezal. Entretanto, é comum elencar as características tanto positivas quanto negativas; isso vale para qualquer segmento da realidade social, além do trabalho. Nesse sentido, Uliana Esteves discorre que

Os trabalhadores e trabalhadoras do mangue avaliam esta atividade em aspectos positivos e negativos. Para a população que vive da mariscagem, o trabalho é “na mesma da hora é bom e é ruim”, como foi discutido anteriormente acerca dos significados do mangue e este estendido à mariscagem. O principal aspecto positivo é o fato de trabalharem para si mesmo, ou seja, não terem patrão, além de não terem horário fixo para o trabalho. Neste sentido, identifica-se a liberdade como um ponto positivo da mariscagem. Por outro lado, a baixa remuneração e o esgotamento físico do corpo são os aspectos considerados negativos, bem como o risco que acompanha o trabalho no manguezal (ESTEVES, 2007, p. 59).

Seguindo essa ideia de que “na mesma hora é bom e é ruim”, Esteves (2007) aborda uma questão que faz parte do cotidiano das marisqueiras, para trabalhar na lama é necessário saber andar nela. Para a marisqueira, essa prática é bem simples, mas não é tão fácil para quem não trabalha no mangue. Trabalhar no mangue exige conhecimento do local e saber como se movimentar, pois a pessoa pode se atolar ou tropeçar nas raízes.

Além disso, o cotidiano no manguezal tem outro impasse: os mosquitinhos do mangue (maruins), pernilongos, mutucas e outras espécies que vivem nesse ambiente, cujas picadas trazem incômodos e até mesmo dores. Como forma de se proteger desses insetos, as marisqueiras utilizam gás ou uma mistura de óleo e querosene, que afastam esses insetos devido ao cheiro forte.

Nesse sentido, Mestra Patrícia (39 anos) afirma que leva uma panelinha para fazer fogo, como forma de espantar as mutucas. A picada desses insetos é dolorosa, no dia que fui ao manguezal com a Mestra Patrícia, fui picada por uma mutuca no pé; no local cresceu um caroço que coçou durante três dias.

Fatores ocupacionais problemáticos também podem acarretar acidentes; algumas das principais queixas das marisqueiras são a respeito de acidentes com ostras, pois seu casco é afiado; ferimentos de grau moderado e até mesmo algumas doenças provenientes do ambiente úmido do manguezal. Brasão (2011) reporta que

As doenças dermatológicas, infecções respiratórias e parasitárias geralmente estão relacionadas às condições ambientais. Entre as marisqueiras, a ocorrência de tais doenças é algo constante, devido às condições de trabalho no manguezal, visto que, permanecem muito tempo em contato com a água e a lama, agravadas pelo fato de muitas delas não terem acesso a esgotamento sanitário, coleta de lixo, abastecimento de água e limpeza pública, chegando a morar nos arredores dos manguezais (BRASÃO, 2011, p. 76).

Mais adiante, a autora também alerta que:

Poucas são as marisqueiras conhecedoras dos riscos de doenças que podem contrair pelas inúmeras horas de trabalho em contato direto com a lama do manguezal, a exemplo das doenças ginecológicas, muitas vezes causadas pela higiene pessoal insuficiente, favorecendo o crescimento de bactérias e fungos, além dos diversos tipos de irritação na pele. A falta de conhecimento sobre essas doenças faz com que essas mulheres deixem de buscar, em tempo hábil, orientação, prevenção e tratamento para determinadas doenças (BRASÃO, 2011, p. 84).

Esses riscos ocorrem devido à rotina intensa do ofício da mariscagem. Por exemplo, durante a entrevista com a Mestra Maria da Conceição (90 anos), a filha dela tomou parte das transcrições, como uma entrevistada paralela, e testemunhou junto à mãe que “a gente chegava tarde, minha filha. Toda suja de lama, toda arrasada, cortada de tanto catar sururu para tirar para vender ainda”.

Desse modo, fica evidente que a rotina de trabalho das marisqueiras é pautada por inúmeros fatores externos, como o clima e a maré, o que pode provocar possíveis acidentes, devido à exaustão do trabalho e à própria sazonalidade que define a presença dos produtos (siri, ostras, caranguejos etc.). Outras características marcantes do cotidiano das marisqueiras, segundo Stopilha (2015), são as adaptações e os improvisos. Isso acontece em diversos momentos, como

Nos períodos de defeso, quando as mesmas são desafiadas a urdir formas novas de sobrevivência; assim também se apresenta como particularidade do grupo a ausência de ajuda governamental; a utilização precária de propagandas, mídias e publicidade para a divulgação do produto (STOPILHA, 2015, p. 117-118).

Como Brasão (2011) afirma, essa forma de viver tem seus aspectos positivos e negativos derivados do contato direto com a natureza e das atividades exercidas para a captura dos mariscos. De acordo com Stopilha (2015), a marisqueira é cercada de habilidades artesanais e técnicas que a ajudam na execução da sua prática e a superar os entraves no seu cotidiano. Ademais, existe no seu cotidiano uma socialização, isto é, uma construção coletiva de saberes que são transmitidos entre si.

Afinal, durante a pesca coletiva ou mesmo antes e depois dela, uma aprende com a outra as estratégias para capturar os mariscos (no processo de interação) e dessa forma, os saberes são compartilhados auxiliando na permanência da prática da mariscagem. Assim, as

Marisqueiras promovem em seu cotidiano a articulação desses saberes diversos que, quando compartilhados e encadeados, produzem para a coletividade um complexo de percepções que compõem a mariscagem e fazem desta uma atividade de riqueza ímpar, haja vista que extrapola a esfera profissional e se torna um modo de vida, definindo os contornos socioeconômicos de um grupo e até de uma comunidade (STOPILHA, 2015, p. 177).

Dessa forma, no cotidiano das marisqueiras, a solidariedade e a reciprocidade são fundamentais para a perpetuação da sua prática, pois o compartilhamento de

saberes formam novas marisqueiras, fortalecendo os laços sociais e de resistência. Nesse contexto, Mestra Maria da Conceição (90 anos) fala que ensinou muitas mulheres a mariscar e pela gratidão dessas novas marisqueiras até hoje ela recebe algum pescado como agrado.

Dessa forma, existem trocas entre as marisqueiras, uma ação muito comum em comunidades vistas como “primitivas”. No entanto, “é a própria troca ancorada na reciprocidade, na redistribuição e imersa nas relações sociais que configura um sistema econômico que garante a coesão e a estabilidade social” (GONÇALVES, 2008, p. 05).

Portanto, a comunidade pesqueira segue a lógica da reciprocidade que “é exercida sem a espera de um retorno datado, e constitui uma reciprocidade porque o retorno vem, sem data, hora ou local previstos, mas de uma forma ou de outra, a retribuição acontece, é recíproca” (FULGÊNIA, 2004, p.25).

2.4 O significado e a história do manguezal

As marisqueiras não somente atribuem grande valor à sua prática, mas também dão enorme e merecida importância ao ecossistema do manguezal, ambiente que para muitas delas representa tudo: ofício e sustento; passado, presente e futuro. Tal afirmação não é tão romântica quanto possa parecer à primeira vista. Conforme ressalta Esteves (2007) em um estudo de caso com um grupo também constituído por praticantes da mariscagem, na região de Batateira, em Cairu — BA. Nessa pesquisa, Esteves observou que

existe aí uma definição que estabelece termos com relação intrínseca ao mangue, ou seja, uma relação metonímica que define este ambiente. Neste sentido, podemos observar que estamos tratando de um signo. No entanto, ao analisar o discurso dos moradores de Batateira, percebemos a significação atribuída ao mangue em termos de símbolos, ou seja, devido às relações metafóricas utilizadas para representar o mangue. Buscando fazer um exercício com base no esquema proposto por Leach o qual busca compreender as relações existentes entre imagem-sentido, conceito na mente e objetos ou fatos no mundo externo, pode-se começar a compreender o modo pelo qual a população de Batateira cria significados em torno do mangue. Seguindo este esquema, o mangue seria, assim, o objeto no mundo externo, ou o significante, o qual está ligado simbolicamente à imagem sentido, no caso a mariscagem. Poderíamos ainda afirmar que o conceito na mente seriam as afirmações dos moradores para caracterizar o mangue

como, por exemplo, as classificações entre “bom”, “ruim”, “difícil”, “tudo”, termos utilizados para designar este local, ou como observamos, a própria atividade produtiva (ESTEVES, 2007, p. 48-49).

Tal simbolismo é palpável nas declarações de Mestra Maria das Graças (66 anos), que comenta:

Conquista muito boa. Hoje eu estou aposentada através da pesca. Criei duas filhas através da pesca. São formadas através da pesca. Construí casas, tenho casas em Cajaíba, porque eu sou filha de Cajaíba, né? Onde hoje tem três, quatro, cinco, seis casas, que através de marisco, vendendo... não era assim, você pegava e fazia, mas fazia uma parte num mês, no outro... a gente foi crescendo. Pra mim é muito gratificante. Eu não tenho nada que dizer de ruim da pesca; meu manguezal. É como eu dei uma entrevista, uma certa vez, para Ana Maria Braga, que ela me falava assim “o que eu considero do meu manguezal”.²²

Fica evidente o sentimento de pertencimento da marisqueira diante do manguezal; sobretudo, na menção ao ambiente como “meu”, o que denota um caráter de afetividade para com o ecossistema do qual a mesma tira seu sustento. Aprofundando mais a análise, percebi que a analogia feita pela entrevistada ao determinar o manguezal como seu “supermercado” — no sentido de que sua alimentação provém do que é extraído daquele ambiente —, informa o quanto a marisqueira considera seu ofício como espinha dorsal de todo o seu sustento. Raras são as exceções, como alguns tipos de alimentos que não são encontrados no manguezal.

Enquanto para a Mestra Maria das Graças (66 anos) o manguezal representa o “seu supermercado”, para Mestra Maria da Conceição (90 anos) ele é como “pai, mãe ou avô”. Nessa analogia, existe um forte caráter afetivo, atribuindo ao manguezal uma relação de parentesco.

Isso significa que esse ambiente educa, cuida, supre as necessidades, ampara e acolhe “suas filhas”. Dessa forma, a relação das marisqueiras com o manguezal não é superficial, pois, existe uma intimidade. Para Mestra Maria da Conceição, o manguezal é tão importante que foi a base da sua tão sonhada casa:

²² Imagem em anexo

Aqui tem esse chão de casa, tem... 50 anos. Quer dizer, isso aqui era tudo mato; não tinha água, não tinha luz, não tinha nada, só tinha lama e campo de bola dos meninos do supermercado. Essa rua direta lá para dentro, tudo era mato; tudo, tudo, tudo. Aí tinha pasto, não tinha nada. 50 anos eu fiz essa casa de barro e de vara. Tirei madeira do mangue e fiz. Essa casa tem 50 anos.

[...]

Essa casa minha fiz de tapa de vara, comprei madeira e fiz... depois carreguei tábuas da serra em carrinho da Praça da Mangueira... fez toda de tábuas. Depois, quando Deus me ajudou, que eu me aposentei e saí do mangue, o meu primeiro dinheiro comprei tijolinho nessas olarias aí. E aí, embaixo, depois fiz baixinha a portinha... era cá embaixo, tá vendo ali no lugar? Ali era porta. Depois aumentou. Aí, depois que eu me aproveitei meu filho, e também foi meu filho que construiu aí; metade da minha casa toda de tijolinho.

Essa perspectiva totalizante em relação ao papel do manguezal na vida das marisqueiras é respaldada pelos comentários de Mestra Marlene (61 anos), Mestra Damiana (50 anos) e Mestra Maria Sebastiana (65 anos), quando questionadas sobre a importância do manguezal. Elas afirmam que esse ecossistema é o seu “tudo”, a sua base e sem ele, elas não saberiam como viver.

Mestra Maria Sebastiana (65 anos) relata que tudo que conseguiu foi graças ao manguezal, afirmando também que este a criou e a ajudou a criar seus filhos. Ela ressalta que, se não fosse a sua doença, ainda estaria trabalhando no manguezal. Ademais, Mestra Maria da Conceição (90 anos) corrobora esta visão acerca do manguezal. Ela chegou a esse ambiente e começou tardiamente no ofício, mas isso não diminuiu a relação entre eles. Ao ser questionada sobre os motivos pelos quais adotou o manguezal como seu local de trabalho, ela responde o seguinte:

E graças a Deus criei; tá tudo homem! mas meu filho é trabalhador, graças a Deus. Criei na lama do mangue, levando ele e ficando aqui e trabalhando até a maré secar, para eu poder entrar pra dentro do mangue, pra ele não morrer afogado.

Nos relatos das entrevistadas, é nítido que os motivos para praticar a mariscagem foram a precisão, a sobrevivência, a possibilidade de ter sua independência e sua casa, criar seus filhos, todas as entrevistadas atingiram tais metas com êxito.

Ao analisar o significado mais expressivo na mentalidade das marisqueiras, foi observado que os sentidos de respeitabilidade, conservacionismo, pertencimento e interdependência aparecem com frequência. Relacionando isso aos simbolismos mencionados por Esteves (2007) e reiterados por Brandão (1985), que há uma grande dimensão de saudosismo dentre os significados do manguezal.

Para contrapor a experiência vivida pelas entrevistadas com suas realidades atuais, elas foram questionadas especificamente a respeito das possíveis diferenças entre o manguezal do passado e do presente. Em alguns dos relatos coletados, foi apontado a relativa escassez de recursos no manguezal e a maior quantidade de pessoas trabalhando nessa área, tal como afirma Mestra Marlene (61 anos):

Joelma: *Como era o manguezal antigamente antes de o pessoal ocupar?*

Mestra Marlene: *Antes era tudo calmo, né? Não tinha essas coisa de agora, essa violência. A gente podia, antigamente, até dormir de porta aberta. Ninguém incomodava ninguém, né? Mas agora... antigamente era tudo calmo. A gente andava por aí tudo... os meninos não bulia com ninguém.*

[...]

O mangue de antes, vou dizer que era bom. Que hoje em dia a gente anda, se bate para conseguir uma dúzia de siri, e antes não. A gente ia e voltava com a vasilha cheia, era. Agora, o mangue tá tudo ruim.

Joelma: *E você acha que isso aconteceu por quê?*

Mestra Marlene: *Tem muita gente que pesca também, né? Pega marisco no mangue, pega siri, pega caranguejo, pega aratu. Tem uns homem que fica aí direto, pegando aratu, com a linha e um balde... para catar aí o marisco, o mangue fica ruim.*

Esse relato é respaldado pela pesquisa de Esteves (2007), ao declarar que

As marisqueiras e marisqueiros atribuem a diminuição dos mariscos à maior quantidade de pessoas que os retiram no presente, gradativamente tendendo a superar a capacidade de carga deste ecossistema e comprometer sua existência. [...] Deste modo, a escolha do mangue para mariscar é baseada no critério de ser este “menos trabalhado”, ou seja, o mangue ao qual poucas pessoas têm acesso ou aquele que há dias não se pratica nenhuma atividade de coleta (ESTEVES, 2007, p. 52).

De acordo com Mestra Marlene (61 anos) e com as pesquisas de Esteves (2007) e de Guimarães (2007), o manguezal atualmente está sendo muito trabalhado. Inúmeras pessoas atuam nesse ambiente sem um conhecimento profundo e sem consciência das técnicas adequadas para a manutenção das espécies; elas simplesmente entram no manguezal quando lhes convêm. São pessoas que não

vivem disso, mas que entram no mangue ocasionalmente quando precisam complementar sua renda.

Mestra Damiana (50 anos) complementa essa discussão ao afirmar que a falta de responsabilidade dessas pessoas que não dominam a prática da mariscagem provoca a redução nas populações das espécies que habitam o manguezal. Em sua fala, ela comenta que essas pessoas pegam todos os animais, independentemente do tamanho e do sexo; antes *“era tudo fartura, mas foi chegando mais gente e foi destruindo, a mesma hora que a gente ia para o mangue a gente chegava e enchia o balde de sururu”*.

Mestra Damiana conclui dizendo que antigamente a mariscagem era mais produtiva que hoje em dia, que ela tem que trabalhar o dia inteiro para talvez pescar três litros de sururu. O depoimento de outra entrevistada, Mestra Maria Sebastiana (65 anos), corrobora que

o mangue de antigamente, tinha muito marisco e hoje a gente vai no mangue e não tá como era, a gente não acha o tanto que nós achava, porque a gente ia no mangue, a gente trabalha com maré, a gente tirava quarenta, sessenta, até cem dúzia de lambreta em um dia e hoje se muito tirar é dez.

Algumas das entrevistadas também atribuem a dificuldade e a relativa escassez dos mariscos à falta de consciência ambiental por parte dos moradores e das fábricas. Pelos relatos da Mestra Maria das Graças (66 anos), há um cenário aterrador, caracterizado pelo desrespeito do homem para com o manguezal, afirmando que existe poluição, desmatamento, aterramento e exploração sem nenhum controle.

Mestra Maria Sebastiana conta outras causas que justificam o cenário atual são: a maré vermelha e o vazamento de óleo que ocorreu no litoral nordestino, em 2009. Segundo Anderson (1997), as marés vermelhas são um *“bloom”* de microalgas fitoplanctônicas tóxicas. Quando ocorre essa proliferação, a alta concentração de toxinas pode provocar a morte de alguns animais marinhos, especialmente os peixes. Mestra Maria Sebastiana explica que quando ocorreu a maré vermelha no manguezal, o ar ficou fedido devido à quantidade de animais mortos.

Foi aquele dali que acabou com tudo, matou ostra, matou sururu, a metade da lambreta morreu. Tanto que a gente pegava pouca coisa, era siri, caranguejo morto, tudo a gente achava em cima da terra, o mangue fedia.

[...]

Dessa vez agora, foi pouco, só deu o óleo, muitos caranguejos estavam com óleo, mas não foi muito pra morrer, dessa outra morria mesmo.

Em relação à problemática do óleo, Mestra Damiana (50 anos) relata que ele provocou a morte de indivíduos de várias espécies marinhas e terrestres que dependiam do manguezal. Ela afirma que a situação estava tão caótica que “*chega os urubus estavam ficando dentro no mangue. Teve lugar que os urubus estavam indo para comer os caranguejos mortos*”.

Apesar de não querer falar diretamente sobre política, o relato de Mestra Maria das Graças (66 anos) aponta outro problema que contribui para o desmatamento e poluição do manguezal: a negligência histórica dos gestores do município de Valença – BA em relação ao manguezal, às pescadoras e aos pescadores artesanais.

Ela menciona, como exemplo, que nenhuma medida foi tomada para proteger o manguezal do esgoto que é jogado sem nenhum tratamento no Rio Una e que acaba atingindo os manguezais. Ela conclui comentando que a ocupação desordenada dos manguezais resulta em desmatamento e poluição. Nesse contexto, Mestra Maria das Graças apresentou um poema de sua autoria, no qual fala sobre a preservação do manguezal, como podemos ver a seguir:

Limpeza Ecológica

*No dia 16 de setembro
Minha Cajaíba ficou na história
Limpeza nos rios foi feita
Foi achada até uma pistola
Pneus, litros e garrafas plásticas
Cadeira, bicicleta e sofá
Vaso sanitário, ventilador e televisão
Na TVE vai passar.*

*A comunidade ficou assustada
Com muito lixo que saiu do mar
O motorista sorrindo falou:
Até o domingo tenho que trabalhar.*

*O manguezal, hoje, com lindo verde
Os rios com ondas a dançar
Os mariscos, hoje sorrindo
Felizes podem respirar.*

*Passando alguns meses
Eu passo no mesmo lugar
Veja que a mesma comunidade
O lixo volta a jogar
Quando eles tomarem consciência
Que no manguezal o lixo não deve jogar
Os mariscos vão aparecer
As marisqueiras felizes vão trabalhar*

(GRAÇAS, 2010 *apud* BRASÃO, 2011, p. 98).

Conservar o manguezal significa para as marisqueiras, sobretudo para Mestra Maria das Graças (66 anos) não é somente uma questão ambiental, mas também uma questão de cunho sociocultural, econômico, afetivo e religioso. Para Lima (2009), é mediante essa noção de interdependência que nasce a relevante preocupação e o respeito das marisqueiras para com o manguezal, a saber:

É notório como as famílias sentem o impacto da poluição sobre a sua sobrevivência. Na pesquisa, observou-se que o maior impacto sentido se dá sobre a redução de alimentos, aqui entendido como a redução de espécies para a pesca que hoje em dia é cada vez mais difícil de encontrar. (...) Esta redução de alimentos é reconhecida por eles como sendo causada pela poluição. A contaminação também é um impacto que afeta as famílias, em particular sobre a disponibilidade de água, saúde ambiental e qualidade de vida (LIMA, 2009, p. 89).

Ademais, no decorrer da entrevista, Mestra Maria das Graças (66 anos) acaba trazendo um questionamento sobre como o município se porta diante dos cuidados necessários com o ecossistema manguezal, o qual representa uma parte importantíssima da cultura local e da economia. Apesar de não aparecer nas estatísticas, pois se encaixa no tralho informal, essa prática é meio de sobrevivência para boa parte da população valenciana. E é notável, a falta interesse dos gestores na preservação do manguezal, sobretudo para proteger as comunidades pesqueiras.

Resumidamente, seja na perspectiva de o mangue estar “muito trabalhado” ou poluído – como resultado do descaso da população e dos setores responsáveis – existe um declarado saudosismo das marisqueiras entrevistadas em relação ao manguezal e seus dias passados. A pesquisa realizada por Brasão (2011), mostra

que as catadeiras valencianas já afirmavam, na época, que o manguezal era melhor antes, pois havia fartura de marisco.

Na década de 1980, o principal produto da mariscagem da cidade de Valença – BA era o caranguejo, mas atualmente essa espécie corre risco de ser extinta. Segundo Brasão (2011), na região valenciana a escassez dos produtos da mariscagem começou no século XX com as modificações no manguezal ocasionadas pelo desmatamento, pela construção de casas e pela mudança de técnicas usadas para a captura de mariscos.

A mesma autora exemplifica que antigamente para as marisqueiras capturarem o caranguejo, elas utilizavam a técnica denominada “braceamento”, que consiste “em enfiar o braço na toca do caranguejo para capturá-lo – e passaram a utilizar também a redinha – pequenos pedaços de rede colocados na entrada da toca do caranguejo” (BRASÃO, 2011, p. 89).

Com essa mudança da técnica não há uma seleção entre caranguejos adultos e filhotes; machos, fêmeas e fêmeas ovígeras ou ovadas, pois com o uso da redinha não ocorre distinção na captura, interferindo negativamente na reprodução desse crustáceo e causando mutilações. Por conta dos malefícios trazidos para o ecossistema, a técnica da redinha é ilegal e considerada uma ação predatória.

Sua proibição é regulamentada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), um órgão que luta pela preservação do meio ambiente. Como forma de proteger o manguezal, o IBAMA estabeleceu critérios para a captura do caranguejo, que precisa ter o tamanho mínimo de seis centímetros. Além disso, também proibiu a captura de caranguejos fêmeas ovígeras ou ovadas, como forma de proteger a espécie.

Por sua vez, a técnica tradicional de braceamento é vista como ecologicamente correta, pois possibilita a seleção do caranguejo conforme os critérios definidos pelos planos de manejo. Segundo as marisqueiras que utilizam essa técnica, “quanto mais lama retirada da toca, maior é o caranguejo. Com esse conhecimento, elas conseguem, com pequena margem de erro, escolher os locais para capturar o caranguejo adulto” (BRASÃO, 2011, p. 89).

Mesmo sendo ilegal, muitos ainda insistem em utilizar a técnica da redinha, por conta da facilidade na captura do caranguejo. De acordo com Mestre Maria das Graças, na Colônia de Pescadores, frequentemente ocorrem ações (reuniões,

cartazes informativos, etc.) para conscientizar pescadores e pescadoras. Segundo Brasão (2011), a Associação de Moradores e Pescadores do Bairro do Tento apresenta cartazes informativos com o objetivo de conscientizar pescadores e pescadoras a preservação do manguezal.

Embora algumas investidas como a do cartaz tentem conscientizar os usuários dos manguezais, para a sua preservação e, conseqüentemente, de suas espécies, as práticas ilegais continuaram sendo adotadas, a exemplo da comercialização de caranguejos em períodos de reprodução. Além desse agravante, outros fatores têm contribuído para a diminuição do caranguejo em Valença, como a invasão das áreas de manguezal, o acúmulo de lixo e a poluição decorrente do despejo de esgotos sanitários, como já fora mencionado (BRASÃO, 2011, p. 91).

Infelizmente, caso não haja ações por parte dos órgãos públicos do município e a conscientização de pescadores e pescadoras, a prática da mariscagem irá findar, pois o ecossistema do manguezal corre risco de ser extinto; assim, não haverá mais indivíduos das espécies para mariscar.

2.5 Mariscagem como ato de resistência

*De tua lama dás o sustento;
De tuas águas, a certeza da benção absurda;
De teu sal, a memória e a resistência que,
tal qual a rede, tece esperança.*

Poema *Tua Graça é Salinas*, extraído da obra *Salinas: o mar, a lama e a vida II*, produzida pelas comunidades tradicionais de Salinas da Margarida.

Nesta seção, apresento como a mariscagem tem contribuído para a sobrevivência da população negra, durante séculos e como essa prática se transformou ao longo de sua trajetória, por conta de adaptações resultantes da união dessa prática à cultura afro-brasileira.

No Brasil, é sabido que a atividade de pesca foi primeiramente praticada pelos povos indígenas. No decorrer do tempo, essas práticas sofreram influência de outros povos, como os europeus e os descendentes de africanos, originando as comunidades pesqueiras atuais. Ao analisar a composição étnica, constatei que a maioria dos pescadores e marisqueiras do município de Valença - BA é negra.

Retornando ao passado, foi a partir do século XV que chegaram ao Brasil povos totalmente diferentes dos povos indígenas, com suas culturas específicas. Nesse processo de “interação”, ocorreu a união de culturas em alguns momentos, atividades que eram desenvolvidas por um grupo passaram a ser praticadas por outros e adaptadas de acordo com as expressões culturais particulares. Isso aconteceu com a mariscagem, uma prática de origem indígena, mas que foi incorporada à cultura de comunidades negras.

Tânia Lima (2017), afirma que, no período colonial, o manguezal era umas das rotas de fuga para negros e indígenas, quando os “mangues serviram como quilombos, espaço de luta. Os colonizadores não conheciam os mangues, chamavam-nos de lugares insalubres” (LIMA, 2017, p. 192).

A autora destaca que, sob o ponto de vista dos negros e negras, o manguezal era como uma mãe protetora, que acolhia os fugitivos que não aceitavam a condição de escravizados. Assim, no período da abolição da escravidão, o manguezal foi fundamental para a sobrevivência da população negra; ele serviu como lugar de moradia e fornecia sustento para essa população, o que ocorre até os dias de hoje. Segundo Simone Souto (2013),

Nos engenhos próximos ao mar, alguns escravos exerciam a profissão de mariscador, muitos deles após a abolição em 1888 permaneceram ligados a essas atividades, como alimento para sobrevivência e para vender os excedentes em feiras livres (SOUTO, 2013, p. 21).

Os ex-escravizados diante da realidade racista e genocida que encontraram dificuldades para ser inseridos no mercado de trabalho; eles foram excluídos de todos os direitos e tratados como não humanos. Foi no manguezal onde encontraram refúgio e uma forma de preservar e produzir sua própria história, cultura, linguagem e religião. Assim, a população negra “preferiu” ficar na lama a voltar aos engenhos e à submissão.

Desse modo, nos manguezais [...] foram elaboradas atividades que forneciam alimentos para homens e mulheres excluídos do mercado de trabalho, dele retiravam o alimento para si e sua família e excedente vendiam afim de adquirir meios de possuir outras matérias para a sua sobrevivência (SOUTO, 2013, p. 22).

Segundo Diegues (2004), várias sociedades sobreviveram e resistiram graças a pesca artesanal/mariscagem em diferentes momentos históricos. Nessa

prática, elas conseguiam tirar o seu sustento, adaptando-se às características do ambiente, mas sem se afastar da sua cultura ancestral. De acordo com Souto (2013),

Trazendo essa realidade para a população negra, sem nenhuma perspectiva de vida, sem nenhum pedaço de terra, pois essa questão territorial no país é excludente, racista, concentrador, os negros não tinham direitos de possuir terras, sofreram todos os tipos de exclusão, uma parte desse grupo achou no manguezal sua forma de sobrevivência e de manter a sua cultura sem medo de repreensão, por já possuírem um certo conhecimento desse ambiente, construíram sua comunidade levando a sua vida tradicional. Os ex-escravos anteciparam uma meta, a liberdade, concretizaram projetos, se estabeleceram como comunidade e conseguiram com êxito preservar sua história, sua cultura, seu trabalho de mariscagem e pesca como meio de sobrevivência. Atividades tradicionais como meio de subsistência que prevaleceram historicamente até os dias atuais. (SOUTO, 2013, p. 22).

Em Valença, essa prática é exercida por mulheres negras até os dias de hoje, sendo que o município também é composto majoritariamente por pessoas negras. Segundo Maria José²³, 81,3% da população é negra (parda 61,2% e preta 20,1%), e parte dela pratica a mariscagem.

É notório que essa atividade carrega uma simbologia de sobrevivência; é um ato de resistência, visto que em uma sociedade racista, que implantou vários meios de extermínio da população negra, o próprio ato de existir é uma rebeldia. Do fruto da lama, mulheres negras conseguiram fazer suas casas, criar seus filhos, manter suas memórias, seus saberes ancestrais e sua religião. Assim, para elas, essa prática tem um valor simbólico.

Para Francisco Nonato do Nascimento (2020), a pesca artesanal realizada por mulheres negras e homens negros é uma luta histórica contra o racismo e o genocídio; uma luta praticada por seus ancestrais e que continua até os dias de hoje.

A rebeldia e consciência negra correm nas veias de pescadoras e pescadores artesanais que estão constituindo processos autônomos de retomada dos seus territórios tradicionalmente ocupados, nas autodemarcações de terra e água, na ocupação de prédios públicos para denunciar o racismo institucional. As violências são bem diversas e a disponibilidade de afirmação da identidade tem mobilizado essas comunidades (NASCIMENTO, 2020)²⁴.

²³ Dados retirados do IBGE correspondentes ao ano de 2010.

²⁴ O artigo está na página Conselho Pastoral dos Pescadores. Disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/opiniao/resistencia-negra-que-acontece-nos-territ%C3%B3rios-tradicionais-pesqueiros>.

O autor ainda expõe que o processo de autodemarcação de terras e águas, constituído por pescadoras e pescadores negros, é um ato de rebeldia que fere o sistema racista, o qual empurra o negro para as piores condições sociais. Dessa forma, é um ato de reparação histórica conduzida pelos próprios negros. Logo, “as comunidades pesqueiras são também espaços negros de encontro e reencontro com toda uma ancestralidade e modo de ser, em permanente diáspora. Resistir no território tem significado existir na diáspora negra” (NASCIMENTO, 2020)²⁵.

Por outro lado, nos últimos anos, foi observado um processo de aproximação de pessoas negras em relação a outras religiões, principalmente aquelas pertencentes à linha protestante. Isso resultou em um processo de novas adaptações na execução da prática da mariscagem.

Por exemplo, as marisqueiras de religiões de matrizes africanas ou até mesmo católicas, têm os dias dos santos. Nesses dias, elas devem ter resguardo, além da questão das oferendas, superstições e rezas. As marisqueiras evangélicas, por sua vez, acabam se afastando desses rituais e superstições; para elas, os “cânticos e simbologias que são associados ao folclore e à matriz afro-cultural, as quais eram utilizadas nas práticas de mariscagem, substituindo-as por aqueles de cunho evangélico” (STOPILHA, 2015, p. 108).

2.6 Mariscagem e pandemia

Atualmente, estamos vivenciando um cenário pandêmico e lutando contra um inimigo invisível, mas com capacidade letal: o Sars-Cov-2, um tipo de coronavírus que provoca a doença da Covid-19. Pelo seu rápido contágio, ele se espalhou mundialmente, sendo essa pandemia considerada uma das maiores crises sanitárias dos últimos anos. Segundo o portal virtual do G1, a COVID-19 teve início na cidade chinesa de Wuhan, em meados de 2019, mas rapidamente se espalhou pelo mundo. Segundo o Ministério da Saúde (2021)²⁶,

²⁵ O artigo está na página Conselho Pastoral dos Pescadores. Disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/opiniao/resistencia-negra-que-acontece-nos-territ%C3%B3rios-tradicionais-pesqueiros>.

²⁶ Página do Governo Federal, artigo publicado em abril de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>.

A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. [...]

Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo o homem, camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente os coronavírus de animais podem infectar pessoas e depois se espalhar entre seres humanos como já ocorreu com o MERS-CoV e o SARS-CoV-2. Até o momento, não foi definido o reservatório silvestre do SARS-CoV-2.

O Ministério da Saúde (2021) ainda afirma que os principais modos de contágios são: transmissão por contato direto com pessoas ou objetos contaminados; transmissão por gotícula e transmissão por aerossol. Por isso, para evitar o contágio é recomendado o distanciamento social, o uso de máscara e a higienização das mãos.

No Brasil, o primeiro caso confirmado de Covid-19 ocorreu no dia 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo; já em 17 de março de 2020, foi confirmada a primeira morte por essa infecção. O número de infectados aumentava a cada dia e, conseqüentemente, o número de mortos.

Dessa forma, os governos estaduais adotaram medidas preventivas – uma vez que o governo federal adotou uma postura negacionista em relação à pandemia –, que consistiram na suspensão das aulas, fechamento de bares, fiscalização na entrada das cidades, *lockdown*, dentre outras medidas.

Dados do Painel de casos de doença no Brasil divulgados pelo Ministério da Saúde indicam que foram registrados 579.308 óbitos até a data de 29 de setembro de 2021. Muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas, se não fosse a negligência do Governo Federal e de boa parte da população brasileira, que não respeita as medidas preventivas (uso de máscara, distanciamento social, dentre outros). Com isso, o número de infectados só aumentava, resultando no elevado número de óbitos.

Nesse cenário caótico e de incertezas surgiu uma inquietação: como a pandemia da Covid-19 impactou a vida das marisqueiras no município de Valença? Antes de aprofundar o debate sobre esses impactos, é necessário contextualizar um episódio que aconteceu anteriormente e que provocou uma crise socioeconômica na comunidade pesqueira.

Em agosto de 2019, ocorreu um vazamento de petróleo cru no litoral brasileiro, principalmente do Nordeste, afetando diretamente o aspecto socioeconômico local. Esse derramamento, cujo autor é desconhecido até hoje, fez com que o petróleo contaminasse a fauna e flora do manguezal, provocando a suspensão da pesca e da

comercialização do pescado.

Nessa realidade, o governo agiu de forma tardia para o ressarcimento das pescadoras e pescadores artesanais bastante prejudicados (pois, por conta do vazamento, seus pescados poderiam está contaminados). Além disso, o petróleo em contato com a pele e por inalação causou doenças na população. O petróleo

é composto por uma mistura que contém várias toxinas e que a exposição a este óleo, através do contato com a pele, inalação ou ingestão, leva a riscos toxicológicos graves, agudos e crônicos, ao agravamento ou o desenvolvimento de doenças e, até mesmo, à morte (PENA *et al.*, 2020 *apud* PIMENTA, 2020, p.132).

Quando a comunidade pesqueira ainda estava se recuperando da tragédia do derramamento do petróleo, veio a pandemia em um contexto no qual essa comunidade já possui pouco acesso a políticas públicas. As marisqueiras executam uma pesca de pequena escala e uma das características desse trabalho é a autonomia, sendo um trabalho informal, no qual as próprias pescam e vendem o pescado. Conforme a FAO (2017),

a pesca de pequena escala funciona como motor econômico e social, proporcionando segurança alimentar e nutricional, emprego e outros efeitos multiplicadores para as economias locais, apoiando ao mesmo tempo os meios de subsistência das comunidades (FAO, 2017, p. 07).

Contudo, com o isolamento social, uma medida preventiva contra a Covid-19, o processo de comercialização foi suspenso. Desde à suspensão da atividade de mariscagem, várias marisqueiras estão sobrevivendo com o Auxílio Emergencial: um benefício financeiro de caráter emergencial, concedido pelo Governo Federal e destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, com o objetivo fornecer proteção no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do novo coronavírus.

E o defeso, como já foi citado anteriormente, quando liberado, automaticamente é suspenso o auxílio. Entretanto, outras, têm sobrevivido apenas com o Bolsa Família. De acordo com as marisqueiras entrevistadas, elas só receberam auxílio financeiro da colônia em julho de 2021, por meio da distribuição de duas cestas básicas.

Nesse contexto, Mestra Damiana (50 anos) relata que não recebe o auxílio e sobrevive do Bolsa Família e da ajuda de seu marido. Ela afirma que após o acidente com o óleo houve uma redução na procura por pescados; com a vinda da pandemia, então, sua renda diminuiu bastante. Portanto, esses eventos impactaram significativamente a vida e a renda das marisqueiras de Valença – BA.

CAPÍTULO III – A CONSTITUIÇÃO DA MARISQUEIRA PELA ORALIDADE

Esse povo por aqui tudo quem ensinou a trabalhar no mangue fui eu... tem dia que eu tô aqui recebo caranguejo, recebo siri “a senhora que me ensinou a trabalhar, então agora você vai comer”. Graças a Deus! As mulheres por aqui tudo quem ensinou fui eu... são vivas elas... a metade está viva. Tem um bocado das mais velhas. Rosa, que mora aqui no Jardim... tem um bocado, né?

(Trecho da entrevista com a Mestra Maria da Conceição, 90 anos)

Diante da relevância do tema, considero importante debater o processo de ensino e aprendizagem por meio da oralidade; afinal, durante as entrevistas, todas as marisqueiras relataram que aprenderam a prática com uma pessoa mais velha (mãe, amiga, irmã e avó).

Nessas falas, o que mais chamou a atenção foi quando a Mestra Maria da Conceição (90 anos) declarou que através dos seus ensinamentos “*matou muita fome*”; isto é, quando ela ensinava as habilidades e técnicas da mariscagem para as novas marisqueiras, ela também as ensinava formas de sobrevivência e sustento para as famílias.

Durante a entrevista com a Mestra Maria da Conceição, ficou nítido seu sentimento de satisfação e orgulho por ter ensinado outras mulheres. Ela recorda os nomes de suas “alunas”, que aprenderam as habilidades artesanais e seguiram nesse ofício. A maioria delas mora no bairro da Bolívia, sendo que algumas já morreram; ainda assim, Mestra Maria da Conceição se recorda de cada uma com carinho.

Baseando-se nesse cenário, este capítulo aborda o desenvolvimento do ensino e aprendizagem entre as marisqueiras através da oralidade. A transmissão de saberes pela oralidade é uma característica comum entre as comunidades tradicionais. Assim, o processo de ensino-aprendizagem não se restringe ao espaço escolar, mas também está presente em outros ambientes.

Daniela Silva (2017) discute em sua pesquisa a desescolarização, ou seja, a educação fora dos espaços escolares. A modernidade/colonialidade estabeleceu a escola como único lugar de desenvolvimento educacional e dentro desse espaço, privilegiou o saber científico.

Nesse sentido, “a conversão do conhecimento em mercadoria gera o monopólio do saber: os que detêm o conhecimento científico, autorizado, desqualificam os que não o têm” (SILVA, 2017, p.14 *apud* TUNES & PEDROZA, 2011, p. 19). Desse modo, a escola, por vezes, serve para legitimar as desigualdades e a exclusão de saberes não escolarizado.

Por conta desse processo de escolarização, a cultura e a educação acabam ocupando lugares distintos, sem nenhuma conexão. A educação se restringe a um espaço, a um determinado planejamento, ao currículo, a uma carga horária e à seriação; nessa trilha para alcançar o conhecimento é preciso avançar nas séries/anos escolares. Já a cultura ocupa espaços somente através de teatro, música, museus, auditórios. É fundamental salientar que esse tipo de pensamento é colonial.

Por conta dessa divisão, a cultura precisou ser inserida no currículo através da implantação de leis, que têm como objetivo deixar o currículo escolar mais inclusivo. Como exemplo, tem-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Portanto, o desenvolvimento educacional só é reconhecido dentro das escolas; da maneira como foi implantado na sociedade. A educação é vista como um campo fechado que não se abre para outros saberes.

Desta maneira, a própria Educação abre mão de saberes relevantes para a compreensão humana dos processos educativos, como se o outro (saber), não escolarizado, pertencesse a outros campos como a antropologia, a história e a literatura (SILVA, 2017, p. 15).

Carlos Rodrigues Brandão (1985), em seu livro *O que é educação?*, traz uma discussão essencial para este trabalho, pois o autor aponta que a educação está em todos os espaços sociais e culturais. O ser humano, em suas práticas cotidianas, aplica ações educacionais para conviver, aprender, ensinar e interagir. Logo, segundo o autor, cada sociedade possui uma determinada educação, por isso existem várias educações:

não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante (BRANDÃO, 1985, p. 04).

Assim, existem diversos espaços férteis que facilitam o desenvolvimento de novos saberes e práticas educativas, como a família, a igreja, as rodas de conversa,

o ambiente de trabalho e outros diferentes espaços sócio ocupacionais. Por serem diferentes tipos de educação, elas se apresentam de várias formas, a exemplo da educação informal, que acontece por meio das relações sociais que se desenvolvem durante a trajetória de vida do sujeito. Assim, a educação é um processo permanente e não ocorre em um lugar definido.

A educação não formal acontece quando “as metodologias operadas no processo de aprendizagem partem da cultura dos indivíduos e dos grupos.” (GOHN, 2006, p. 31) Podendo ou não ocorrer em um espaço escolar. Ela está voltada para projetos sociais e profissionalizantes, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Já a educação formal, por sua vez, é aquela realizada na escola de forma sistemática e que se baseia na análise de conteúdo. Brandão (1985) define educação como

uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar — às vezes a ocultar, às vezes a inculcar — de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem (BRANDÃO, 1985, p. 10).

Dessa forma, a educação consiste em um desenvolvimento amplo e permanente do indivíduo; é um produto das relações sociais realizadas em diversos espaços através de diferentes modalidades educativas. Ela não é restrita, visto que a educação é um processo, pois ela se manifesta em tudo, em todo momento e é praticada como ensino e aprendizagem. Em adição, Angel Pino (2007) traz uma abordagem particular sobre a violência e a educação. Para ele, quando se trata de educação não se pode separar dos aspectos culturais.

O homem é um ser biológico e também cultural, pois a sua constituição como ser é desenvolvida pelo processo de interação e interiorização social. “Nessa perspectiva, o homem nasce como ser biológico, porém constitui-se humano somente pela e na cultura” (SILVA, 2017, p. 20). Seguindo essa lógica, o homem só se constitui como humano por meio da relação cultural. Quando ele nasce, já existe um mundo

composto por produções culturais, carregado de simbolismos, histórias, crenças e significados.

A sua forma biológica não é o suficiente para viver em sociedade é necessário se adaptar e aprender as experiências acumuladas para ser inserido no mundo e para que aconteça o processo de humanização por meio da cultura (PINO, 1993). Assim, o homem aprende a ser humano.

Nesse contexto, Vygotsky (2003) aponta a diferença comportamental entre o ser humano e os demais animais, sendo alguns dos aspectos diferenciais apresentados relacionados à cultura. Um ponto citado pelo autor, que exemplificou essa diferença mostra que através das experiências de gerações anteriores são constituídos saberes, modos de viver, divisão de trabalho, entre outros.

Tais fatores são transmissíveis não por herança biológica, mas pela herança social e cultural. Logo, diferentemente dos animais não-humanos, a espécie humana é um ser histórico. Portanto, “na perspectiva histórico-cultural, a educação é um processo contínuo de apropriação de determinada(s) cultura(s) constituída(s) historicamente (PARO, 2011 *apud* SILVA, 2017, p. 20).

Pino (2007) reforça que não existe um local único para desenvolver a educação; ela ocorre em diferentes situações que contribuem para a formação do homem enquanto ser cultural, como as experiências sociais que acontecem no decorrer da vida. Isso é visto como um tipo de educação não violenta, que é definida como uma educação de relações; nela, o ser humano é observado em sua totalidade, ou seja, enquanto ser biológico, social e cultural.

Assim, a educação é desenvolvida através dessas relações mútuas e indissociáveis. Em contrapartida, uma educação violenta seria uma educação bancária. Freire (1987) aborda esse tipo de educação na qual o aluno é visto como um depósito, que aprende de forma pacífica, e o professor é o detentor do saber. Nesse modelo, a educação é excludente e reproduz a ideologia capitalista, o ser humano não é visto como um ser cultural, mas como um objeto que recebe conhecimento.

Para Paulo Freire, a educação deve se basear no diálogo, pois “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 44). Por meio desse diálogo, ocorre o processo de construção do saber tanto para o aluno quanto para o professor.

Essa construção é utilizada como forma de aprender o mundo, a cultura local, os saberes locais, a problematização da realidade e o cotidiano; é uma tendência pedagógica que é contra o sistema de escolarização, mas favorável a uma educação que escuta e dá a voz aos invisibilizados. Seguindo essa lógica, a educação é um processo que envolve os aspectos do cotidiano e o seu desenvolvimento pode ser tanto de forma espontânea como intencional, tal como afirma Brandão (1985):

A educação existe onde não há a escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado (BRANDÃO, 1985, p. 03).

O trecho destacado acima permite compreender que a educação é livre e está em todas as partes. Além disso, traz a questão da educação não escolarizada, destacando o saber tradicional e a sua transmissão. Brandão (1985) trata sobre a existência de educações e para ratificar apresenta como exemplo uma carta de indígenas recusando um convite dos governantes que solicitaram a eles que enviassem alguns de seus jovens para a escola do Norte.

Essa recusa diz respeito ao fato dos indígenas afirmarem que a educação utilizada pelos colonizadores não serviria para a sua comunidade, pois esta educação era diferente da sua. O seu modo de vida exigia conhecimentos da floresta, habilidades com a caça e a pesca, conhecimentos que não eram ensinados nas escolas do Norte. Dessa forma, é entendido que a educação é constituída de acordo com as necessidades da sociedade.

Nesse contexto, dentro das comunidades tradicionais a maneira de educar, dependendo da forma de ensino – dentro ou fora da escola –, é através da oralidade e da observação de como os mais velhos fazem. Assim, são passados os saberes e conhecimentos do local que ocupam. Segundo Silva (2017), a transmissão do saber na comunidade tradicional não ocorre como no ambiente escolarizado, que é visto como fragmentado, repetitivo, descontextualizado, com conteúdo estático e pronto.

Em contrapartida, a educação da comunidade tradicional é baseada na leitura e na interação com o mundo; ela é contextualizada, possuindo em seus saberes elementos histórico-culturais, ressignificações de experiências passadas, criações de novos conceitos, técnicas e aprimoramento de habilidades. Logo, o “aluno” é um sujeito ativo;

a sabedoria acumulada do grupo social não “dá aulas” e os alunos, que são todos os que aprendem, “não aprendem na escola”. Tudo que se sabe aos poucos se adquire por viver muitas e diferentes situações de trocas entre pessoas, com o corpo, com a consciência, com o corpo-e-a-consciência. As pessoas convivem umas com as outras e o saber flui, pelos atos de quem sabe-e-faz, para quem não-sabe-e aprende (BRANDÃO, 1985, p. 06).

Portanto, dentro da sociedade tradicional são os mais velhos que ensinam. Através deles as experiências vividas são transmitidas para as novas gerações. Entretanto, nesse processo de ensino, o mais jovem possui a liberdade de fazer suas próprias interpretações, de reproduzir e criar novos conceitos.

No caso da comunidade pesqueira, as marisqueiras mais velhas, que têm mais experiência e conhecimento do local, ensinam às iniciantes os seus saberes: a identificação de cada espécie, a técnica utilizada para capturar cada tipo de marisco, o momento melhor para pescar, a fase de reprodução, dentre outros.

Essas marisqueiras experientes usam da oralidade e do fazer para ensinar. Nesse sentido, o aprender fazendo é esquematizado da seguinte forma: a marisqueira mais nova imita as ações da mais velha e nessa reprodução aprende a importância de cada ato. Assim acontece a transmissão dos saberes tradicionais na comunidade.

A transmissão de saberes tradicionais, desta maneira, conceitua-se indissociada da experiência vivida e criadora, e por isso constituidora da humanidade de seus detentores. O próprio entendimento de saber, nesse contexto, traz em si o sentido de algo que está “em”, na pessoa, e só pode ser ensinado pelo convívio entre as pessoas e com o mundo (SILVA, 2017, p. 19).

Os ensinamentos das mulheres marisqueiras não se restringem às habilidades para explorar o manguezal; além disso, elas transmitem a cultura local, o modo de viver, as crenças e o simbolismo daquele lugar, ensinando respeito, ancestralidade, equilíbrio e harmonia. Isso constitui a identidade dessas mulheres e as conecta com o seu meio, o manguezal; desse modo, a educação na comunidade marisqueira está constantemente em diálogo com o seu universo.

Ela não é uma educação com conteúdo desconexo da cultura; pelo contrário, ela está em todas as ações e gestos, pois carrega uma riqueza de experiências acumuladas e produzidas por gerações antepassadas. Assim, esta “educação pode ser compreendida como um processo para o constituir-se humano pela cultura” (SILVA, 2017, p. 21).

Por meio da cultura local, as marisqueiras aprendem a ser humanas, reforçando os laços que as unem e as fazem se sentir parte de uma comunidade. Assim, elas promovem seus costumes, divulgam suas tradições, reafirmam suas individualidades em meio à sociedade e mantêm vivos os seus saberes para as próximas gerações.

Ao analisar a educação escolarizada, percebi que os saberes dessas mulheres são excluídos. Isso acontece em Valença – BA, por exemplo, uma cidade com várias comunidades pesqueiras, que dependem desses saberes para o desenvolvimento econômico, mas que exclui e silencia esses saberes tradicionais, dentro de suas escolas.

Nesse contexto, Miguel Arroyo (2012) traz uma discussão importante sobre as pedagogias de dominação e subalternização, que silenciam e excluem a história, a cultura e a memória do *Outro*. O *Outro*, para o autor, são coletivos de populares, indígenas, negros e comunidades tradicionais, que são povos que passaram pelo processo de dominação e inexistência histórica.

Essas pedagogias desumanizam o ser humano, pois o aluno chega à escola com sua história, cultura, saberes e identidade, mas isso tudo é excluído. A ação dessas pedagogias é invalidar qualquer tipo de saber e cultura que não seja escolarizada.

Quanto à escolarização, Ivan Illich (1985) aborda que nesse processo todo saber que não parte de uma teoria científica eurocêntrica é descartado; ou seja, tudo deve ser baseado no que é mensurável e isso é quase impossível, quando consideramos aspectos humanos, como a imaginação, os sentimentos, as emoções.

A educação escolar quantifica, mensura e padroniza o processo de ensino-aprendizagem por meio de métodos que restringem esse processo, atribuindo sempre uma nota. Exemplo disso é a prova somativa aplicada ao fim de cada unidade; nesse simples procedimento se quantifica o aprendizado do aluno. Essa universalização da aprendizagem dos alunos acaba silenciando todas as suas experiências sociais e estabelecendo um único saber e cultura para todos.

As pessoas que foram escolarizadas até atingirem o tamanho previsto deixam fugir de suas mãos uma experiência incomensurável. Para elas, tudo o que não puder ser medido torna-se secundário, ameaçador. Não é preciso que se lhes roube a criatividade. Sob o jugo da instrução, desaprenderam a

tomar suas iniciativas e a ser elas mesmas. Valorizam apenas o que já foi feito ou o que lhes é permitido fazer (ILLICH, 1985, p. 53).

Após passarem por esse processo de escolarização, as pessoas acabam reproduzindo a hierarquia de saber, colocando o saber científico como o único e verdadeiro, deixando de dialogar com o seu meio e não se importando mais com o que está ao seu redor. A sua visão de mundo acaba sendo limitada e fragmentada e é isso que está acontecendo nas escolas valencianas e brasileiras.

Mesmo com o processo de escolarização, silenciamento e invisibilização social, as comunidades pesqueiras resistem pelo materialismo do passado no presente. Isso ocorre graças às experiências acumuladas que produzem história, identidade, modos de viver, pertencimento, habilidades, técnicas e manejo, os quais são transmitidos pela oralidade. Portanto, esse é um meio de sobrevivência e resistência dessas comunidades, além de ser um processo educativo utilizado por elas para ensinar as novas gerações. E para contribuir nesse processo de resistência produzi um fotolivro que materializa esses saberes e essas histórias.

Com base no que foi discutido anteriormente, é notório que a oralidade é muito mais do que o simples falar; ela apresenta ou introduz ao ser humano a cultura do meio em que vive, constituindo a sua humanidade. Sabendo da sua importância, é necessário definir melhor o conceito de oralidade, que de acordo com Bonvini (2001) é

a troca direta da palavra que permite a transferência da experiência no meio do grupo e, por aí, a sua vida e sua sobrevivência. Este intercâmbio, como fato comunitário, situa-se além do intercâmbio linguístico interindividual. Ele é, além disso, endossado por “palavras organizadas”, estreitamente ligadas à experiência total do grupo, aquela do passado, do presente e do futuro. São palavras “comunitárias”, atravessadas de um lado a outro por todo o vivido do grupo, orientadas para este vivido num vai-e-vem dialético, no qual o vivido se reflete nas palavras e no qual estas, uma vez proferidas, repercutem, por sua vez, no vivido. Estas palavras “comunitárias” organizadas, diferenciadas, especializadas em gêneros múltiplos, são os textos orais, verdadeiros “espelhos falantes” da vida de um povo, segundo a feliz expressão de G. Calame-Griaule, pois é toda a vida da sociedade de ontem e de hoje que está fundida nos textos orais. Trata-se, portanto, de palavras especializadas na transferência “espaçotemporal” da experiência do grupo e, por aí, verdadeiras palavras “tradicionais” no sentido pleno do étimo latino: tradere, “transferir”, “transmitir”, palavras aptas a “transferir” a “transmitir” a experiência do grupo. Estas palavras se inscrevem na trajetória de vida do grupo e constituem, juntas, a tradição oral. É por isso que, apesar de concebidos no anonimato, os textos orais apresentam-se sempre como palavras densas, que dizem respeito à vida do grupo, aquela de ontem, de hoje, de amanhã (BONVINI, 2001, p. 03).

Outro conceito importante que também faz parte do cotidiano das marisqueiras é o de tradição oral. De acordo com Araújo (2010),

A tradição oral compõe-se de testemunhos transmitidos oralmente de geração em geração. O verbalismo é a sua característica particular e maneira de transmissão, o qual difere das fontes escritas. Devido à sua complexidade, não é fácil encontrar uma definição para tradição oral que dê conta de todos os seus aspectos. Um documento escrito é um objecto: um manuscrito. Mas um documento oral pode ser definido de diversas maneiras, pois um indivíduo pode interromper o seu testemunho, corrigir-se, recomeçar etc. (ARAÚJO, 2010, p. 04).

Portanto, o conceito da tradição oral envolve vários aspectos, carregando uma diversidade histórica na qual os grupos sociais a expressam em seu cotidiano; isso se dá por meio dos seus gestos, modos de viver e em sua religião. Na oralidade, a memória ganha formas e constrói coisas.

A oralidade é uma fonte autêntica e íntima das comunidades tradicionais; seu uso não significa que essas pessoas sejam primitivas, mesmo que a sociedade moderna valorize somente as fontes escritas em detrimento da fonte oral, vista como duvidosa. A oralidade tem sua própria metodologia e carrega elementos simbólicos que uma escrita não é capaz de expressar de forma completa. Assim “a oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade de expressão” (ARAÚJO, 2010, p. 03).

Além disso, a oralidade não precisa ser comprovada, pois é uma produção social de uma determinada época e abarca o testemunho fidedigno da memória tanto coletiva como individual, carregando a verdade de um determinado povo (KI-ZERBO, 1982).

Dessa maneira, o desenvolvimento educacional das marisqueiras por meio da oralidade é uma relação dialética entre elas, baseada nas suas experiências ancestrais e culturais; é uma tradição que tem organização e métodos próprios de ensinar. É isso que as tornam marisqueiras.

CAPÍTULO IV – O FUTURO DAS TRADIÇÕES DAS MARISQUEIRAS

Abarcando todos os dados obtidos, mediante a concessão das entrevistas pelas marisqueiras, é possível concluir que as marisqueiras acreditam em dimensões tanto práticas quanto espirituais, que a pesca e o manguezal lhes foi dado ou transmitido através de uma tradição, de um aprendizado e por uma benção. Aferir esse fato caminha em conformidade com as colocações de Gomes (2012), que afirma que

O caráter tradicional da pesca é inerente ao ato de pescar, “algo é entregue” de geração a geração para reproduzir-se ao longo do tempo. Segundo Lévi-Strauss (1982), onde há tradição há sabedoria. Imbricados nessa lógica transcendental a vida é relembada em sua história passada para construção e reconstrução da vida presente. A reprodução social da família (BOURDIEU, 1989) de pescadores em Ilha das Fontes é intencionalmente estruturada a partir da transmissão dos saberes e elementos socioculturais que envolvem o universo da pesca artesanal e se constitui como fator determinante para continuidade desse trabalho e modo de vida (GOMES, 2012, p. 62).

Contudo, apesar da cultura marisqueira viver forte e solidamente na oralidade dessas mulheres que solícitamente concederam as entrevistas para este estudo, os relatos também trazem o questionamento a respeito do futuro dessa tradição, desse imaginário e, sobretudo, desse ofício de mariscagem. Brasão (2011), em seu estudo de caso, aponta um certo desestímulo das marisqueiras em dar continuidade à tradição que lhes foi conferida. Segundo ela,

Nas entrevistas, algumas marisqueiras demonstraram não ter interesse em dar continuidade à profissão através dos filhos e filhas. As razões do desestímulo são a insegurança, a instabilidade, o pouco retorno financeiro e a falta da perspectiva de crescimento no trabalho da mariscagem, sobretudo em momentos de escassez. Algumas entrevistadas sinalizaram a necessidade de uma casa das marisqueiras em local seguro, onde elas pudessem trabalhar na cata dos mariscos, realizando alguns cursos com o objetivo de melhoria e reconhecimento da profissão, e, segundo elas, talvez assim estimulasse a continuidade da profissão de geração para geração (BRASÃO, 2011, p. 96).

Dentre as entrevistadas, Mestra Maria das Graças afirma que ensinou esse ofício para várias pessoas; já Mestra Maria da Conceição expressou ter passado o ofício adiante e, segundo seus relatos, ensinou mais do que a filha, que a acompanhava. A saber:

Muita, muita gente, muito, muito mesma mulher. Menino do tempo que eu trabalho no mangue, aqui dentro os meninos ninguém virou ruim chama Tonho, mora lá do lado do filho de Tite, que fica na Vieira pescando... meio mundo... esse povo por aqui tudo quem ensinou a trabalhar no mangue fui eu... tem dia que eu tô aqui recebo caranguejo, recebo siri 'a senhora que me ensinou a trabalhar, então agora você vai comer'. Graças a Deus! As mulheres por aqui tudo quem ensinou fui eu... são vivas elas... a metade está viva. Tem um bocado das mais velhas. Rosa, que mora aqui no Jardim... tem um bocado né.

Mestra Maria Sebastiana relata o mesmo, sendo seus oito filhos também marisqueiros; Mestra Patrícia também afirma que seus dois filhos são marisqueiros. Mestra Maria das Graças, por sua vez, expressou sua opinião a respeito desse quadro de desinteresse das novas gerações:

Muitos jovens sim. Mas pelas pessoas mais velhas continua o trabalho. Mas os jovens hoje, infelizmente ou felizmente, o jovem hoje depende muito de uma pessoa, um município que olhe esses jovens e dê um caminho. Eu tenho um trabalho muito bonito em Cajaíba. Além de ser marisqueira, tomando aqui a presidência, eu trabalho com cultura. Eu tenho um samba de roda da marisqueira, eu tenho terno de reis, eu tenho uma quadrilha girassol que viaja adoidada e tenho zambiapunga. Me pergunte se o município tem uma casa da cultura que possa abranger essas pessoas que fazem cultura? Veio essa verba agora mesmo, eu não fui abençoada. Por quê? Por que eles me disseram que pessoa aposentada não podia participar dessa premiação.

Maria das Graças parece atribuir um certo desinteresse das novas gerações pela mariscagem, justamente por conta dos novos tempos, com a oferta de novas alternativas para as próximas gerações. Ela reitera que o trabalho continua vivo na sua própria geração de “pessoas mais velhas”.

Em parte, tanto o desinteresse das novas gerações, quanto a precariedade na dinâmica do ofício e a falta de apoio dos poderes municipais estão vinculados a uma promoção cultural defeituosa dessas tradições. Nisso, a relação dialética entre o orgulho por elas sentido e a vergonha que, em muitas situações, se manifesta no desinteresse dos mais novos, reforça os estigmas étnicos, religiosos e sociais do grupo. Para Silva (2017),

Nesse sentido, a transmissão de saberes pela oralidade de matriz africana tem na ancestralidade o seu principal fator educativo. A oralidade é o meio

pelo qual se organizam os grupos e comunidades reconhecidos como tradicionais – manifestações tradicionais das culturas populares, povos e comunidades tradicionais – forjando identidades que se reconhecem como detentoras desta tradição. De maneira geral, a educação acontece no cotidiano, indissociada dele, num movimento perene, contínuo. Revela-se a todo momento na maneira de realizar as práticas de trabalho, na maneira de falar, na vida comunitária, nas relações familiares, nas projeções para o futuro. Processo educativo que integra o ser humano na totalidade do mundo, a oralidade fundada na ancestralidade, traz a espiritualidade como componente elementar da constituição humana (SILVA, 2017, p. 161).

Tal realidade se respalda nas falas da Mestre Maria das Graças acerca das premiações e das festividades; sobretudo, no episódio relatado sobre a rede comemorativa. Nesse momento, ela relembra que os membros ativos da comunidade pesqueira e marisqueira sentiram-se desconfortáveis em participar.

Ao retomarmos os relatos das marisqueiras entrevistadas sobre o futuro da mariscagem, Mestre Maria Sebastiana acredita que a mariscagem vai continuar, “*porque o que é de Deus não acaba não acaba assim, a não ser que Deus mande um castigo e acabe com tudo*”; porém, com menor quantidade de marisqueira. Mestre Damiana também acredita que a prática da mariscagem irá permanecer, mas somente se as pessoas se conscientizarem e passarem a respeitar o manguezal. Ela alerta que:

Acredito que isso vai acabar, se continuar é vai acabar. É que nem o camarão tem a desova, as pessoas pagam na colônia o defeso, mas não é todo mundo que considera tem gente que recebe que vai pescar, como é que o rio vai produzir?

Para a Mestre Maria das Graças, a mariscagem certamente vai continuar, pois, para ela, esse ofício é o melhor que há; o pescado serve tanto para o consumo como para a comercialização. Além disso, ela também ressalta os benefícios de quem é marisqueira e cadastrada na Colônia. Portanto, o que se evidencia na análise dos relatos apresentados é que a tradição, de fato, segue forte e viva nessas senhoras marisqueiras. Todavia, o futuro, para além de sua geração, é incerto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa seção, são apresentadas as principais conclusões obtidas durante a realização desta pesquisa, as quais se basearam em leituras do cotidiano, trabalhos acadêmicos e análise das entrevistas. Na introdução, foi exposta a problemática central deste estudo, na qual busquei analisar e entender como as mulheres negras marisqueiras, a qual denomino “mestras do saber”, residentes da cidade Valença – BA, constroem, vivenciam e compartilham seus saberes para permanência da prática da mariscagem.

Além disso, o objetivo geral foi analisar os processos de vivências e as formas como as mulheres negras marisqueiras articulam e compartilham seus saberes para permanência da prática da mariscagem; essa direção foi essencial para encontrar respostas.

Os objetivos específicos, por sua vez, deram suporte a esse processo. Seguindo o primeiro, segundo e terceiro objetivo, registrei os saberes das mulheres negras marisqueiras; descrevi suas práticas e seu modo de vida; e compreendi os significados e sentidos que elas atribuem ao manguezal. Isso foi possível graças às interações com as marisqueiras; às idas no manguezal e às entrevistas, pois assim, consegui coletar materiais para produção dessa pesquisa.

Durante o desenvolvimento, foi possível acompanhar a trajetória de vida das mulheres entrevistadas, as quais veem nos manguezais seu lar, ofício, sustento e raízes. De forma contínua e independente, foi graças a esse ecossistema que elas obtiveram seu próprio sustento, além de colaborar para a economia da cidade de Valença - BA.

Nas conversas com as marisqueiras, a maioria demonstrou clareza sobre a importância de conservar a biodiversidade, mantendo uma relação de dependência com a natureza; ao mesmo tempo, evidenciaram a necessidade de preservar a região, não apenas como lugar de trabalho, mas também como forma de resistência cultural aos ventos do esquecimento e da marginalização.

Percebi também que o equilíbrio ambiental entre a coleta e a reprodução de espécies faz parte dessa tradição, pois as marisqueiras sabem da importância de conservar o meio ambiente. Assim, seu saber é baseado em uma compreensão profunda e acumulada acerca do tratamento e cuidado para com o ecossistema que

as circundam. Mais além para essas ilustres e até então desconhecidas personagens, o manguê, a casa, o templo e a vida, se fundem no mesmo lugar.

No quarto objetivo específico, foi possível identificar as guardiãs dos saberes e práticas da mariscagem do município de Valença – BA. São elas Maria da Conceição, Maria das Graças, Marlene, Maria Sebastiana, Damiana e Patrícia. Já no quinto objetivo, era necessário entender as formas de compartilhamento de saberes; por meio do trabalho de campo, as entrevistadas descreveram como era esse processo, que se dá através da oralidade, da observação e da repetição da ação.

Logo, ele é um legado passado por marisqueiras mais velhas, constituindo novas marisqueiras e projetando essa prática para novas gerações; esse saber é elaborado através dessa transmissão, nas adaptações do cotidiano. Seguindo o sexto objetivo, detectei o vínculo entre as marisqueiras e a cultura negra e como elas se identificam dentro da etnicidade. Mediante as conversas com as marisqueiras, registrei que algumas se consideram pardas e outras negras.

Além disso, percebi que o envolvimento das marisqueiras com a cultura negra é demonstrado pela ligação que elas têm com a natureza, ou seja, os manguezais, a praia e o respeito por eles. Esses lugares são vistos como sagrados, onde elas prestam respeito e reverência, mesmo que tais elementos, nos dias de hoje, sejam mitigados pela modernidade. As superstições, crenças e simbolismos também fazem parte dessa união entre a cultura negra e a prática da mariscagem.

Para o sétimo e último objetivo, foi produzido um fotolivro, cuja elaboração tem a função de ser uma ferramenta que visibilize os saberes e as práticas ancestrais que ainda são silenciados, por vários motivos. Dentre eles, o preconceito que sofrem por conta da profissão; pelos marcadores sociais – cor, gênero e classe –; pela hegemonia do saber; e pela negligência política e social.

Retomando as considerações finais, conclui que o processo de formação e articulação dos saberes das marisqueiras ocorre por meio das experiências, observações e experimentos sobre o ambiente em que habitam e tiram seu sustento. Por meio desses saberes, constitui-se seu modo de vida e sua comunidade, com princípios fundamentados na reciprocidade, equilíbrio, conservacionismo, solidariedade, tradicionalismo e coletivo.

Apesar da mariscagem talvez ser uma das profissões que correm risco de acabar, por conta do desmatamento do manguezal, as marisqueiras ainda têm

esperança que a situação possa melhorar. Elas continuam transmitindo e ensinando seus saberes, sendo assim, um ato de luta e resistência. Com elas, o manguezal vive, pulsa. Mesmo que elas não tenham consciência de sua importância, elas são livros vivos; protagonistas solitárias de um saber tradicional que resiste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Poema – Tua graça. In: Sacramento, Elionice Conceição (org). **Salinas: o mar, a lama e a vida**. Grupo Gaivotas e Comunidades Tradicionais. Produção Independente. Salinas da Margarida-BA, Salvador, 2010.

ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Contemporânea do Brasil, 1990. 176p.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 196p.

ANDERSON, Donald M. Turning back the harmful red tide. **Nature**, v. 388, p. 513 - 514, 1997.

ARAÚJO, Valente de. **Um estudo sobre o rito de tradição oral Ai-hulun e as suas actuais práticas religiosas e mágicas no suco de Mauchiga**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010. 54p.

ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 1.ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2012. 336p.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. Fotolivros e História Comparada da Fotografia na América Latina: Reflexões teóricas e possibilidade de investigação. *In*: Encontro Nacional de Estudo de Imagem, 4., Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013. 12p.

BATISTA, Eraldo Carlo; MATOS, Luís Alberto Lourenço; NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.11, n.3, p.23 - 38, 2017.

BECK, Ana Maria. Pertence à mulher: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 7, n. 10, p. 8 - 24, 1991.

BERNARDI, C. J.; CASTILLO, M. A. A. religiosidade como elemento do desenvolvimento humano. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 17, n. 4, p. 745 - 756, 2016.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Felipe Luis. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *In*: Dossiê – Desigualdades e Interseccionalidades. **MEDIAÇÕES**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27 - 55, 2015.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265 - 274, 2006.

BONVINI, Emilio. Tradição oral afro-brasileira as razões de uma vitalidade. **Projeto História**, São Paulo, v. 22, p. 37 – 48, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 1.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense/ Abril Cultural, 1985. 128p.

BRASÃO, Maria de Fátima Fernandes. **Cotidiano e trabalho das Marisqueiras e catadeiras de Valença - BA (1960-2000)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Programa de Mestrado em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2011. 134p.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 07 out. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/589163/Estatuto_igualdade_racial_normas_correlatas.pdf. Acesso em: 08 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é a Covid-19?** Brasília, DF, 2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>>. Acesso em: 09 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Atlas dos Manguezais do Brasil**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2018. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/manguezais/atlas_dos_manguezais_do_brasil.pdf. Acesso em: 08 nov. 2021.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. 1.ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. 96p.

CHIZZOTTI, A. (2006). **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8.ed. São Paulo: Cortez. 208p.

COELHO, Marina Dias Dalat. **Propriedade intelectual e conhecimentos tradicionais**: uma análise discursiva decolonial sobre o reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais no ordenamento jurídico brasileiro sob a perspectiva dos direitos humanos. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017. 148p.

CONFORTO, Edivandro; AMARAL, Daniel. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. *In*: Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto, 8., 2011, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 12p.

COPQUE, Augusto Cesar da Silva Machado; CUNHA, Rita Dione Araújo; SOUZA, Fabiola Andrade. Caracterização Ambiental do Ecossistema Manguezal na Costa Leste de Salinas da Margarida - BAHIA. In: Congresso Baiano de Engenharia Sanitária e Ambiental, 1., 2010, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFRB, 2010. 8p.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 171-187, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlo Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983. 292p.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 169p.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2000a. 290p.

DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Os saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000b. 189p.

DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (org). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001. 294p.

DIEGUES, Antônio Carlos. **A pesca construindo sociedades**. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 315p.

DIEGUES, Antônio Carlos; VIANNA, Virgílio M. **Comunidade Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 276p.

ESTEVES, Uliana. **Saberes do mangue: relação “mulher- ambiente” na comunidade pesqueira de batateira, Cairú - BA**. 2007. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Escola de Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007. 95p.

FAÇANHA, Cristiane Lima; SILVA Carolina Joana da Caracterização da Colônia de Pescadores Z2 de Cáceres em Mato Grosso. *Interações (Campo Grande)*, v. 18, n. 1, p. 129-136, jan./mar. 2017. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/inter/a/Z6bKNhFJmqGMbTMGWf57wgB/?lang=pt> > Acesso em: 07 dez. 2021

FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). **Diretrizes voluntárias para garantir a pesca de pequena escala sustentável no contexto da segurança alimentar e da erradicação da pobreza**. Roma: FAO, 2017. 34p. Disponível em: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/741aa979-6b77-4540-8793-1f5d5d3ef59d/>. Acesso em 20 de julho de 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 256p.

FULGÊNCIO, Fabrícia Milena Grisi de Araújo. **Os laços sociais, reciprocidade e solidariedade na agrovila lagoa do Jogo- REMIGIO/PB: um estudo a partir dos fundos rotativos solidários**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidade, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2014. 126p.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1989. 224p.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v.14, n. 50, p.27 - 38, 2006.

GOMES, Paula Pimenta. **Samba de Roda das Marisqueiras: Corpos e Instrumentos em Luta**. Banca de Qualificação – Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade, 2019. Disponível em https://sig.ufsb.edu.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=es_ES&id=225¬icia=1206333. Acesso em 22 de julho de 2021.

GOMES, Thais Mara Dias. **Mulheres das águas: significações do corpo-que-trabalha-na-maré**. 2012. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012. 130p.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 132 – 142, 2008.

GONDRA, J. A.; Andrade, L.H.C. Conhecimento tradicional e sustentabilidade: o caso da comunidade pesqueira da praia de Itapuama - Cabo de Santo Agostinho/PE. *In*: Congresso de Ecologia do Brasil, 8., 2007, Caxambu. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2007. 2p.

GUIMARÃES, Maria. A vida na lama. **Revista FAPESP**, São Paulo, ed. 134, 2007. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-vida-na-lama/>. Acesso em 16 de junho de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeções da População**. Edição 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 09 nov. 2021.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. 1.ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 152p.

KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2010. 992 p.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade; LIMA, Alexsandra Silva de; FURTADO, Gilmar Soares. Mulheres Pescadoras: a construção da resistência em Itapissuma. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32., 2009, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: UFPR, 2009. 15p.

LIMA, Tânia. Artigo indefinido: crioulo indiano afromangue aos 20 anos sem chico SC. In: ATAÍDE, Cleber *et al.* (org). **Gelne 40 anos** – Experiências teóricas e práticas nas pesquisas em linguística e literatura. São Paulo: Bluncher, 2017.p. 191 – 204.

LIMA, Victor Hugo D' Albuquerque. **O conhecimento tradicional e os saberes locais em comunidades costeiras**: um estudo de caso da Ilha de Deus em Recife. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2009. 124p.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 251 – 290.

MARTINS, J. C. de O. **Cultura e cultura organizacional: pressupostos das ações no turismo**. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 416p.

NASCIMENTO, Francisco Nonato do. **A Resistência Negra que ocorre nos Territórios Tradicionais Pesqueiros**. Conselho Pastoral dos Pescadores, 2020. Disponível em: < <http://www.cppnacional.org.br/opiniao/resistencia-negra-que-acontece-nos-territ%C3%B3rios-tradicionais-pesqueiros>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. **Paulo Freire**: gênese da educação intercultural no Brasil. 1.ed. Curitiba: CRV, 2015. 120p.

PAUGAM, Serge. **Le Lien Social** (Tradução livre de pesquisadores do NEPSAS PUC/SP). Paris: Presses Universitaires de France, 2008. 128p.

PINO, Angel. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 763 - 785, 2007.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina da.; BELLO, Suzelai Faria; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 10, n.1, p. 53 - 66, 2012.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **“Ah, esse povo do mar!”**: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis – Campinas, SP: CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP), 2006. 175p.

RIOS, Kássia Aguiar Norberto. Comunidades Tradicionais Pesqueiras Da Bahia: Um Histórico De Contradições E Resistência. *In*: Simpósio Baiano de Geografia Agrária: Entre a Teoria e a Prática , Articulações e Resistências, 2., 2017, Salvador. **Anais [...]** . Salvador: UFBA, 2017. 15p.

SALDANHA, Iaskara Regina Ribeiro. **Espaços, recursos e conhecimento tradicional dos pescadores de manjuba (*Anchoviella lepidentostole*) em Iguape**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005, 179p.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010. 532p.

SANTOS, Sandra Soares dos. **Diagnóstico da cadeia produtiva de ostras em dois municípios da região do Baixo Sul da Bahia**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Animal) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cruz das Almas, 2013. 190p.

SCANTAMBURLO, Letícia Porto Sousa. **Educação quilombola no Distrito de Maricoabo - Valença/ Ba**: diagnóstico situacional à luz das políticas afirmativas. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Programa de Pós-graduação em Educação do Campo, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Amargosa. 2018. 117p.

SANTILLI , Juliana. **Livro socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2005. 210p.

SCHAEFFER-NOVELLI, Yara. **Grupo de ecossistemas: manguezal, marisma e apicum**. Programa Nacional da Diversidade Biológica – Pronabio; Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – Probio; Subprojeto Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Zona Costeira e Marinha. São Paulo, 1999. 119p.

SILVA, Andressa Hennig. FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. *In*: Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, 4., 2013, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: ANPAD, 2013. 14p.

SILVA, Bianca Gomes. **Análise do policiamento comunitário na base móvel de segurança do bairro da Bolívia, no município de Valença (BA)**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Segurança Pública). Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2015. 65p.

SILVA, Daniela Barros Pontes e. **Educação, Resistências e Tradição Oral: a transmissão de saberes pelas oralidades de matriz africana nas culturas populares, povos e comunidades tradicionais**. 2017. Dissertação (Mestrado em

Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília, 2017. 217p.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 6, n. 12, p. 35 - 44, 2007.

SOARES, Lucy Satiko Hashimoto *et al.* Pesca e produção pesqueira. *In*: HATJE, V.; ANDRADE, J. B. (orgs). **Baía de todos os santos: aspectos oceanográficos** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 158-206, 2009.

SOUTO, Simone Pinheiro dos Santos Silva. **Mulheres marisqueiras: um olhar acerca dos desafios e perspectivas do trabalho feminino em Santiago do Iguape, Cachoeira-BA**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Graduação em Ciência Social, Universidade do Recôncavo Baiano. Cachoeira, 2013. 117p.

SOUZA, Sullivan Ferreira de. **Colonialidade do saber no ensino de Filosofia: um estudo em duas Universidades Públicas de Belém**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará. Belém, 2017. 265p.

STOPILHA, Ana Lícia de Santana. **Saberes e práticas das Marias Marisqueiras da comunidade de Mangue Seco: uma investigação sobre mariscagem em Valença (BA)**. 2015. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) – Programa de Doutorado Multi-institucional e multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015. 291p.

VANNUCCI, Marta. **Os manguezais e nós: uma síntese de percepções**. 1.ed. São Paulo: Edusp. 2002. 279p.

VIEIRA, Inadja Elizabete Nogueira Souza. **Mãos de mulheres: labuta, cultura e memórias em Saubara-Bahia**. *In*: Encontro Internacional de Cultura, Linguagens e Tecnologias do Recôncavo, 1., 2017, Santo Amaro. **Anais [...]**. Santo Amaro: UFRB, 2017. 15p.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 212p.

WALTER, Tatiana; WILKINSON, John. Fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal no Baixo Sul baiano. **Agriculturas**, v. 8, n. 3, p. 27 – 33, 2011.

ANEXO I- TERMOS DE AUTORIZAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ

Eu, Jaqueline Sebastiana,
autorizo livre e voluntariamente, o/a pesquisador/a Joelma Almeida dos Santos a obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada AS MESTRAS DOS SABERES: TRAJETÓRIA, SABERES E PRÁTICAS DAS MULHERES NEGRAS MARISQUEIRAS NO MUNICÍPIO DE VALENÇA - BA, e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. Autorizo a minha identificação no presente trabalho.

Valença-BA (BA), 04 de agosto de 2021.

Jaqueline Sebastiana

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ

Eu, Heane da Lorençes dos Santos,
autorizo livre e voluntariamente, o/a pesquisador/a Joelma Almeida dos Santos a obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada AS MESTRAS DOS SABERES: TRAJETÓRIA, SABERES E PRÁTICAS DAS MULHERES NEGRAS MARISQUEIRAS NO MUNICÍPIO DE VALENÇA - BA, e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. Autorizo a minha identificação no presente trabalho.

Sobrem BA (BA) 26 de Abril de 2021.



Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UFSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ

Eu, Marlene Santos,
autorizo livre e voluntariamente, o/a pesquisador/a Joelma Almeida dos Santos a obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada AS MESTRAS DOS SABERES: TRAJETÓRIA, SABERES E PRÁTICAS DAS MULHERES NEGRAS MARISQUEIRAS NO MUNICÍPIO DE VALENÇA - BA, e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. Autorizo a minha identificação no presente trabalho.

Valença BA (BA), 26 de Abril de 2021.

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UFSB

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ

Eu, Patricia Escada
autorizo livre e voluntariamente, o/a pesquisador/a Joelma Almeida dos Santos a obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada AS MESTRAS DOS SABERES: TRAJETÓRIA, SABERES E PRÁTICAS DAS MULHERES NEGRAS MARISQUEIRAS NO MUNICÍPIO DE VALENÇA - BA, e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. Autorizo a minha identificação no presente trabalho.

Patricia Escada (BA), 04 de Agosto de 2021.

Patricia Escada

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ

Eu, Damiana dos Santos
autorizo livre e voluntariamente, o/a pesquisador/a Joelma Almeida dos Santos a obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada AS MESTRAS DOS SABERES: TRAJETÓRIA, SABERES E PRÁTICAS DAS MULHERES NEGRAS MARISQUEIRAS NO MUNICÍPIO DE VALENÇA - BA, e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. Autorizo a minha identificação no presente trabalho.

Doença (BA), 20 de Julho de 2021.

Damiana dos Santos

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ

Eu, João das Graças Silva,
autorizo livre e voluntariamente, o/a pesquisador/a Joelma Almeida dos Santos a obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada AS MESTRAS DOS SABERES: TRAJETÓRIA, SABERES E PRÁTICAS DAS MULHERES NEGRAS MARISQUEIRAS NO MUNICÍPIO DE VALENÇA - BA, e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. Autorizo a minha identificação no presente trabalho.

Valença (BA), 01 de Setembro de 2021.

João das Graças Silva Santos

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa

ANEXO DE IMAGENS



FOTO DE MARIA DA CONCEIÇÃO NO QUINTAL DA SUA CASA.



FOTO DE MARIA DA CONCEIÇÃO E SEU ALTAR



FOTO DE MARLENE TRATANDO CAMARÃO



FOTO DE MARLENE MOSTRANDO O MANGUEZAL ONDE TRABALHA



FOTO DE MARIA DAS GRAÇAS NO MANGUEZAL



FOTO DE MARIA DAS GRAÇAS NA CANOA



FOTO DE MARIA DAS GRAÇAS NA CANOA



FOTO DE MARIA DAS GRAÇAS PESCANDO SURURU



FOTO DE MARIA DAS GRAÇAS APRESENTANDO O MANGUEZAL A ANA MARIA BRAGA E A SUA EQUIPE.



FOTO DE PATRÍCIA NO MANGUEZAL



FOTO DE PATRÍCIA NO MANGUEZAL



FOTO DE PATRÍCIA NO MANGUEZAL



FOTO DE DAMIANA NA ESCADA DA SUA CASA



FOTO DE MARIA SEBASTIANA ANDANDO NO MANGUEZAL COM A MARÉ ALTA



FOTO DA PESQUISADORA



FOTO DA PESQUISADORA CONVERSANDO COM PATRÍCIA



FOTO DA PESQUISADORA